

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**LEILIVANIA LIMA DA SILVA**

**DESIGUALDADE DE RENDA NO MARANHÃO:** Uma avaliação do período entre 2000  
e 2010

**SÃO LUIS**  
**2014**

**LEILIVANIA LIMA DA SILVA**

**DESIGUALDADE DE RENDA NO MARANHÃO:** Uma avaliação do período entre 2000 e 2010

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão, para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Área de concentração: Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. João Gonsalo de Moura

SÃO LUÍS  
2014

Silva, Leilivania Lima da

Desigualdade de Renda no Maranhão: Uma avaliação do período entre 2000 e 2010/ Leilivania Lima da Silva. – 2014

f.140

Impresso por computador (Fotocópia).

Orientador: João Gonsalo de Moura.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, 2014.

1. Política Econômica – Maranhão. 2. Renda Média Domiciliar *per capita*. 3. Renda – Transferência. I. Título

**CDU 338 (812.1)**

**LEILIVANIA LIMA DA SILVA**

**DESIGUALDADE DE RENDA NO MARANHÃO: Uma avaliação do período entre 2000 e 2010**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão, para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Área de concentração: Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. João Gonsalo de Moura

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/2014

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. João Gonsalo de Moura  
Universidade Federal do Maranhão  
Orientador

---

Prof. Dr. José Lúcio Alves Silveira  
Universidade Federal do Maranhão  
Examinador Interno

---

Prof. Ms. José Ribeiro da Silva Filho  
Faculdade Atenas Maranhense  
Examinador Externo

*Dedico este trabalho ao amor da minha vida, que  
está sempre ao meu lado e com que eu posso  
contar sempre: Nairo Jorge Maciel Balata.*

## RESUMO

Evidências a respeito da desigualdade de renda no Maranhão no período compreendido entre os anos de 2000 e 2010. Enfatiza-se o papel do crescimento econômico e das transferências de renda nesse processo. A desigualdade de renda, na prática, costuma ser avaliada por indicadores tais como o índice de Gini, índice de Theil-L e pelas proporções da renda dos 40% mais pobres e 10% mais ricos. A renda *per capita*, como variável enfatizada pelos pesquisadores, pode ser analisada por quatro ângulos: PIB *per capita*, Renda média domiciliar *per capita*, Renda proveniente de rendimentos do trabalho e Renda de Transferências. Além da renda e da desigualdade faz-se referência à incidência de pobreza no estado, avaliada pela própria renda, como resultado do nível de desigualdade. Os resultados apontam para o fato de que boa parte da redução da desigualdade de renda ao longo do período deveu-se a transformações na renda não derivada do trabalho, tendo em vista que, embora o trabalho seja a principal fonte de renda das famílias, a participação dos rendimentos do trabalho na renda total declinou no período analisado, ao passo que a participação da renda proveniente de transferências de renda aumentou de forma acentuada.

**Palavras-chaves:** Desigualdade de renda. Renda *per capita*. Transferências. Maranhão.

## ABSTRACT

Evidences about the income inequality in Maranhão in the period between the year 2000 and 2010. It emphasizes the role of economic growth and income transfers in this process. Income inequality, in practice, is usually assessed by indicators such as the Gini index, Theil–L index and the income proportions of the poorest 40% and the richest 10%. The per capita income as a variable emphasized by researchers, can be analyzed by four angles: GDP per capita, average per capita household income, income from earnings and Income Transfers. Besides income and inequality, it is made a reference to the incidence of poverty in the state, measured by personal income as a result of the level of inequality. The results point to the fact that most of the reduction in income inequality over the period was due to changes in income not derived from work, given that, although the work is the main source of household income, the share of labor income in total income declined over this period, while the share of income from cash transfers increased sharply.

Keywords: Income inequality. Per capita income. Transfers. Maranhão.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de Concentração da População e Apropriação da renda nas Macrorregiões brasileiras em 2000 e 2010. ....	26
Gráfico 2 - PIB per capita de cada Macrorregião em relação ao Nacional (em %), em 2000 e 2010. ....	27
Gráfico 3 - Participação do PIB do Maranhão no PIB do Brasil e do Nordeste em 2000 e 2010, e o PIB <i>per capita</i> . ....	30
Gráfico 4 - Percentual de Extrema Pobreza em 2000 e 2010 nos estados brasileiros. ....	46
Gráfico 5 - Percentual de Extremamente Pobres no Maranhão em 2000 e 2010. ....	47
Gráfico 6 - Percentual de Pobres nos estados brasileiros em 2000 e 2010. ....	48
Gráfico 7 - Proporção de Pobres nos municípios maranhenses em 2000 e 2010. ....	49
Gráfico 8 - PIB per capita dos estados brasileiros em 2000 e 2010. ....	51
Gráfico 9 - PIB per capita dos municípios maranhenses em 2000 e 2010. ....	52
Gráfico 10 - Renda per capita média dos estados brasileiros em 2000 e 2010. ....	55
Gráfico 11 - Renda média mensal domiciliar dos municípios maranhenses em 2000 e 2010. ....	56
Gráfico 12 - Renda média do trabalho nos estados brasileiros em 2000 e 2010. ....	58
Gráfico 13 - Peso da renda do trabalho no total da renda domiciliar nos estados brasileiros em 2000 e 2010. ....	59
Gráfico 14 - Renda proveniente do trabalho nos municípios maranhenses em 2000 e 2010. ....	60
Gráfico 15 - Renda de transferências para os municípios maranhenses em 2000 e 2010. ....	62
Gráfico 16 - Variação do Índice de Gini, nos Estados brasileiros, entre 2000 e 2010. ....	65
Gráfico 17 - Índice de Gini, em 2000 e 2010, dos Estados brasileiros. ....	65
Gráfico 18 - Índice de Gini nos municípios maranhenses em 2000 e 2010. ....	66
Gráfico 19 - Taxa de crescimento anual do índice L de Theil nos estados brasileiros entre 2000 e 2010. ....	68
Gráfico 20 - Índice de L de Theil dos estados brasileiros em 2000 e 2010. ....	68



Gráfico 21 - Índice L de Theil dos municípios maranhenses em 2000 e 2010 .....	69
Gráfico 22 - Taxa de crescimento anual do índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho anos ou mais dos estados brasileiros entre 2000 e 2010 .....	70
Gráfico 23 - Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho - 18 anos ou mais dos estados brasileiros em 2000 e 2010.....	71
Gráfico 24 - Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho - 18 anos ou mais dos municípios maranhenses em 2000 e 2010.....	71
Gráfico 25 - Taxa de crescimento anual do percentual de apropriação da renda dos 10% mais ricos nos estados brasileiros entre 2000 e 2010 .....	72
Gráfico 26 - Percentual de apropriação da renda dos 10% mais ricos nos estados brasileiros em 2000 e 2010 .....	73
Gráfico 27 - percentual de apropriação da renda pelos 10% mais ricos nos municípios maranhenses em 2000 e 2010.....	74
Gráfico 28 - Taxa de crescimento anual do percentual de apropriação da renda dos 40% mais pobres nos estados brasileiros entre 2000 e 2010 .....	75
Gráfico 29 - Percentual de apropriação da renda dos 40% mais pobres nos estados brasileiros em 2000 e 2010 .....	76
Gráfico 30 - Percentual de apropriação da renda dos 40% mais pobres nos municípios maranhenses em 2000 e 2010.....	77
Gráfico 31 - Taxa de crescimento anual da razão 10% mais ricos/40% mais pobres nos estados brasileiros entre 2000 e 2010.....	78
Gráfico 32 - Razão 10% mais ricos/40% mais pobres nos estados brasileiros em 2000 e 2010 .....	79
Gráfico 33 - Razão 10% mais ricos/40% mais pobres nos municípios maranhenses em 2000 e 2010.....	79
Gráfico 34 - Proporção da renda mediana em relação à média nos municípios maranhenses em 2000 e 2010 .....	83
Gráfico 35 - Participação da Renda do Emprego, do Trabalho por conta própria, de Empregadores e de Transferências na Renda domiciliar média no Maranhão em 2000 e 2010 .....	88

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - 20 municípios com maior PIB per capita e 5 municípios com menor PIB per capita no Maranhão em 2010 .....	53
Tabela 2 - 15 municípios de maior renda e 5 municípios de menor renda média domiciliar mensal em 2000 e 2010. ....	57
Tabela 3 - Renda proveniente do trabalho nos 15 municípios de maior renda e nos 05 municípios de menor renda no Maranhão em 2000 e 2010.....	61
Tabela 4 - Transferências médias de renda os 10 municípios com maior expressão de recebimento e para os 10 municípios de menor expressão de recebimento no Maranhão em 2010 .....	63
Tabela 5 - Renda média e mediana do Brasil, Nordeste e Maranhão em 2000 e 2010 .....	81
Tabela 6 - Renda média e mediana dos estados brasileiros em 2000 e 2010.....	82
Tabela 7 - Correlação entre a Variação da Pobreza e da Desigualdade de Renda no Maranhão entre 2000 e 2010.....	87
Tabela 8 - Contribuição das fontes de renda para a desigualdade de renda total no Maranhão em 2000 e 2010.....	90

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>CVRD</b>	Companhia Vale do Rio Doce
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IDHAD</b>	IDH Ajustado à Desigualdade
<b>IPCA</b>	Índice de Preço ao Consumidor
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Domicílios
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>SBPS</b>	Sistema Brasileiro de Proteção Social
<b>SIDRA</b>	Sistema IBGE de Recuperação Automática

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2.</b>	<b>DESIGUALDADE SOCIAL MEDIDA PELA RENDA</b> .....	16
2.1	Aspectos da Desigualdade de Renda no Brasil.....	16
2.1.1	Crescimento Econômico e Desigualdade .....	19
2.1.2	Transferência de Renda e Desigualdade.....	22
2.1.3	Outros aspectos da Desigualdade Social no Brasil.....	25
2.2	Aspectos da Desigualdade de Renda no Maranhão.....	28
<b>3.</b>	<b>MODELOS DE ANÁLISE E INDICADORES DE DESIGUALDADE DE RENDA</b> .....	34
3.1	Indicadores de Desigualdade de Renda.....	34
3.1.1	Índice de Gini .....	35
3.1.2	Índice L de Theil.....	36
3.1.3	Razão entre a renda dos 10% mais ricos e a renda dos 40% mais pobres.....	38
3.2	Modelos Analíticos e Desigualdade no Maranhão .....	39
3.2.1	Modelos Analíticos de Desigualdade .....	39
3.2.2	Abordagem da Desigualdade de Renda no Maranhão.....	43
<b>4.</b>	<b>INDICADORES E EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE NO MARANHÃO</b> ....	45
4.1	Pobreza .....	45
4.2	Renda.....	50
4.2.1	PIB <i>per capita</i> .....	50
4.2.2	Renda <i>per capita</i> Média .....	54
4.2.3	Renda Proveniente de Rendimentos do Trabalho <i>per capita</i> .....	57
4.2.4	Renda de Transferências.....	61
4.3	Desigualdade de Renda .....	63

4.3.1	Índice de Gini .....	64
4.3.2	Índice L de Theil.....	67
4.3.3	Razão entre a Renda dos 10% Mais Ricos e a Renda dos 40% Mais Pobres.....	72
4.4	Renda Média, Renda Mediana e Indicadores de Desigualdade.....	80
<b>5.</b>	<b>DESIGUALDADE DE RENDA NO MARANHÃO E SEUS DETERMINANTES</b> .....	<b>85</b>
5.1	Correlação Linear Simples .....	85
5.1.1	Correlação entre Pobreza e Desigualdade de Renda .....	86
5.2	Decomposição Estatística da Desigualdade .....	87
<b>6.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>91</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>95</b>
	<b>ANEXOS</b> .....	<b>98</b>
	ANEXO A - Proporção de Pobres (PMPOB) e de Extremamente Pobres (PIND) nos Municípios Maranhenses em 2000 e 2010. ....	99
	ANEXO B - PIB per capita dos Municípios Maranhenses e Taxa de Crescimento Anual entre 2000 e 2010 .....	104
	ANEXO C - Renda média Domiciliar <i>per capita</i> dos Municípios Maranhenses em 2000 e 2010 .....	109
	ANEXO D - Renda de Transferências para os Municípios Maranhenses em 2000 e 2010 ...	114
	ANEXO E - Índice de Gini dos municípios maranhenses em 2000 e 2010.....	119
	ANEXO F - Índice de L de Theil e Índice Theil do trabalho dos municípios maranhenses em 2000 e 2010 .....	124
	ANEXO G - Razão entre a renda per capita dos 10% mais ricos e a renda per capita dos 40% mais pobres nos municípios maranhenses em 2000 e 2010 .....	129
	ANEXO H - Renda Média, Renda Mediana e índices de Desigualdade de Renda nos Municípios Maranhenses em 2000 e 2010 .....	134

## 1. INTRODUÇÃO

A economia maranhense tem como características marcantes a elevada incidência de pobreza, baixo nível de desenvolvimento econômico e alta concentração de renda intra e entre municípios.

No entanto, embora os indicadores de desenvolvimento da economia maranhense estejam ainda em um patamar bem abaixo da média nacional, os mesmos têm apresentado melhoras significativas nos últimos anos. Houve um período de forte dinamismo na economia do estado, alicerçado, principalmente, no bom desempenho alcançado pela economia brasileira, sobretudo quando se considera os anos compreendidos entre 2004 e 2010. Período marcado por uma significativa queda na desigualdade de renda no âmbito estadual.

O contexto socioeconômico do Brasil passou por mudanças significativas ao longo das últimas décadas, notabilizando-se, sobretudo, a década de 2000, quando foi posta em prática uma ampliação de políticas sociais direcionadas a redução da extrema desigualdade existente no país e uma aceleração econômica que rompeu com a estagnação econômica das décadas de 1980 e 1990, conhecidas como “décadas perdidas”.

A aceleração do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, teve como ato inicial a implantação de uma política de estabilização econômica, através do controle da inflação, alcançada com o Plano Real, cujos “efeitos marcaram profundamente a sociedade e a economia brasileira nos seus múltiplos aspectos – de imediato, uma significativa queda na incidência de pobreza”. (RESENDE; DA MATA; CARVALHO, 2007, p. 24).

Após o passo inicial da estabilização, que passou a ter reflexos positivos somente na década de 2000, após períodos de crise da balança comercial entre 1995 e 1998, o país voltou a expandir sua economia, apresentando taxas razoáveis de crescimento médio anual, o que lhe permitiu abrir espaço para a priorização da sua agenda no que se refere à ação social do Estado. Com a estabilização houve uma melhora das condições para o planejamento e, contando com o bom desempenho da economia mundial, houve uma forte expansão das exportações e uma ampliação significativa do mercado interno, principalmente com a volta do dinamismo da Indústria da Construção Civil (que passou mais de 20 anos estagnada) e o fortalecimento de outros setores como a Indústria de Alimentos, o Comércio Varejista e a

Expansão do setor de Serviços, com destaque para os ramos de Administração de Imóveis e Serviços de Alimentação e Alojamento.

Essa expansão da base econômica fortaleceu o mercado de consumo interno através da melhoria da renda oriunda do trabalho, com uma forte ampliação do estoque de trabalhadores formais no país, o que conduziu a taxa de desemprego ao nível de pleno emprego, o que possibilitou a valorização da renda do trabalho. Além disso, o governo passou a se envolver de forma mais direta com o grau de desigualdade social no país, combinando crescimento econômico com programas sociais de redistribuição de renda, como o Bolsa Escola, que posteriormente foi ampliado para o modelo que hoje é representado por iniciativas como Programa Bolsa Família; Benefício de Prestação Continuada; e Programas de acesso ao crédito para famílias de baixa renda, principalmente para compra de habitação.

Com essas mudanças, houve uma melhora significativa no padrão médio de vida dos brasileiros e uma redução das disparidades econômicas entre as diversas classes sociais do Brasil. A combinação de políticas de crescimento com programas sociais levou diversos autores da área econômica a analisarem a importância de cada fator para a redução das desigualdades no país, no sentido de separar a importância de cada variável que poderia estar influenciando nas melhorias reveladas pelos indicadores.

A discussão permanece num impasse entre diversas correntes. Para uma corrente, a expansão dos programas sociais é uma forte candidata responsável pelas mudanças na desigualdade recente, tendo em vista que, na última década, a magnitude dos benefícios oferecidos, seu grau de cobertura, e o grau de atendimento a população que mais necessita desses benefícios, expandiram-se largamente. Para outra, este candidato é o crescimento econômico, que através do aumento da atividade produtiva aumentou o rendimento do trabalho.

Trazendo essa questão para o caso do Maranhão, ressalta-se que este é um estado com uma parcela significativa das famílias dependentes de programas sociais do governo federal, mas que, também, vivenciou uma forte aceleração econômica no período referenciado, principalmente após o ano de 2004 em que pesam:

- ✓ A expansão do comércio mundial, beneficiando a economia local através da rápida expansão das exportações de commodities minerais e agrícolas;

- ✓ A expansão do crédito público e privado, principalmente àqueles ligados ao financiamento para a construção imobiliária que permitiu uma aceleração do setor da indústria de construção civil e atividades de comércio e serviços a ela ligadas; e
- ✓ A expansão dos investimentos no setor de infraestrutura e habitação, como a construção da Hidrelétrica de Estreito, a ampliação da malha viária, a implantação de novas indústrias e a construção de novos prédios residenciais, que alavancaram a Construção Civil e áreas afins.

Essa expansão econômica possibilitou uma ampliação significativa do acesso da população ao mercado de trabalho, principalmente ao mercado formal. Convém ressaltar que o bom funcionamento do mercado de trabalho é decisivo para garantir um nível mínimo de renda, especialmente para aqueles que têm no trabalho sua principal e, muitas vezes, única fonte de renda (BARROS, 2004).

Tendo em vista as situações apontadas, o objetivo deste trabalho é analisar a evolução da desigualdade no Maranhão de 2000 para 2010, bem como investigar possíveis modificações na sua estrutura, utilizando, para tanto, dados do Censo Demográfico. A partir de técnicas apresentadas por autores tradicionais de decomposição de medidas de desigualdade, busca-se, também, identificar as contribuições de alguns tipos de renda para a desigualdade total no estado.

Para alcançar o objetivo proposto, este trabalho está dividido em seis capítulos. O primeiro diz respeito a esta introdução. No segundo capítulo é feita uma exposição teórica enfatizando temas como incidência da pobreza, crescimento econômico, renda e desigualdade social. No terceiro capítulo há uma exposição da metodologia dos indicadores utilizados na abordagem da desigualdade de renda e a apresentação do modelo que será utilizado para avaliar a contribuição de diversos fatores para a redução da desigualdade entre 2000 e 2010. No quarto capítulo é feita uma exposição dos dados e indicadores de renda, incidência de pobreza e de desigualdade no Maranhão. No quinto capítulo deverá ser analisada a correlação entre desigualdade e pobreza, além da decomposição da renda para avaliação do papel das diferentes modalidades de renda para a diminuição das desigualdades no período. Por fim, no sexto capítulo, são feitas as considerações finais.



## 2. DESIGUALDADE SOCIAL MEDIDA PELA RENDA

A melhoria nos indicadores sociais leva a utilização do termo desenvolvimento social que, de acordo com Medici e Augune (1994), não é um retrato puro e simples do desenvolvimento econômico<sup>1</sup>. O desenvolvimento social diz respeito ao desenvolvimento de todos os aspectos da sociedade, em termos econômicos, culturais, políticos, religiosos, educacionais etc., em que os índices sociais e econômicos se constituem em apenas mais um meio de compreensão da realidade, mas não o único instrumento levado em conta ao se analisar uma situação social.

Neste capítulo será feita uma caracterização da desigualdade social no Brasil e no Maranhão como reflexo da desigualdade de renda através de um arcabouço teórico e apresentação de alguns indicadores para a compreensão da abrangência dessa desigualdade. Além disso, pretende-se fazer uma breve discussão dos principais passos dados recentemente para a redução da sua incidência.

### 2.1 Aspectos da Desigualdade de Renda no Brasil

A desigualdade social no Brasil é um tema importante tendo em vista que o país se encontra em uma posição pouco confortável, em termos de desenvolvimento econômico, quando comparado a países com renda semelhante. Apesar de o “país possuir um PIB total superior a quase todos os países em desenvolvimento e uma renda *per capita* que o insere no grupo dos países de renda média, a repartição desigual desta criou um contingente substancial de pobres, tanto em termos relativos como absolutos” (MOREIRA; BRAGA; TOYOSHIMA, 2010, p. 3). De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2010, o país ocupava a 85ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é uma medida média das conquistas de desenvolvimento humano básico em um país, bem distante dos países desenvolvidos.

---

<sup>1</sup> O desenvolvimento utilizado como crescimento econômico, mas mantendo situações de extrema desigualdade, o sistema se torna simplesmente ineficaz, como descreve Amaral Júnior (2005).

O IDH do Brasil cresceu 47,5% entre 1991 e 2010, mudando a classificação de Muito Baixo (0,493, em 1991) para Alto Desenvolvimento Humano (0,727, em 2010). No entanto, esse índice cai consideravelmente quando se considera o IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD), que leva em consideração a desigualdade em todas as três dimensões – Longevidade, Renda e Educação – do IDH “descontado” o valor médio de cada dimensão de acordo com seu nível de desigualdade. Ajustado, o IDH do país cai de 0,727 para 0,519 (Baixo Desenvolvimento Humano).

Essa queda no IDH é resultado do fato de que um grande contingente da população brasileira vive abaixo da linha de pobreza. Entretanto, Mas, apesar de o Brasil dispor de um grande contingente de sua população abaixo da linha de pobreza, o país não pode ser considerado um país pobre. Barros, Henriques e Mendonça (2000) e Matias, Salvato e Barreto (2010), ressaltam que o país dispõe de uma renda *per capita* bastante superior à sua linha de pobreza, faltando apenas uma divisão mais equitativa dos seus recursos.

Ou seja, no caso do Brasil, merece destaque o fato de que os elevados níveis de pobreza que afligem a sociedade encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade, em que há uma perversa desigualdade na distribuição da renda e nas oportunidades de inclusão econômica e social. Na medida em que a renda média brasileira é significativamente superior a linha de pobreza, pode-se associar a intensidade da pobreza à concentração de renda (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000, p. 126)

O fato é que a desigualdade, em particular a desigualdade de renda, é tão parte da história brasileira que adquire fórum de coisa natural (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000). De acordo com Barros, Carvalho, Franco e Mendonça (2006 b), o nível de desigualdade atual permanece tão elevado que para o país se alinhar com o padrão internacional seria necessário que o grau de desigualdade continuasse a declinar à velocidade observada ao longo do período 2001-2004 por mais 25 anos.

Para a desigualdade de renda declinar é necessário que alguma característica da distribuição conjunta dos determinantes mais imediatos da renda contribua para esse declínio de forma positiva. A perversa desigualdade na distribuição de renda e nas oportunidades de inclusão econômica é fruto da dificuldade que o país possui para engajar políticas de desenvolvimento econômico e social de maneira concisa e abrangente em território nacional, onde as grandes disparidades de renda afeta principalmente áreas primordiais como saúde, educação, saneamento básico, segurança, infraestrutura e emprego.

A explicação para essas dificuldades advém de uma característica básica do Brasil: sua heterogeneidade. Segundo Medici e Augune (1994), o Brasil é um país muito heterogêneo do ponto de vista social em que suas grandes desigualdades permitem a convivência de situações díspares como um elevado nível de produção (PIB), elevado nível de pobreza absoluta e altas taxas de concentração de renda. Por isso, não há dúvidas de que os indicadores sociais do país poderiam ser bem melhores, dado o nível de desenvolvimento econômico já alcançado<sup>2</sup>.

Muito embora o alto grau de desigualdade social ainda seja uma marca do país, os primeiros passos para a sua superação foram dados. De acordo com Neri (2007), Resende, Da Mata e Carvalho (2007) esses passos foram dados ainda na década de 90 – década caracterizada como um divisor de águas na história socioeconômica do Brasil. Lembrando que esta característica surgiu em decorrência de diversos fatores como a estabilização econômica, com o Plano Real, e a ampliação do uso de políticas sociais pelo governo. Segundo Neri,

O Real foi concebido – e bem sucedido – no combate à inflação. O grande ganho de bem-estar social provocado pela estabilização não foi a queda da desigualdade, mas – como o próprio nome sugere – o aumento da estabilidade da renda dos indivíduos. Essa redução de incerteza levou a efeitos ilusórios de redução de disparidades de renda, mas, de forma mais importante, melhorou as condições para o planejamento e a aplicação de políticas sociais além de induzir a um boom de crescimento pós-estabilização. (NERI, 2007, p. 65).

Após esses primeiros passos, a expansão econômica vivenciada no Brasil ao longo da década de 2000 atrelada com a expansão de políticas sociais proporcionou uma melhora no padrão de vida das famílias brasileiras. Ao longo desse período, segundo Cano (2010), o governo ativou e expandiu algumas políticas sociais, como a instituição da renda mínima (Bolsa Família); a elevação do salário mínimo real, que em 2000 era de R\$ 151,00 (ou de R\$ 284,98, valor corrigido pelo Índice de Preço ao Consumidor (IPCA), a preços de 2010) e, em 2010, chegou a R\$ 510,00: um crescimento real de 78,96%; e a expansão do crédito, com destaque para a instituição do crédito consignado aos trabalhadores e aposentados, que culminariam em criar estímulos para o mercado interno.

---

<sup>2</sup> Considerando-se esse desenvolvimento econômico já alcançado o desenvolvimento analisado quanto crescimento econômico. Muito embora, Vasconcellos e Garcia (1999) afirmem que crescimento e desenvolvimento econômico são dois conceitos diferentes em que, segundo eles, crescimento econômico é o crescimento contínuo da renda *per capita* ao longo do tempo e desenvolvimento é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia), reconhece-se que o crescimento da renda *per capita* é fundamental para melhorar indicadores sociais.

A equidade e o crescimento têm papéis centrais no processo de desenvolvimento sustentável, e estabelecem relações de causalidade entre si (MOREIRA; BRAGA; TOYOSHIMA, 2010). A combinação de expansão econômica com distribuição de renda através de programas sociais permitiu uma redução da desigualdade de 0,597, em 2000, para 0,536, em 2010 (desigualdade esta medida pelo índice de Gini). Essa desigualdade é avaliada, principalmente, através do acesso a renda, tendo em vista que o princípio determinante da pobreza no país é a desigualdade no acesso dos recursos, como dito anteriormente, que dizem respeito ao acesso precário à moradia, à segurança pública, à educação, ao transporte, ao saneamento básico entre outros.

Como principais contribuições para a redução da desigualdade social vivenciada no país, conforme costumam ser salientadas pelos principais autores, têm-se:

- (i) A expansão econômica com a melhoria da renda média da população;
- (ii) A ampliação de transferências de renda através de programas sociais que impactou diretamente nas classes econômicas mais baixas da sociedade;

Será feita a seguir uma breve apresentação dos principais argumentos que justificam a citação dos dois fatores destacados acima.

### 2.1.1 Crescimento Econômico e Desigualdade

O crescimento econômico constitui um processo através do qual a renda *per capita* de uma dada sociedade se eleva persistentemente. Acompanhando este crescimento, ocorrem transformações estruturais quantitativas e qualitativas (CACCIAMALI, 2002). Embora seja clássica a expressão que diz que o crescimento econômico em si não é sinônimo de desenvolvimento, não há dúvidas quanto à contribuição do crescimento econômico para a superação da desigualdade, uma vez que a expansão econômica resulta na ampliação da base produtiva e, conseqüentemente, na ampliação do acesso às famílias ao mercado de trabalho, que constitui a principal fonte de renda da maioria dos domicílios.

A análise da evolução da distribuição de renda é vital para diagnosticar os beneficiários do processo de crescimento econômico e, associada a outros indicadores, mostra

o envolver da qualidade de vida das pessoas e famílias numa determinada sociedade (CACCIAMALI, 2002). Mas, infelizmente, o impacto do crescimento sobre a desigualdade não ocorre de forma muito clara como o seu impacto sobre a média da distribuição de renda. Principalmente porque, não é o crescimento em si só, mas a forma como o crescimento é alcançado que costuma determinar a dinâmica da desigualdade.

Mas, mesmo com essas observações a respeito de como o crescimento é alcançado, para autores como Salm (2005), somente o crescimento econômico a taxas elevadas e continuadas pode minorar o problema da desigualdade na economia brasileira. Isso porque, períodos longos de crescimento modificam as necessidades da sociedade em relação a bens e serviços e mão de obra qualificada. Nesse aspecto, segundo Moreira, Braga e Toyoshima (2010), a experiência histórica mostra que as maiores reduções de pobreza aconteceram nos países que vivenciaram longos períodos de crescimento sustentado, embora variações dinâmicas estaduais da pobreza continuem mais sensíveis à distribuição da renda que ao seu crescimento, refletindo as próprias disponibilidades regionais persistentes historicamente.

O crescimento, além de quantitativo, precisa ser qualitativo, ou seja, é necessário que haja uma diminuição das desigualdades. De acordo com Salm:

[...] o crescimento econômico com redistribuição consiste em canalizar os recursos propiciados pelo crescimento por investimentos que venham elevar a produtividade tanto dos setores atrasados como das atividades que atendam às necessidades básicas e dessa forma, promover a inclusão social, seja pelo lado da geração de empregos de melhor qualidade, seja pela ampliação do acesso dos mais pobres a bens e serviços essenciais por meio da queda em seus preços relativos. (SALM, 2005, p. 195).

Esse crescimento canalizado com a redução das desigualdades é conhecido como crescimento pró-pobre. Segundo Resende, Da Mata e Carvalho (2007) para o crescimento econômico ser considerado pró-pobre é necessário que a porção da renda da população menos abastada aumente em um determinado padrão de crescimento. Um crescimento econômico do tipo pró-pobre pode ser visto como um instrumento efetivo de distribuição de renda e redução da pobreza; O crescimento é considerado pró-pobre se houver efetividade na redução da pobreza, tanto em nível de crescimento quanto de redistribuição. Contudo, segundo Matias, Salvato e Barreto,

De acordo com a metodologia de cálculo de elasticidade-crescimento, o resultado é considerado pró-pobre se há efetividade na redução da pobreza, tanto em nível de crescimento quanto de distribuição, configurando em sinal negativo da elasticidade-crescimento e positivo para a elasticidade-redistribuição. (MATIAS; SALVATO; BARRETO, 2010, p. 12).

Ou seja, a pobreza diminui com o crescimento econômico em que a pobreza é bastante sensível às variações da renda *per capita* e diminui, também, com uma maior distribuição de renda. De acordo com Matias, Salvato e Barreto (2010), a proporção de pobres depende do nível médio de renda e de como ela é distribuída. Nesse caso,

O crescimento pró-pobre é analisado através da verificação de alta sensibilidade da pobreza relativa ao crescimento da renda, de um efeito de crescimento da renda média (na qual os pobres são beneficiados) ou um crescimento da renda dos pobres mais que proporcionalmente à renda dos não pobres (MATIAS, SALVATO E BARRETO, 2010, p. 5).

Em relação a esse fator, o Brasil tem apresentado um significativo crescimento econômico e estabilidade financeira, nos últimos anos, especificamente, no período que se inicia no ano 2000 e termina em 2010. Esse crescimento, de acordo com o estudo feito por Matias, Salvato e Barreto (2010), foi acompanhado de uma de melhora na distribuição de renda, ou seja, o crescimento vivenciado nesse período foi pró-pobre. Em que, segundo Resende, Da Mata e Carvalho,

Divide-se o crescimento pró-pobre em quatro categorias: (i) pró-pobre, em que o crescimento da renda domiciliar per capita média dos pobres é superior ao aumento da renda domiciliar per capita média; (ii) não pró-pobre, em que o aumento da renda da população menos abastada dá-se a uma taxa inferior ao crescimento da renda média; (iii) empobrecedor, em que um crescimento econômico positivo é acompanhado por uma redução na renda per capita média dos pobres; e (iv) inconclusivo, i.e., um padrão de crescimento econômico que não se enquadra em nenhuma das três categorias apresentadas anteriormente. (RESENDE; DA MATA; CARVALHO, 2007, p. 22).

Por fim, com base na explanação anterior, convém ressaltar que o crescimento tem um papel importante na redução da desigualdade de renda, com destaque para a redução da pobreza causada pela falta dessa renda. De acordo com Barros, Carvalho, Franco e Mendonça (2006a), nas últimas décadas (1990 e 2000), sempre que se observou queda na pobreza brasileira, esta foi consequência do crescimento econômico. Isso porque, embora as políticas de transferências de renda venham se consolidando como uma importante faceta do sistema de proteção social brasileiro, de acordo com Hoffman (2005), uma parcela muito pequena da redução da desigualdade pode ser associada aos programas oficiais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família.

Para Hoffman (2005), é o rendimento do trabalho o principal agente na redução da desigualdade. Além disso, apesar da evidente importância da redistribuição de renda para o

combate à pobreza no Brasil, segundo Barros, Henriques e Mendonça (2000), os únicos mecanismos utilizados para reduzir a pobreza, além de extremamente limitados ao seu impacto, resultam, de modo sistemático, do crescimento econômico.

### 2.1.2 Transferência de Renda e Desigualdade

A construção dos direitos sociais de educação, saúde e proteção social, base da cidadania social, reporta-se a uma estratégia de enfrentar a temática da desigualdade (CARDOSO; JACCOUD, 2005). Como uma das estratégias de enfrentamento da desigualdade tem-se as transferências de rendas do Governo Federal. Segundo Fábio Soares, Sergei Soares, Medeiros e Osório,

Os programas brasileiros de transferência de renda à população de baixa renda são importantes porque sem eles dificilmente a erradicação da pobreza e a redução da desigualdade a níveis toleráveis serão possíveis dentro de um horizonte de tempo razoável. Embora estes programas seguramente não constituam uma solução única e permanente para os problemas sociais do país, não há dúvida que esses programas devem fazer parte de qualquer proposta séria de promoção de uma sociedade mais justa. (SOARES F.; SOARES S; MEDEIROS; OSÓRIO, 2007, p. 22).

Essas transferências têm um papel importante, tendo em vista que a desigualdade social, enfatizando a desigualdade econômica, tende a ser determinada, principalmente, pela distribuição desigual da renda, embora existam outros fatores como a má formação educacional, investimentos mal distribuídos, crescimento desigual da economia, disparidades regionais etc.

Analisando os trabalhos de Barros, Carvalho e Franco (2007), Hoffmann (2005) e Fábio Soares, Sergei Soares, Medeiros e Osório (2007), há consenso de que boa parte da queda na desigualdade, na primeira metade dos anos 2000, se deveu a transformações na renda não derivada do trabalho. De acordo com Barros, Carvalho e Franco (2007), as transferências públicas têm não apenas a maior participação entre os componentes da renda não derivada do trabalho, como também respondem por, praticamente, toda a mudança ocorrida na distribuição desse item da renda familiar. Nesse caso, o aumento da renda não derivada do trabalho é importante porque:

Aumentos na taxa de cobertura de uma fonte de recurso sempre reduzirão o grau de desigualdade na sua distribuição, fazendo declinar, normalmente, a desigualdade

total. Isso ocorre porque é bastante comum observar que a maior fonte de desigualdade é entre quem recebe e quem não recebe determinada renda. (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2007, p. 62).

Nessa perspectiva, para Barros, Carvalho e Franco (2007), boa parte dessa redução da desigualdade não está relacionada às transformações no mercado de trabalho, e sim a mudanças na distribuição da renda não derivada do trabalho, sobretudo nas transferências públicas. Isso porque, embora o trabalho seja a principal fonte de renda das famílias brasileiras, a participação dos rendimentos do trabalho na renda total das famílias declinou ao longo da década anterior ao trabalho citado, ao passo que a participação da renda proveniente de transferência de renda aumentou de forma acentuada. Portanto, o mecanismo preponderante por meio do qual a renda não derivada do trabalho afetou a desigualdade total foi a expansão da cobertura por meio das transferências de renda por parte do poder público.

Barros e Camargo (1993) defendem que a renda média e o grau de desigualdade são diretamente associados à distribuição conjunta dos fatores que determinam o nível de renda, sendo o nível de bem-estar em uma sociedade uma função do nível e da desigualdade na distribuição dos fatores determinantes de renda, bem como a função do grau de correlação entre eles.

Continuando na perspectiva da importância das transferências para redução das desigualdades sociais, Miro, Suliano e Oliveira (2001) concordam que a expansão dos programas sociais é forte candidata responsável pelas mudanças na desigualdade. Essa expansão ocorreu com o enfrentamento de uma ampla agenda de reformas no que se refere à ação social do Estado, ainda nas décadas de 1980 e 1990, que teve como resultante um conjunto de mudanças significativas no Perfil do Sistema Brasileiro de Proteção Social (SBPS). De acordo com Cardoso e Jaccoud,

Entende-se por Sistema Brasileiro de Proteção Social o conjunto de políticas e programas governamentais destinados à prestação de bens e serviços e à transferência de renda, com o objetivo de cobertura de riscos sociais, garantia de direitos sociais, equalização de oportunidades e enfrentamento das condições de destituição e pobreza. (CARDOSO; JACCOUD, 2005, p. 194).

A importância da ação social do Estado no enfrentamento da desigualdade foi ampliada recentemente, uma vez que na década de 2000 a magnitude dos benefícios oferecidos, seu grau de cobertura e o grau de atendimento a população que mais necessita deles expandiram-se largamente.



No entanto, seguindo outra linha de raciocínio, Neri (2007) diz que o efeito de redução de volatilidade contamina as medidas de desigualdade, ou melhor, parece que a desigualdade caiu mais, mas porque a economia está mais estável. De acordo com autor:

As desigualdades de renda mensais – o que se mede no Brasil – são infladas por essa flutuação. Se você tiver uma economia em que a renda média auferida ao longo do tempo é a mesma, uma economia igualitária por definição, mas com rendas que flutuam de maneira dessincronizada, parece que a desigualdade é maior do que é na verdade. A redução dessas flutuações produziu um efeito redistributivo ilusório do Plano Real. A desigualdade de rendas mensais cai três vezes mais que a desigualdade de renda ao longo de quatro meses consecutivos, e essa diferença corresponde justamente ao efeito de redução da instabilidade temporal da renda. Em suma, parece que a desigualdade caiu, mas o que caiu mesmo foi a instabilidade da renda individual. (NERI, 2007, p. 66).

Ainda assim, de acordo com o Neri (2007), a expansão de programas focalizados de transferências de renda condicionada, como o Bolsa-Escola e Bolsa-Família, ajudaram a combinar componentes compensatórios e estruturais. Logo, a disponibilidade e a expansão das redes de proteção social a partir de 2000 geraram um impacto pró-pobre em muitas instâncias.

O fato é que as medidas para o combate da desigualdade social foram ampliadas significativamente ao longo da década de 2000. Segundo Nakak, Neri e Son (2010), a partir de 2000, com a criação do Fundo de Erradicação da Pobreza, houve uma adoção gradual de programas provenientes do governo central para os municípios que tiveram os níveis mais baixos de Índice de Desenvolvimento Humano.

Essa gradual adoção de programas sociais no Brasil, principalmente a adoção de programas de transferência de renda à população de baixa renda é um fator importante porque, de acordo com Fábio Soares, Sergei Soares, Medeiros e Osório (2007), sem eles dificilmente a queda da desigualdade de renda no Brasil teria apresentado o desempenho visto nos últimos anos. Para os autores, mesmo sem terem uma longa história, e tampouco atingirem toda a população elegível, eles têm tido o condão de aliviar, ou de sanar, a extrema pobreza de milhões de brasileiros.

Ressalta-se, ainda, o fato de que, além desses programas, tem-se o gasto social com a previdência rural que é um importante fator na distribuição de renda. Segundo Delgado e Cardoso (2000), o gasto social com esse benefício tem uma incidência distributiva e redistributiva muito importante no setor social a que se destina. Para os autores, o padrão de reprodução econômica das unidades domiciliares nas regiões Sul e Nordeste do Brasil

depende decisivamente da participação dos beneficiários da Previdência Rural no rol de estratégias de sustentação das respectivas famílias, seja na utilização do benefício na função precípua de seguro previdenciário, seja como seguro de renda agrícola.

### 2.1.3 Outros aspectos da Desigualdade Social no Brasil

Além do grau elevado de desigualdade social em si, chama atenção no Brasil o seu agravamento mediante condições regionais e individuais. No aspecto regional, o nosso modelo de colonização, o elevado grau de heterogeneidade estrutural<sup>3</sup>, e os interesses diferenciados em áreas econômicas e sociais pelos diversos entes federativos impactaram diretamente as disparidades socioeconômicas<sup>4</sup>. Segundo Salm (2005), a heterogeneidade estrutural, ou seja, a constante recriação de atividades de baixa produtividade, sempre foi percebida pelo pensamento desenvolvimentista como a causa principal tanto da pobreza como da desigualdade.

O aspecto da desigualdade regional no Brasil fica bastante claro quando se considera as especificidades de cada uma das cinco macrorregiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Em face de uma breve comparação das disparidades entre essas macrorregiões basta se destacar o comportamento do PIB em relação à concentração da população em cada uma delas e o percentual de apropriação da renda média *per capita*.

Como mostra o Gráfico 01, em 2000, a região Norte concentrava 7,6% da população brasileira e 4,4% do PIB; em 2010, a região passou a concentrar 8,3% da população brasileira e 5,3% do PIB. Já a região Nordeste, reconhecidamente a região mais pobre do país, em 2000, concentrava 28,1% da população total e, apenas, 12,4% do PIB; em 2010, a concentração populacional na região caiu para 27,8% da população total e a participação no PIB nacional

---

<sup>3</sup> De acordo Segundo Missio (2010), o problema da heterogeneidade estrutural está associado à configuração de um núcleo dinâmico restrito a um setor primário exportador relativamente moderno associado a alguns segmentos industriais e de serviços em meio a uma estrutura ocupacional degradada e com elevado desemprego, caracterizando assim uma estrutura produtiva que é, ao mesmo tempo, especializada e heterogênea. Em outras palavras, a heterogeneidade estrutural refere-se aos desníveis tecnológicos e de produtividade dentro da estrutura produtiva, os quais resultam, em grande parte, da insuficiência dinâmica do sistema, a qual, por sua vez, é causada pelo baixo ritmo de acumulação de capital, pela adoção de tecnologias inadequadas e pelas disparidades de capacitação da força de trabalho.

<sup>4</sup> Nesse aspecto, Medeiros (2003) ressalta o fato de o ambiente de alto crescimento industrial ter sido construído no Brasil sobre uma base social marcada por miséria rural, monopolização mercantil, elevadas rendas das propriedades rurais e urbanas e etc.

aumentou para 13,5%, mas ainda insuficiente para alterar de forma significativa o padrão de vida da sociedade nordestina. A região Sudeste, em 2000, concentrava 42,6% da população brasileira e 58,3% do PIB; em 2010, caiu para 42,1% a concentração da população brasileira na região e o percentual de apropriação do PIB caiu para 55,4%. A região Sul, em 2000, concentrava 14,8% da população brasileira e 16,5% do PIB; em 2010, a concentração da população passou para 14,4% e a apropriação do PIB para 16,5%. Por fim, a região Centro-Oeste, em 2000, concentrava 6,9% da população brasileira e 8,4% do PIB; em 2010 a concentração da população aumentou para 7,4% e a apropriação do PIB para 9,3% do PIB.

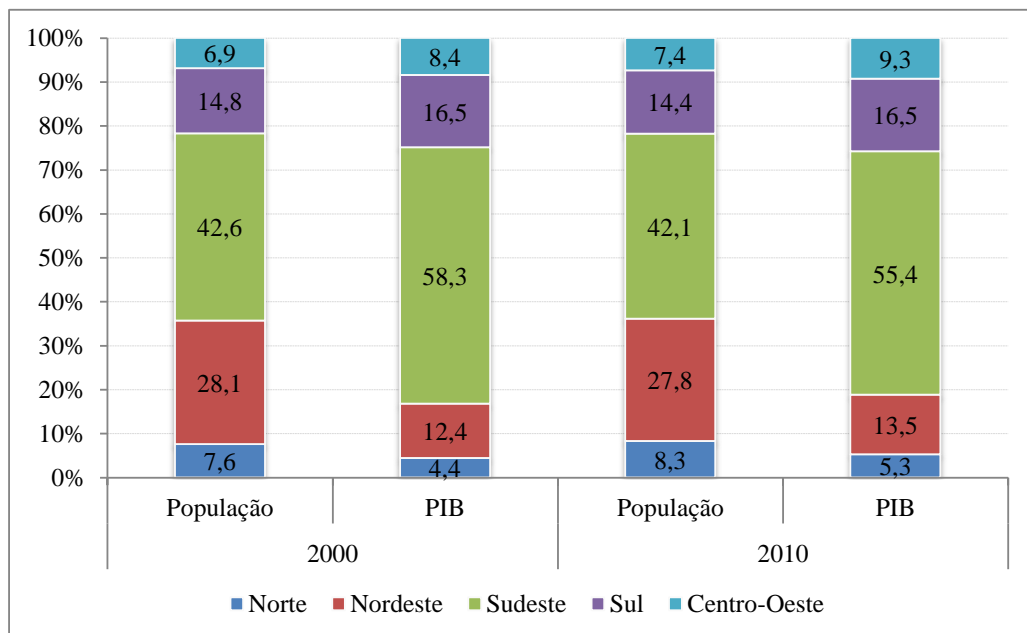


Gráfico 1- Percentual de Concentração da População e Apropriação da renda nas Macrorregiões brasileiras em 2000 e 2010.

Fonte: IBGE

O Gráfico 02 mostra a renda média *per capita* da população de cada Macrorregião, em termos percentuais, em relação à nacional. Em 2000, o PIB *per capita* nacional era de R\$ 6.886, corrigindo esse valor pelo deflator do PIB divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse valor, a preços de 2010, equivaleria a R\$ 15.100. Em 2010, o PIB *per capita* nacional foi de R\$ 19.766, apresentando uma taxa de crescimento médio anual de 2,7% ao ano. Essa taxa média além de não ser uniforme entre as macrorregiões, esse PIB *per capita* também não está tão próximo da realidade de muitos brasileiros. Em 2000, o PIB *per capita* da região Norte correspondia a apenas 57,4% da renda média nacional, e, em 2010, passou a corresponder a 64,3%. Já na região Nordeste, PIB *per*

*capita* correspondia a apenas 44,6% do nacional e, em 2010, passou a corresponder a 48,4%, o que significa que um nordestino não se apropria de metade da renda dos brasileiros que vivem nas regiões sudeste, sul e centro-oeste. Na região Sudeste, em 2000, do PIB *per capita* correspondia a 136,7% do nacional; em 2010, esse percentual caiu 131,5%. A região Sul, em 2000, tinha um PIB *per capita* que correspondia a 111,5% do nacional e em 2010 passou a corresponder a 115,0% do PIB *per capita* médio nacional. Por fim, o PIB *per capita* da região Centro-Oeste, em 2000, correspondia a 121,9% do PIB *per capita* médio nacional e em 2010 passou a corresponder a 126,2%.

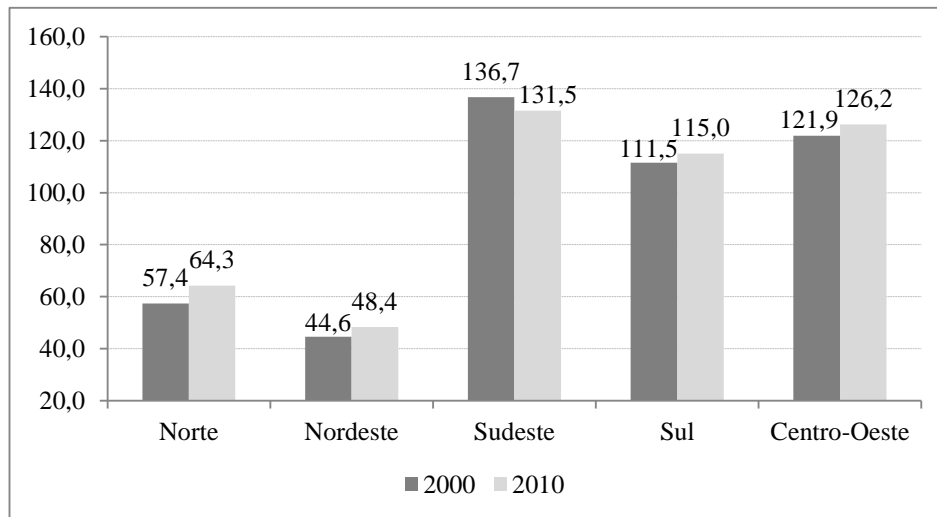


Gráfico 2 - PIB per capita de cada Macrorregião em relação ao Nacional (em %), em 2000 e 2010.  
Fonte: IBGE

No tocante a desigualdade individual, esta diz respeito à desigualdade de renda centralizada na renda individual ou mesmo familiar e domiciliar de uma mesma região. Essa desigualdade é percebida a partir de pesquisas elaboradas pelo IBGE, por exemplo, que foca na renda das famílias ou domicílios. A renda média dessas famílias serve de comparação entre os estados e municípios.

De acordo com Barros (2004), a renda de uma família pode provir essencialmente de três fontes: dos rendimentos de ativos que eventualmente possuam, das transferências de rendas e do rendimento do trabalho. Agrupando as origens dessa renda,

Podemos reunir estas origens em dois grandes grupos: (a) a renda não derivada do trabalho, que depende das transferências governamentais e privadas e da disponibilidade de ativos da família e (b) os rendimentos do trabalho. Assim a renda (...) de uma família depende resulta da remuneração do trabalho, da disponibilidade

de ativos e do acesso a proteção social governamental ou privada. (BARROS; CARVALHO; FRANCO; MENDONÇA, 2006b, p. 126).

Obtemos os determinantes da desigualdade de renda investigando os determinantes da distribuição de renda (BARROS; CARVALHO; FRANCO; MENDONÇA, 2006b). Segundo a proposta analítica de Barros (2004) são determinantes fundamentais da renda familiar *per capita*, e, portanto, do crescimento da pobreza e da desigualdade: as transformações demográficas; o funcionamento e a evolução de redes de proteção social; e os rendimentos do trabalho, determinados essencialmente pela qualidade dos postos de trabalho e qualificação dos trabalhadores. Na explicação da desigualdade individual, de acordo com Barros:

Dentre essas disparidades, a mais importante, sem dúvida, refere-se à qualidade dos postos de trabalho. De fato, o acesso dos pobres a postos de trabalho de pior qualidade tem um impacto sobre a sua renda pelo menos duas vezes maior que o de qualquer outro dos fatores considerados. Enquanto quase 45% do diferencial de renda entre pobres e não pobres devem-se a diferenças na qualidade do posto de trabalho, diferenças em nenhum outro fator chega a explicar 25% do diferencial em renda per capita entre os grupos. (BARROS, 2004, p. 102)

No capítulo 4 serão apresentados alguns indicadores que apresentam uma melhoria no padrão da distribuição individual da renda ao longo do período.

Resumindo a abordagem da desigualdade social no Brasil, de fato houve tanto uma redução da desigualdade entre regiões, quando comparada a desigualdade entre 2000 e em 2010; como uma redução na desigualdade individual, quando comparada às desigualdades individuais de renda, naqueles mesmos anos, dentro de uma mesma região.

Mas, apesar de a melhora ter sido visível e o país tenha dado passos importantes ao longo da década de 2000, o fato dos índices ainda serem considerados como muito elevados em comparação com países de renda semelhante, torna-se um entrave ao desenvolvimento do país, sendo preciso encontrar um ponto comum entre a expansão econômica persistente (crescimento) e a ampla difusão dos benefícios deste crescimento entre a população (equidade).

## 2.2 Aspectos da Desigualdade de Renda no Maranhão

De acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 3º, inciso III, constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a erradicação da pobreza e marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais. De acordo com Cardoso Jr. e Jaccoud:

De fato, a Constituição de 1988 lançou as bases para uma expressiva alteração da intervenção social do Estado, alargando o arco dos direitos sociais e o campo da proteção social sob responsabilidade estatal, com impactos relevantes no que diz respeito ao desenho das políticas, à definição dos beneficiários e dos benefícios. A ampliação das situações sociais reconhecidas como objeto de garantias legais de proteção e submetidas à regulamentação estatal implicaram significativa expansão da responsabilidade pública em face de vários problemas cujo enfrentamento se dava, parcial ou integralmente, no espaço privado. A intenção estatal, regulamentada pelas leis complementares que normatizaram as determinações constitucionais, passou a referir-se a um terreno mais vasto da vida social, tanto com objetivos de equalizar o acesso a oportunidades, como de enfrentar condições de destituição de direitos, riscos sociais e pobreza. (CARDOSO JR; JACCOUD, 2005, p. 182).

Porém, cumprir esse objetivo é um desafio a ser superado, tendo em vista que existe uma intensa heterogeneidade quanto à estrutura produtiva, às relações de trabalho, condições de vida e acesso a bens e serviços que marca a economia brasileira e se reflete diretamente nos indicadores sociais. Além disso, “o processo de concentração geográfica da produção e da renda em algumas regiões não se configura como uma nova tendência da economia brasileira, mas está imbuído com a história do desenvolvimento econômico do país”. (OLIVEIRA; ELLERY JR.; SANDI, 2007, p. 177)

Nesse aspecto, o Maranhão faz parte do grupo de regiões, cujos indicadores sociais e econômicos contribuem de forma negativa para o alcance de boas médias no âmbito nacional. Tanto a desigualdade social quanto a pobreza, enraizadas na história do estado, ainda estão longe de ser superadas, mesmo com o crescimento econômico vivenciado nos últimos anos e a melhoria da renda das famílias.

Essa superação não é uma tarefa simples, de acordo com Mesquita (2008), para alterar o quadro estrutural em que se encontra a economia do Maranhão, onde a desigualdade e a pobreza sobressaem, um desempenho de curto prazo não é suficiente. Segundo o autor, mesmo apresentando um desempenho econômico em patamar acima das médias regional e nacional, o mesmo não tem sido suficiente para mudar o quadro de pobreza em que o estado permanece há gerações.

A distância entre os indicadores sociais do Estado e do país é bastante acentuada. No quesito renda, como mostra o Gráfico 03, o PIB do Maranhão, em 2000, correspondia a

apenas 1,0% do PIB nacional e a 8,1% do PIB do Nordeste; já em relação ao PIB *per capita*, a renda média dos maranhenses correspondia a apenas 30,3% da renda média nacional e 68,4% da renda média da região Nordeste. Em 2010, o PIB do Maranhão passou a corresponder a 1,2% do PIB nacional e a 8,9% do PIB do Nordeste; e, em relação ao PIB *per capita*, a renda média dos maranhenses passou a corresponder a 34,8% da renda média nacional e 72,0% da renda média percebida pelos nordestinos.

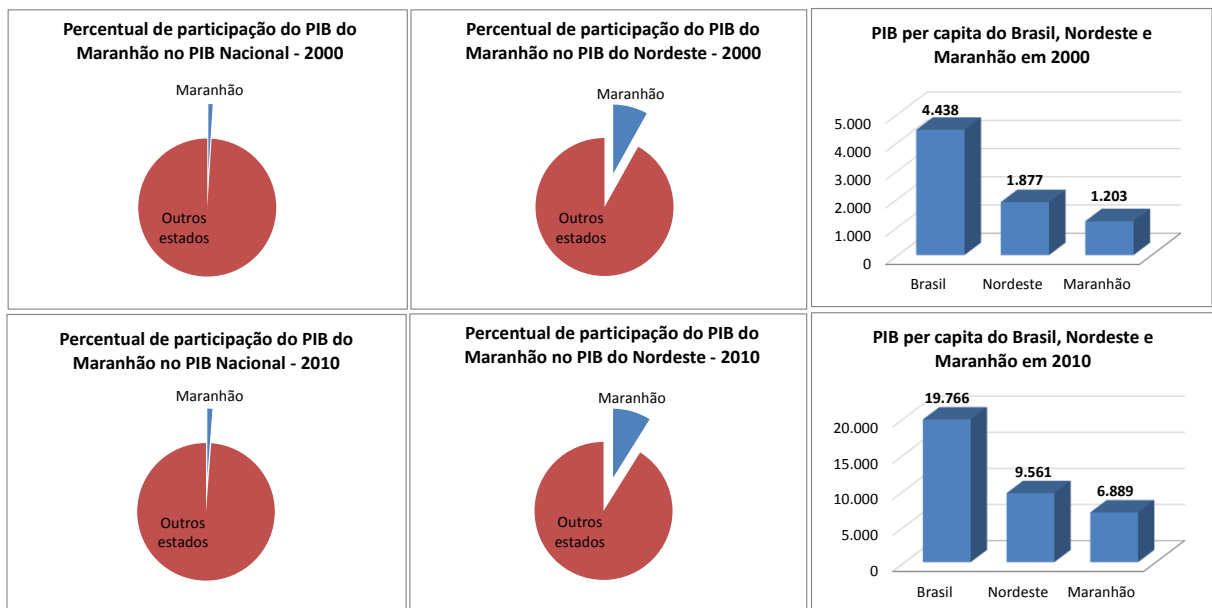


Gráfico 3 - Participação do PIB do Maranhão no PIB do Brasil e do Nordeste em 2000 e 2010, e o PIB *per capita*.

Fonte: IBGE

No quesito distribuição da renda, a questão da desigualdade social no Maranhão também se apresenta em um estágio bem mais grave que no Brasil, tanto no aspecto individual como no aspecto regional.

Quanto ao aspecto individual, à desigualdade da renda calculada através do índice de Gini, era de 0,609, em 2000 (enquanto que no Brasil era de 0,597), caindo para 0,547, em 2010 (enquanto que no Brasil caiu para 0,536). No aspecto da concentração de renda, a desconcentração foi maior no Maranhão, nesse período: no estado, em 2000, os 10% mais ricos concentravam 52,08% da renda, caindo para 44,09, em 2010; no caso do Brasil, essa concentração caiu de 51,29% para 44,41%.

No que diz respeito ao aspecto regional, o dinamismo econômico se concentra em poucos municípios, em que apenas 10 dos municípios do estado concentram 57,8% do PIB estadual.

O fato é que a instabilidade social presente no Maranhão como um todo seria atenuada via um crescimento com qualidade. No entanto, “o padrão de desenvolvimento regional é determinado pelo nível de concentração dos fatores de produção” (OLIVEIRA; ELLERY JR.; SANDI, 2007, p. 178). O grande desafio imposto aos gestores locais diz respeito à internalização de políticas macroeconômicas para o desenvolvimento local, uma vez que o estado possui um alto grau de dificuldade em criar sinergias internas capazes de tornar o processo de desenvolvimento um processo estável e duradouro, já que possui uma das economias mais abertas do país, ou seja, maior parte da base econômica está atrelada as exportações. Segundo Mesquita,

Partindo da premissa de que a economia do Estado do Maranhão tem um grau de “liberdade” muito pequeno no processo de manipulação das variáveis que repercutem no crescimento do PIB e que os setores dinâmicos da economia local (commodities) se articulam com uma lógica de crescimento mais geral sobre a qual pouco se pode atuar, a perspectiva de se obter um quadro de desenvolvimento “sustentável” não constitui tarefa das mais viáveis a ser conseguida. (...) a perspectiva de crescimento da economia local nos moldes em que funciona atualmente depende prioritariamente de investimentos que se vinculam ao cenário internacional, que podem ser contrabalançados. (MESQUITA, 2008, p. 50).

Entretanto, mesmo com as dificuldades em engajar políticas de crescimento econômico local e a dependência de recursos federais, houve avanços substanciais ao longo dos últimos anos, principalmente entre 2000 e 2010, em que houve uma redução da desigualdade social e uma melhora da renda da população. Essa melhora na renda foi resultando tanto da ampliação da renda oriunda do trabalho quanto da renda não derivada do trabalho, com destaque para as transferências governamentais.

O mercado de trabalho apresentou um crescimento significativo no período analisado, o número de pessoas ocupadas, de acordo com dados do IBGE, passou de 1,9 milhão para 2,4 milhões (uma taxa anual (a.a.) de crescimento de 2,1%) – acima da taxa de crescimento da população em condição de atividade economicamente ativa, que cresceu a taxa de 1,8% a.a. Essa melhora é ainda mais significativa quando se trata dos dados do mercado formal de trabalho, cuja participação no total da população ocupada passou de 14,9%, em 2000, para 27,0% em 2010. O número de trabalhadores formais cresceu a taxa de 8,4% ao ano (passando de 284,8 mil trabalhadores, em 2000, para 636,6 mil, em 2010).



No entanto, para Silva (2011), esse crescimento ainda foi pífio diante do crescimento da renda *per capita*, fazendo crer que a produtividade crescesse a taxas muito maiores. Logo, “a parcela da queda na desigualdade que decorreu de mudanças na renda do trabalho definitivamente não resultou de mudanças no acesso ao trabalho. Ela resultou de mudanças na distribuição das remunerações dos trabalhadores.” (BARROS; CARVALHO; FRANCO; MENDONÇA, 2006 b, p. 143).

Carvalho (2013) calcula o percentual de pessoas em situação de extrema pobreza e pobreza que existiria no Maranhão nos anos de 2000 e 2010 caso não houvesse renda proveniente dos programas de assistência de renda mínima (Bolsa Escola e Bolsa Família) e da previdência social através de microdados dos Censos Demográfico de 2000 e 2010 e mostra que: o percentual de pessoas em situação de extrema pobreza com a contribuição dos programas era de 40,7%, em 2000, e 25,8%, em 2010 e o de pobreza era de 66,9%, em 2000, e 41,3%, em 2010. Porém, se não houvesse os programas de transferência de renda e as famílias dependessem exclusivamente da renda obtida do trabalho, o percentual de pessoas vivendo na situação de extrema pobreza seria 58,6%, em 2000 (aumentando em 17,9 pontos percentuais (p.p.)), e 43,5%, em 2010 (aumento de 17,7 p.p.); e o de pobres seria de 77,1%, em 2000 (aumento de 10,2 p.p.), e de 59,6% em 2010 (aumento de 18,3 p.p.).

Portanto, apesar de o desempenho econômico ter tido sua parcela de contribuição para a redução da pobreza, não se pode negar a importância das transferências de renda para melhoria do padrão de vida da sociedade maranhense, uma vez que, “sem essa renda, o número de pessoas que estariam no limite da sobrevivência seria ainda maior”. (CARVALHO, 2013, p. 92)

Por isso, destaca-se aqui, mais uma vez, a importância de uma avaliação dessa redução da desigualdade no Maranhão, dando destaque para as contribuições do crescimento econômico e das transferências de rendas. Quanto às contribuições para a redução da desigualdade social, de um lado, o Maranhão cresceu a taxas significativas nos últimos anos, superior a média nacional. Entre 2000 e 2010, o crescimento médio real do PIB *per capita* do Estado foi de 5,7% ao ano, enquanto que o do Brasil foi 4,2% ao ano. Por outro lado, uma parcela significativa das famílias maranhenses depende da renda dos programas sociais federais. Em 2010, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), 57,7% (ou 871.297) das famílias maranhenses recebiam recursos do programa Bolsa Família. Ao

longo do ano, foram repassados recursos no valor de R\$ 1.089 milhões – o correspondente a 2,4% do PIB do estado.

No capítulo a seguir será exposta a metodologia para análise da desigualdade social no Maranhão e da contribuição do crescimento econômico e das transferências de renda para a redução dessa desigualdade. A análise proposta adotará os indicadores de abrangência municipal para análise da situação do Estado, partindo-se da premissa de que o índice médio de um território acaba camuflando as necessidades específicas de diferentes regiões e, por isso, entende-se que a análise de indicadores gerados com dados municipais tem muito a acrescentar na percepção da atual fase de desenvolvimento do estado e suas peculiaridades. Sendo algumas dessas peculiaridades o fato de apenas 10 municípios concentrarem mais de 50% da produção econômica e mais de 50% da população do estado.

### 3. MODELOS DE ANÁLISE E INDICADORES DE DESIGUALDADE DE RENDA

A investigação sobre a distribuição de renda da população nos conduz diretamente à mensuração do nível de desigualdade vigente em determinada região e, do mesmo modo, aos problemas que surgem no próprio âmbito da mensuração. A proposta desse trabalho é analisar a desigualdade de renda a partir do índice de Gini, do índice L de Theil e da Razão entre a renda dos 10% mais ricos e 40% mais pobres.

A renda em si será analisada através do PIB *per capita* e da renda média mensal domiciliar *per capita*, que será decomposta em quatro tipos de renda: Renda do Emprego; Renda de Empregadores; Renda do Trabalho por Conta Própria; e Renda de Transferências, conforme o modelo proposto no subitem 3.2.2.

#### 3.1 Indicadores de Desigualdade de Renda

A análise da evolução da desigualdade de renda baseia-se, comumente, no cálculo de um índice de desigualdade em diferentes períodos, de forma que, se o índice cresce de um período para o outro então se considera que a distribuição piora e vice-versa. Existem várias medidas do grau de desigualdade de uma distribuição, com destaque para o índice de Gini, a variância dos logaritmos e os índices T e L de Theil, comumente utilizadas na análise da distribuição de renda. Além desses, ultimamente, muitos autores vêm utilizando as proporções de renda total apropriadas por certos grupos da população, no nosso caso, a razão entre a renda dos 10% mais ricos e 40% mais pobres.

Embora por diversas vezes esses indicadores já tenham sido mencionados ao longo deste trabalho, convém agora apresentá-los de maneira mais precisa, de forma que a interpretação dos mesmos possa receber um tratamento um pouco mais aprofundado.

### 3.1.1 Índice de Gini

A utilização do índice de Gini possibilitará a análise do problema da mensuração do grau de desigualdade da distribuição da renda no Maranhão através dos dados para os 217 municípios. O referido índice pode ser definido a partir da área de uma curva de Lorenz padronizada. A curva de Lorenz, de acordo com Azevedo (2007), é um dos principais métodos para descrição e análise de distribuição de renda. Segundo o autor, a curva de Lorenz

Mostra, simplesmente, como a proporção da renda total aumenta em razão da proporção da população, considerando rendas crescentes per capita. Se todas as pessoas tivessem exatamente a mesma renda, a proporção acumulada da renda seria sempre igual à proporção acumulada da população, o que configuraria uma situação de “perfeita igualdade”. Em contrapartida, se toda a renda fosse apropriada por uma única pessoa, e as demais não recebessem absolutamente nada, configurar-se-ia uma situação de “perfeita desigualdade”. (AZEVEDO, 2007, p. 164)

De acordo com Azevedo (2007, p.164), a configuração da curva de Lorenz pode ser dada por:

$$(1) L(p) = \frac{1}{N\mu} \sum_u y_i I\{y_i \leq \varepsilon_p\}, 0 \leq p \leq 1,$$

Em que  $\mu$  é a renda média da população,  $I(\cdot)$  denota uma função indicador, e  $\varepsilon_p$  é o quantil de renda da população  $p$ .

Como área de uma curva de Lorenz padronizada, o índice de Gini é a razão entre a área obtida e a maior área possível da curva de Lorenz (que é  $1/2$ ). De acordo com Azevedo (2007, p.165), baseado em Glasser (1962), a forma de cálculo das populações finitas pode ser dada por:

$$(2) G = \frac{1}{N} \sum_u (2F_i - 1)y_i / \mu$$

Em que  $F_i = F(y_i) = (1/N)\sum_{j \in U} I\{y_j \leq y_i\}$  é o valor função de distribuição para população finita em  $y_i$ .

Logo, o índice de Gini pode ser definido como solução da equação:

$$(3) U_1(G, \{F_i\}_{i \in U}) = \sum_u [(2F_i - 1)y_i / \mu - G] = 0,$$

Na qual o parâmetro  $\lambda = \{\{F_i\}_{i \in U}, \mu\}$  é a solução do sistema de equações:

$$(4) \begin{cases} \{\sum_{J \in U} [I\{y_j \leq y_i\} - F_i] J \in U \\ \sum_U (y_i - \mu) = 0, \end{cases}$$

Em que o número de parâmetros desconhecidos é N. Como os valores de y são para uma população de tamanho N, é possível solucionar esse sistema de equações.

A estimativa do índice de Gini é:

$$(5) \hat{G} = \frac{1}{N\hat{\mu}} \sum_s (2\hat{F}_i - 1)y_i,$$

Em que  $\hat{\mu}$  e  $\hat{F}_i$  são a solução do sistema de equações estimadas.

O índice de Gini apresenta dados entre o número 0 e o número 1, onde zero corresponde a uma completa igualdade na renda (onde todos detêm a mesma renda *per capita*) e um que corresponde a uma completa desigualdade entre as rendas (onde um indivíduo, ou uma pequena parcela de uma população, detêm toda a renda e os demais nada têm). Sendo que, segundo Hoffmann,

Um alto grau de desigualdade ocorre quando uma grande proporção do valor total corresponde a uma pequena proporção das unidades. Um alto grau de concentração ocorre quando o valor uma grande proporção do valor total corresponde a um pequeno número de unidades. (HOFFMANN, 2006, p. 370).

### 3.1.2 Índice L de Theil

O Índice de L de Theilou Theil – L mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*, excluídos aqueles com renda domiciliar *per capita*

nula. É o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica da renda domiciliar *per capita* dos indivíduos, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre eles e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo.

De acordo com Hoffmann (1991), o índice de Theil mede o quanto a distribuição de renda observada (cada indivíduo detendo uma fração igual a  $Y_i$  da renda total) descola de uma distribuição perfeitamente uniforme (cada indivíduo detendo uma fração igual a  $1/n$  da renda total), ou o grau de redundância em relação a esta última, ponderando-se cada observação pela parcela da renda. Conforme o autor, considerando uma população com  $n$  pessoas cujas rendas são indicadas por  $x_i$  ( $i=1, \dots, n$ ), se  $\mu$  é a renda média, a participação da  $i$ -ésima pessoa na renda total é

$$(6) y_i = \frac{x_i}{n\mu}$$

Sendo que a redundância é dada por

$$(7) R = \sum y_i \ln n y_i$$

Em que se pode verificar que  $0 \leq R \leq \ln n$ , com  $R = 0$ , quando  $x_i = \mu$  para todo  $i$ , e  $R = \ln n$  quando toda renda é apropriada por uma única pessoa. Seja  $\mu_\omega$  a média geométrica ponderada das rendas  $x_i$ , com fatores de ponderação  $y_i$ , isto é,

$$(8) \ln \mu_\omega = \sum y_i \ln x_i$$

Verifica-se, então, que

$$(9) R = \ln \frac{\mu_\omega}{\mu}$$

Nota-se que o valor dessa medida de desigualdade é afetado pela base do logaritmo, sendo usual e recomendável utilizar logaritmos naturais (HOFFMANN, 1991). O chamado índice L de Theil é dado pela fórmula

$$(10) \quad L = \frac{1}{n} \sum \ln \frac{1}{ny_i}$$

Seja  $\mu_g$  a média geométrica das rendas  $x_i$ , então

$$(11) \quad L = \ln \frac{\mu}{\mu_g}$$

Quando todas as rendas são iguais, temos  $L = 0$ . Mas não há um limite superior para o valor de  $L$ . Quando uma das rendas tende a zero,  $L$  tende a infinito, sendo que os fatores de ponderação da desigualdade dentro dos grupos são as populações dos grupos.

### 3.1.3 Razão entre a renda dos 10% mais ricos e a renda dos 40% mais pobres

Outro indicador importante de desigualdade de renda é a razão entre a renda *per capita* dos 10% mais ricos e a renda *per capita* dos 40% mais pobres, que mostra o tamanho da diferença da apropriação da renda desses dois grupos sociais. Essa razão é uma medida do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita – ele compara a renda média dos indivíduos pertencentes ao decil mais rico da distribuição com a renda média dos indivíduos pertencentes aos quatro decis mais pobres da mesma distribuição.

Os valores para o cálculo dessa razão são obtidos através do Censo Demográfico. O indicador corresponde à razão entre a razão entre a renda *per capita* dos 10% mais ricos e a renda *per capita* dos 40% mais pobres.

$$(12) \quad \text{Razão 10/40} = \frac{\text{renda per capita dos 10\% mais ricos}}{\text{renda per capita dos 40\% mais pobres}}$$

Essas medidas de desigualdade envolvem a comparação entre duas proporções e, por isso, são importantes para a percepção do tamanho da desigualdade existente entre as mesmas.

### 3.2 Modelos Analíticos e Desigualdade no Maranhão

A princípio, o que se percebe é que, embora a desigualdade ainda esteja num patamar elevado no Maranhão, a mesma vem apresentando uma tendência de queda no período recente. Sugere-se então que essa tendência na desigualdade deve ser o reflexo de fenômenos tais como o crescimento econômico e/ou o processo de transferência de renda através dos programas sociais.

Logo, uma forma alternativa de estudar a desigualdade, proposta por trabalhos como de Shorrocks (1982) e de Silveira Neto (2010), é a verificação da parcela de contribuição de fatores ligados à renda na redução da desigualdade total, ou seja, fazer uma desagregação da renda em diferentes componentes para avaliar a contribuição de diversas fontes para a desigualdade de renda total.

#### 3.2.1 Modelos Analíticos de Desigualdade

Os modelos a serem apresentados aqui são os de decomposição da desigualdade, sendo o principal deles o de Shorrocks (1982). A importância da metodologia baseada neste autor está no fato de poder entender a contribuição dos fatores por meio da decomposição do objeto de estudo, nesse caso, a desigualdade social. O autor propôs uma desagregação da renda de indivíduos ou famílias em diferentes componentes, tais como salário, rendimento de investimentos e pagamento de transferências com a finalidade de avaliar as contribuições destas fontes para a desigualdade de renda total. Ressaltando que na abordagem adotada, uma série de princípios básicos de decomposição são propostos e suas implicações para a atribuições de contribuições dos componentes são examinados.



De acordo com Shorrocks (1982), julgamentos sobre a importância das várias influências sobre a desigualdade de renda têm uma longa história, sendo que algumas das questões subjacentes são facilmente apreciadas, se for considerada a decomposição da desigualdade por fatores utilizando a variância como medida de desigualdade, a um ponto de referência conveniente para este de problema.

Seja  $Y_i^k$  = renda individual, sendo  $i = 1, \dots, n$  e  $k = 1, \dots, K$ , e

$Y = (Y_1, \dots, Y_n) = \sum_k Y^k$  = distribuição total dos rendimentos. Então:

$$(13) \quad \sigma^2(Y) = \sum_K \sigma^2(Y^K) + \sum_{k \neq j} \sum_k p_{jk} \sigma(Y^j) \sigma(Y^K)$$

Onde  $p_{jk}$  é o coeficiente de correlação entre  $Y^j$  e  $Y^K$ .

A decomposição proposta por Shorrocks (1982) é importante na mensuração do modelo de análise da contribuição do crescimento econômico e das transferências de renda para a desigualdade de renda no Maranhão, tendo em vista a expansão econômica vivenciada entre 2000 e 2010 e a ampliação das políticas de transferências de renda ao longo desse período.

Além da contribuição de Shorrocks (1982), e partindo da decomposição dinâmica da desigualdade proposta por esse autor, Silveira Neto (2010) propôs uma decomposição da renda *per capita* com o objetivo de explorar as influências das mudanças das estruturas produtivas públicas dos estados e o impacto dos programas sociais federais de transferências de renda sobre a evolução da desigualdade regional entre 1995 e 2006.

Para análise da contribuição da desconcentração industrial e das políticas públicas na redução recente da desigualdade regional da renda no Brasil, Silveira Neto (2010) se baseou no seguinte modelo:

$$(14) \quad y_e = y_{eta} + y_{eti} + y_{ets} + y_{etg} + y_{eap} + y_{eal} + y_{eca} + y_{eBF} + \dots + y_{eBPC}$$

Sendo  $e = 1, \dots, 27$

Onde:  $y_{eBF}$

$y_e$  = renda total *per capita* das unidades da federação;

$y_{eta}$  = renda do trabalho da agricultura *per capita*;

$y_{eti}$  = renda do trabalho da indústria *per capita*;

$y_{ets}$  = renda do trabalho dos serviços *per capita*;

$y_{etg}$  = renda do trabalho da administração pública *per capita*;

$y_{eap}$  = renda de aposentadorias e pensões *per capita*;

$y_{eal}$  = renda de aluguéis e doações *per capita*;

$y_{eca}$  = renda do capital (juros, dividendos, etc.) *per capita*;

$y_{eBF}$  = renda derivada do Programa Bolsa Família *per capita*;

$y_{eBPC}$  = renda derivada dos recursos do Benefício de Prestação Continuada *per capita*.

Silveira Neto (2011) trabalha com os microdados da Pesquisa Nacional por Domicílios (PNAD) e pondera o fato de que além das imprecisões com respeito às rendas de capital, dificuldades adicionais dizem respeito, por um lado, à atribuição da renda dos programas federais do Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada e, por outro, a imputação da renda do trabalho de cada setor.

Essa avaliação proposta é interessante na análise da parcela de contribuição da renda oriunda do trabalho e da renda não oriunda do trabalho, em que se destacam a renda de transferências da previdência social e do Programa Bolsa Família. Esse mecanismo serve de alternativa de análise da contribuição dos fatores determinantes na redução da desigualdade de renda: a saber, o crescimento econômico e as transferências.

Feitas as ponderações proposta pelo autor, no que diz respeito à participação das fontes de renda no total da renda mensal *per capita* em 2006, Silveira Neto (2011) apontou que para o caso do Nordeste 42,1% da renda *per capita* era proveniente do trabalho no setor de serviços, 22,5% era proveniente de aposentadorias e pensões, 12,3% do trabalho no setor da indústria, 10,0% do trabalho na administração pública, 6,9% do trabalho no setor da

agricultura, 2,1% proveniente de renda do capital, 2,1% de renda derivada do Bolsa Família, 1,2% da renda derivada do Benefício de Prestação Continuada e 0,7% da renda de aluguéis e doações. Percebendo-se que a participação dos programas sociais no total da renda é pequena, sendo que essa participação é maior no Nordeste que foi de 3,3%, seguido do Norte, 2,2%, Centro-Oeste, 1,4%, Sudeste, 0,7%, e Sul, 0,5%.

No entanto, para Silveira Neto (2010), apesar da participação pequena dos programas sociais no total da renda *per capita*, eles foram de crucial importância para redução da desigualdade regional tendo em vista que este melhora a renda das famílias mais carentes, como foi destaque no Nordeste, diminuído a diferença da renda das famílias mais pobres em relação a renda das famílias mais ricas.

Tem-se ainda a contribuição de Barros e Camargo (1993) que defendem que a renda média e o grau de desigualdade são diretamente associados à distribuição conjunta dos fatores que determinam o nível de renda, sendo o nível de bem-estar em uma sociedade uma função do nível e da desigualdade na distribuição dos fatores determinantes de renda, bem como a função do grau de correlação entre eles. Os autores exprimiram, na investigação dos determinantes do nível agregado de bem-estar social, em nível microeconômico, a renda familiar *per capita* como produto de uma série de seis fatores:

- a) A razão de dependência;
- b) A proporção de adultos empregados na família;
- c) O poder de barganha destes trabalhadores no mercado de trabalho;
- d) A qualidade dos seus empregos;
- e) A qualidade potencial dos serviços que eles podem oferecer; e
- f) Em que medida este potencial é efetivamente materializado.

Por último, e ainda com base na desagregação da renda, e mantendo a proposta de Shorrocks (1982), temos as contribuições de Ferreira, Leite, Litchfield e Ulyseia (2006), em que, segundo eles, uma forma alternativa de investigar a estrutura estatística da desigualdade de renda em qualquer ponto no tempo consiste em identificar como as diferentes fontes de renda contribuem para a desigualdade total. Para análise, consideraram cinco fontes de renda distintas, sendo que, para cada fonte de renda, são computadas as rendas médias, a medida de desigualdade e a correlação daquela fonte de renda particular com a renda total do domicílio e estes três fatores determinam a contribuição de uma dada fonte para a desigualdade total:

- a) Renda do emprego (formal e informal);
- b) Renda do trabalho por conta própria;
- c) Renda dos empregadores;
- d) Renda de seguridade social; e

- e) Uma categoria residual que corresponde ao quesito “outras rendas”, composta essencialmente por rendimentos de capital e rendas advindas de programas governamentais de transferências.

A metodologia desses trabalhos contribui tanto para o entendimento de como proceder na análise da desigualdade de renda no Maranhão como para o desenho do modelo de análise da contribuição de cada fator determinante na redução dessa desigualdade.

### 3.2.2 Abordagem da Desigualdade de Renda no Maranhão

Partindo da contribuição dos trabalhos de Shorrocks (1982), Silveira Neto (2010), Ferreira, Leite, Litchfield e Ulysea (2006) e Barros e Camargo (1993), propõe-se, neste trabalho, analisar a desigualdade em pontos diferentes no tempo, para ver sua evolução, e desagregá-la em diferentes componentes para avaliar a contribuição do crescimento econômico e das transferências de renda para desigualdade social no Maranhão a partir dos dados de seus 217 municípios.

Para tanto, foi adotado neste trabalho a proposta de decomposição da desigualdade por fontes de renda de Ferreira, Leite, Litchfield e Ulysea (2006) explanado no subitem 3.2.1., fazendo-se algumas alterações por conta dos dados utilizados, que ao invés de partir da PNAD, adotaram-se os dados do Censo Demográfico de 2000 e de 2010 por ser uma pesquisa mais completa, e devido a dificuldade do acesso aos microdados destes, optou-se por trabalhar com as tabelas do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), que é um banco de dados agregados do IBGE e os dados brutos do Atlas de 2013, que divulga uma parcela de microdados do Censo Demográfico. Com isso, a desagregação da renda será feita em quatro tipos distintos:

- a) Renda do emprego (formal e informal);
- b) Renda do trabalho por conta própria;
- c) Renda dos empregadores; e
- d) Renda de transferências, cujas informações dizem respeito aos benefícios da previdência social e do programa bolsa família, acessadas no site do Ministério de Desenvolvimento Social e da Previdência Social.

Ressaltando que, como os dados das três primeiras rendas dizem respeito a uma média mensal domiciliar, o total de benefícios e repasses do Programa Bolsa Família foi dividido pela mesma base. Além disso, uma vez que o Programa Bolsa Família foi consolidado apenas

em 2004, para o ano 2000, o valor das transferências corresponde apenas aos benefícios da previdência.

No modelo, para cada fonte de renda,  $f$ , são computadas as rendas médias, a medida de desigualdade e a correlação daquela fonte de renda particular com a renda total do domicílio. Ressaltando que a medida de desigualdade diz respeito ao índice  $L$  de Theil, uma vez que, tomando como base as considerações de Hoffmann (1991),

O índice de Gini é inconveniente para estudos em que a população é dividida em grupos (conforme a região de residência, o setor de atividade ou o nível de escolaridade, por exemplo) e se deseja decompor a desigualdade total em uma parte relativa às diferenças entre grupos e uma parte relativa à desigualdade dentro dos grupos. Uma das medidas de desigualdade bastante utilizada para fazer esse tipo de decomposição é a redundância, proposta por Theil (1967) com base na teoria da informação. (HOFFMANN, 1991, p. 144)

Os três fatores apontados anteriormente determinam a contribuição de uma dada fonte para a desigualdade total, sendo  $S_f$  a parcela absoluta da fonte  $f$  na desigualdade total e  $s_f$  a parcela proporcional (onde  $\sum s_f = 1$ ). Analogicamente a estatística  $R_B$ , quanto maior os valores de  $S_f$  e  $s_f$  maior a contribuição da fonte de renda  $f$  para a desigualdade total.

Como informação complementar, o capítulo seguinte mostrará o comportamento da pobreza no Maranhão, uma vez que uma parcela muito significativa de pobres mostra que a renda não está chegando de forma equitativa às famílias, já que a renda *per capita* do estado está bem acima dos níveis de avaliação de pobreza e extrema pobreza. Além disso, será demonstrado de forma separada o comportamento entre 2000 e 2010 da renda e da desigualdade.

A desagregação da desigualdade total por meio da renda será fundamental para identificação da contribuição do crescimento econômico, que impacta diretamente na renda do emprego, de empregadores e trabalhadores por conta própria pela ampliação da demanda agregada, e das transferências de renda para a redução da desigualdade total.

Portanto, o emprego da metodologia aqui apresentada deverá resultar em uma fotografia da desigualdade de renda no Maranhão em 2000 e em 2010. A partir dos resultados obtidos poderá, então, ser procedida, uma comparação entre ambas, de forma que possam ser detectadas mudanças ao longo do período; bem como a contribuição de cada fator, em cada ponto do tempo.

## 4. INDICADORES E EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE NO MARANHÃO

Como ilustração das questões metodológicas analisadas nas seções anteriores, serão apresentados a seguir dados da evolução da pobreza, da renda e da desigualdade de renda, além da comparação da renda média e mediana com os indicadores de desigualdade em 2000 e 2010. Nos aspectos gerais, procurar-se-á comparar a realidade do Maranhão com outros estados para que se tenha uma noção mais apropriada da sua posição no país.

### 4.1 Pobreza

A desigualdade de renda se reflete diretamente na intensidade da pobreza, quando esta é avaliada pela questão da renda. Nesse aspecto, trabalha-se com duas classificações (adotadas pelo PNUD): o percentual de extremamente pobres, ou seja, a proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais (em reais de agosto de 2010), e o percentual de pobreza, que corresponde proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais (em reais de agosto de 2010).

Nos últimos anos, o governo brasileiro passou a dedicar maior ênfase ao combater a extrema pobreza através da expansão da cobertura de programas sociais, com destaque para o Programa Bolsa Família, que, juntamente com os benefícios da previdência, apresentou um peso relevante no rendimento das famílias.

Como mostram os dados apresentados no Gráfico 04, em relação ao nível de extrema pobreza, de acordo com os dados do IBGE, o Maranhão possui o maior percentual de extremamente pobres no Brasil. Em 2000 a taxa era de 37,21%, seguido do Piauí (32,5%) e Alagoas (31,95%), sendo o percentual mais baixo de extremamente do país naquele ano o de São Paulo (2,42%). Já em 2010, esse percentual caiu para 22,47% (uma queda a taxa média de 4,92% ao ano), sendo essa queda insuficiente para que o estado deixasse de ter maior percentual de extremamente pobres do país. Isso porque, o percentual de queda da extrema pobreza ocorreu de forma mais intensa em outros 22 estados da federação, com destaque para Santa Catarina (12,46% a.a.), Paraná (-10,70% a.a.) e Distrito Federal (-9,64%

a.a.), destacando que a menor queda ocorreu no estado de Roraima (-0,54% a.a.), ressaltando que todos os outros estados do Nordeste apresentaram um desempenho melhor o Maranhão no combate a extrema pobreza.

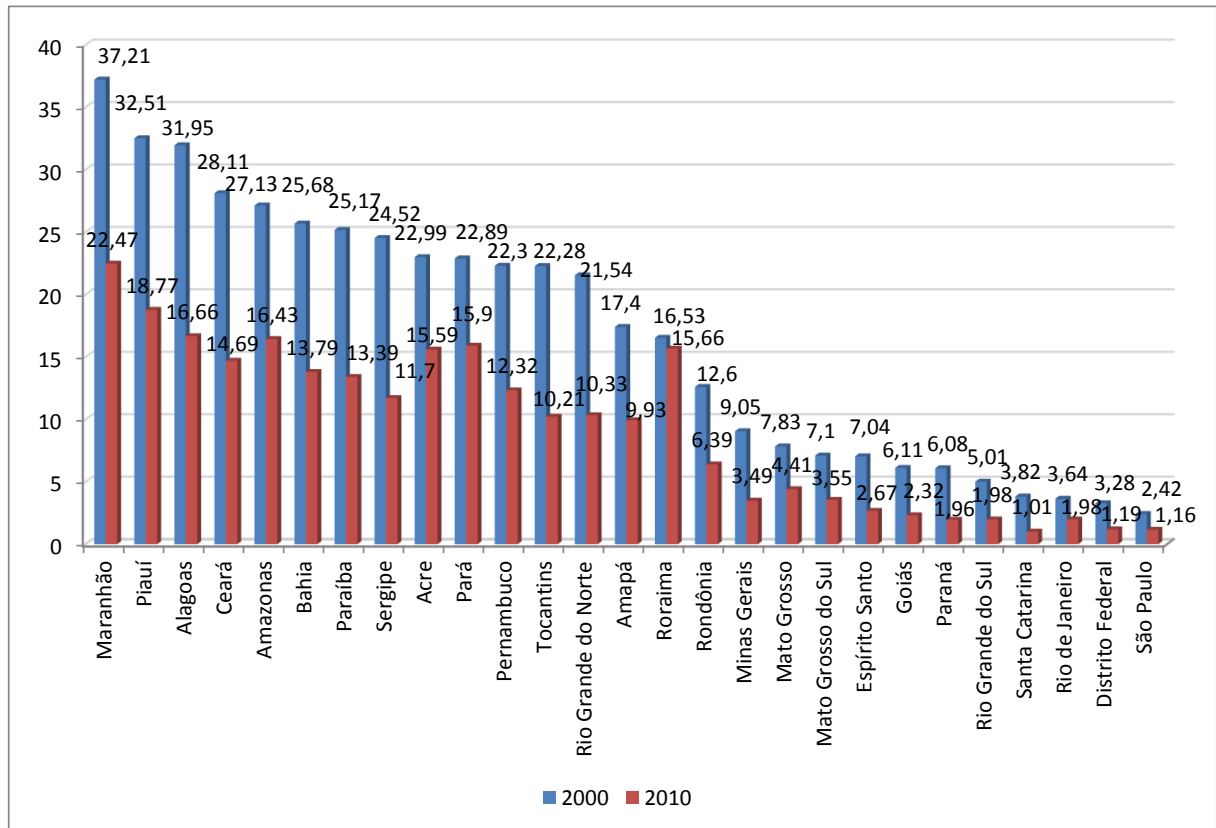


Gráfico 4 - Percentual de Extrema Pobreza em 2000 e 2010 nos estados brasileiros  
Fonte: IBGE

Esse desempenho positivo, embora não muito bom em relação a, principalmente, o restante do Nordeste, é reflexo do maior esforço dos outros estados no combate à incidência da extrema pobreza. Mas, embora a incidência de extremamente pobres ainda seja muito marcante no estado, o desenho da pobreza (Gráfico 05) mudou e fica visível que houve uma melhora, sendo que o percentual de extrema pobreza caiu em 213 municípios e aumentou em apenas quatro municipalidades (ver Anexo A).

Em 2000, 93 municípios tinham um percentual de extremamente pobres acima da casa de 50%, com destaque para Nova Colinas (69,50%), Santo Amaro do Maranhão (69,16%), Presidente Juscelino (67,44%), Belágua (67,02%), Cantanhede (66,33%), São João Batista (65,77%), São Roberto (65,71%), Cachoeira Grande (65,42%), Matões do Norte (64,77%) e Maranhãozinho (64,69%), sendo que as menores taxas foram encontradas em Imperatriz (12,01%), São Luís (13,02%) e Paço do Lumiar (18,22%). Já em 2010, o número de

municípios com percentual de extremamente pobres acima da casa dos 50% caiu para 11 municípios: Marajá do Sena (60,72%), Belágua (58,19%), Cachoeira Grande (55,86%), Jenipapo dos Vieiras (54,26%), Humberto de Campos (53,44%), Presidente Juscelino (51,89%), Fernando Falcão (51,61%), Cajari (51,36%), Santo Amaro do Maranhão (50,78%), Mirador (50,29%) e Presidente Vargas (50,19%); sendo que as menores taxas foram encontradas em Imperatriz (3,51%), São Luís (4,53%) e São José de Ribamar (7,41%).

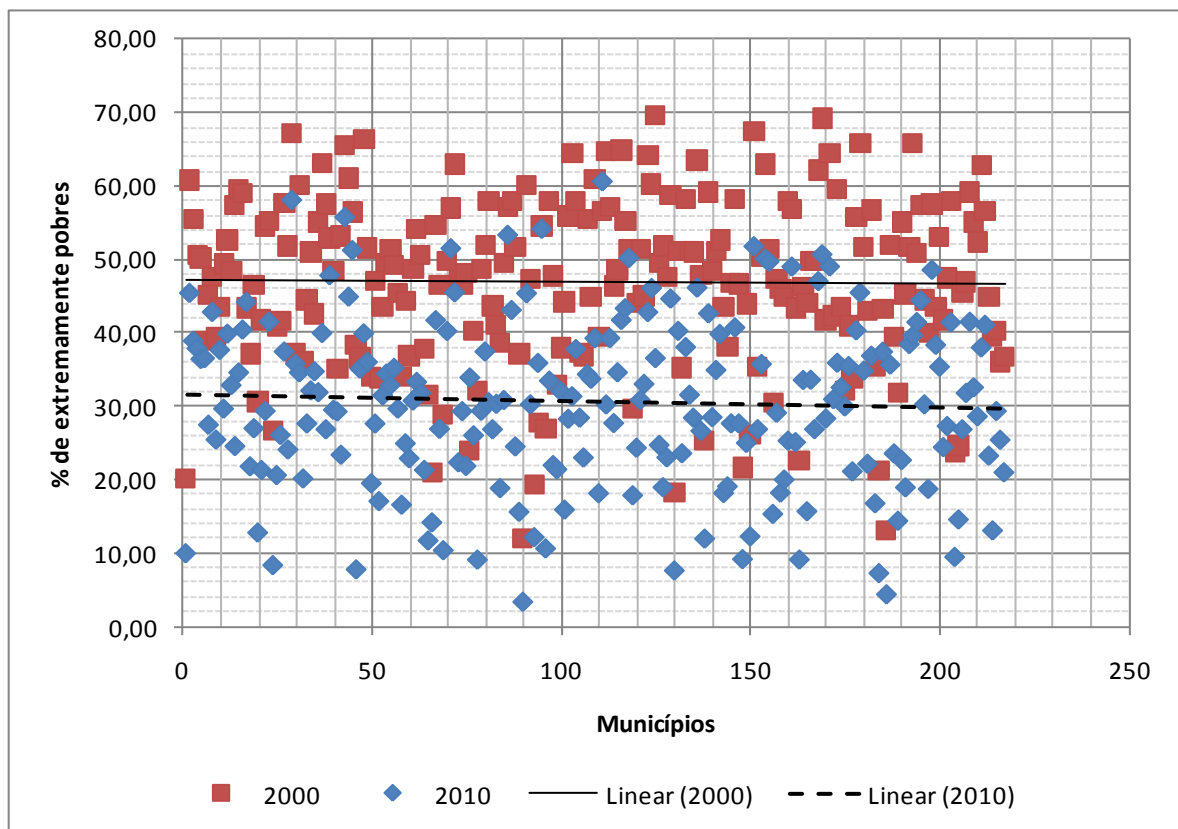


Gráfico 5 - Percentual de Extremamente Pobres no Maranhão em 2000 e 2010.  
Fonte: IBGE, dados brutos do Atlas 2013

Ressalta-se, porém, que o percentual de extremamente pobres cresceu em quatro municípios do Estado: Gonçalves Dias (42,38%, passando de 23,90% para 34,03%), Jatobá (29,50%, passando de 27,80% para 36,01%), Marajá do Sena (7,36%, passando de 56,56% para 60,72%) e Arame (2,24%, passando de 43,34% para 44,31%). E a queda do percentual de extremamente pobres foi bem expressiva em Campestre do Maranhão (-79,30%), Governador Edson Lobão (-71,22%), Imperatriz (-70,77%), Balsas (-68,15%), Vila Nova dos Martírios (-66,52%), São Luís (-65,21%), São José de Ribamar (-65,11%), Santa Luzia do Paruá (-64,06%), Lago dos Rodrigues (-63,61%) e Estreito (-63,37%).



Ainda em relação ao nível de pobreza, de acordo com os dados do IBGE, o Maranhão também possui o maior percentual de pobres no Brasil, que era de 62,78% em 2000, e caiu para 39,53% em 2010, como mostra a Gráfico 06. Isto representa uma queda à taxa média anual de 4,52% a.a., que é significativa, embora seja a menor taxa alcançada entre os estados do Nordeste.

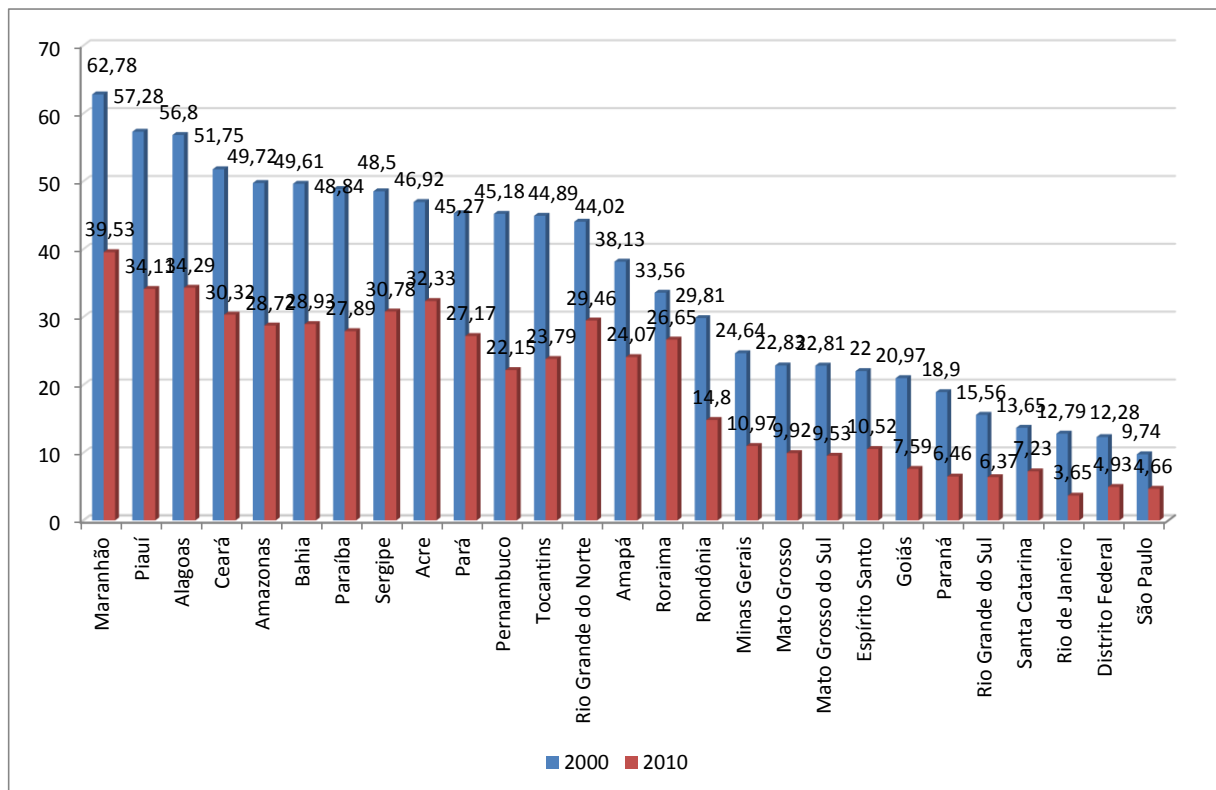


Gráfico 06 - Percentual de Pobres nos estados brasileiros em 2000 e 2010.  
Fonte: IBGE, dados brutos do Atlas 2013

O desenho do estado mapeado pela pobreza também mudou. O Gráfico 07 mostra que ela diminuiu bastante em todo o estado. O percentual de pobres caiu em 216 municípios e aumentou apenas em Gonçalves Dias, cujo percentual de pobres passou de 46,01%, em 2000, para 53,83%, em 2010 (um aumento de 17%).

As maiores quedas ocorreram em Campestre do Maranhão (-67,03%), São Luís (-60,43%), Imperatriz (-59,87%), Estreito (-59,44%) e Balsas (-59,22%) (ver Anexo A). Os maiores índices de pobreza encontrados no estado em 2010 foram nos municípios de Marajá do Sena (78,25%), Belágua (74,85%), Cachoeira Grande (73,88%) Fernando Falcão (72,73%) e Serrano do Maranhão (71,98%), e os menores índices foram encontrados em São Luís

(13,81%), Imperatriz (14,35%), Paço do Lumiar (19,04%), São José de Ribamar (20,24%) e Balsas (21,22%).

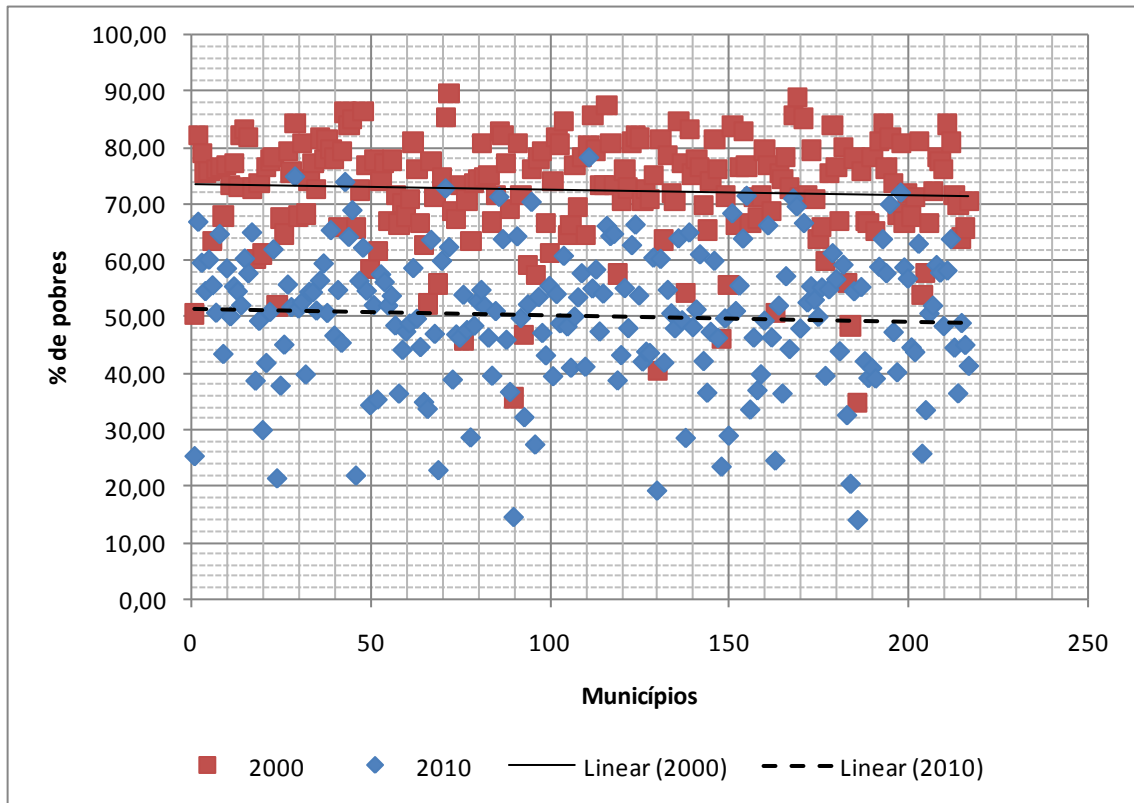


Gráfico 07 - Proporção de Pobres nos municípios maranhenses em 2000 e 2010  
 Fonte: IBGE, dados brutos do Atlas 2013

Essa queda geral no índice de pobreza mostra que houve de fato um esforço de redução da pobreza do estado e este apresentou resultados significativos: o número de municípios onde o percentual de pobres ultrapassava a casa dos 50% caiu de 210 municípios, em 2000, para 113 municípios em 2010, e o número de municípios onde o percentual de extremamente pobres que ultrapassa a casa dos 50% caiu de 93 municípios para 11 municípios.

Portanto, a direção tomada pelos indicadores maranhenses ao longo período está correta, pois a pobreza foi reduzida, abrangendo o estado como um todo, e não apenas em um ponto localizado. No entanto, ao ser analisado o aspecto regional da pobreza, vê-se que o desempenho do estado ficou abaixo do ideal, tendo em vista que os demais estados obtiveram vitórias mais expressivas.

## 4.2 Renda

A observação da desigualdade pelo viés da renda, de fato, restringe a preocupação com a desigualdade à análise puramente econômica, sendo a principal justificativa para isso o tamanho da importância da renda para o acesso a bens e serviços. Dada essa importância, decidiu-se avaliar a renda sobre quatro ângulos: a) PIB *per capita*, que é o produto interno bruto dividido pela quantidade de habitantes; b) Renda *per capita* média, que é a razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos; c) Renda proveniente de rendimentos do trabalho *per capita*; e d) Renda de transferências, que diz respeito basicamente aos Benefícios emitidos pela Previdência Social e ao Programa Bolsa Família.

### 4.2.1 PIB *per capita*

O PIB *per capita* é utilizado, normalmente, para avaliar o crescimento econômico. Trata-se de uma média da relação produto e população, servindo para avaliar o padrão de bem-estar econômico geral da população. Entre 2000 e 2010, o PIB *per capita* do estado variou a uma taxa média anual de 6,87%, passando de R\$ 3.543 (preço de 2010, corrigido pelo IPCA) para R\$ 6.889. Taxa acima da média do país que foi de 3,44% a. a., cujo PIB *per capita* passou de R\$ 14.099 (preço de 2010, corrigido pelo IPCA) para R\$ 19.766, e acima das demais taxas médias dos estados do Nordeste. No entanto, é preciso ficar claro que esse crescimento acima da média apenas aproximou o PIB *per capita* do Maranhão dos demais estados do Nordeste, e da média do país, tendo em vista que o PIB *per capita* do estado era o menor entre as unidades da federação, em 2000, continuando na posição em 2010.

Em 2000, o PIB *per capita* do estado representava apenas 86,71% do segundo menor PIB *per capita* do país, o do Piauí que era R\$ 4.086, e 25,13% do PIB *per capita* nacional (Gráfico 08). Essa diferença caiu um pouco em 2010, o PIB *per capita* do Maranhão passou a representar 97,39% do segundo menor PIB *per capita* do país, o Piauí que era R\$ 7.073, e 34,85% do PIB *per capita* do país. Além disso, apesar de o crescimento do PIB *per capita* do estado ter sido acima da média nacional ele ficou apenas na oitava posição, atrás do crescimento apresentado pelo Distrito Federal (15,19% a.a.), Goiás (14,28% a.a.), Mato

Grosso (14,00% a.a.), Mato Grosso do Sul (12,13% a.a.), Santa Catarina (12,02% a.a.), Rio Grande do Sul (11,02% a.a.) e Tocantins (10,38% a.a.).

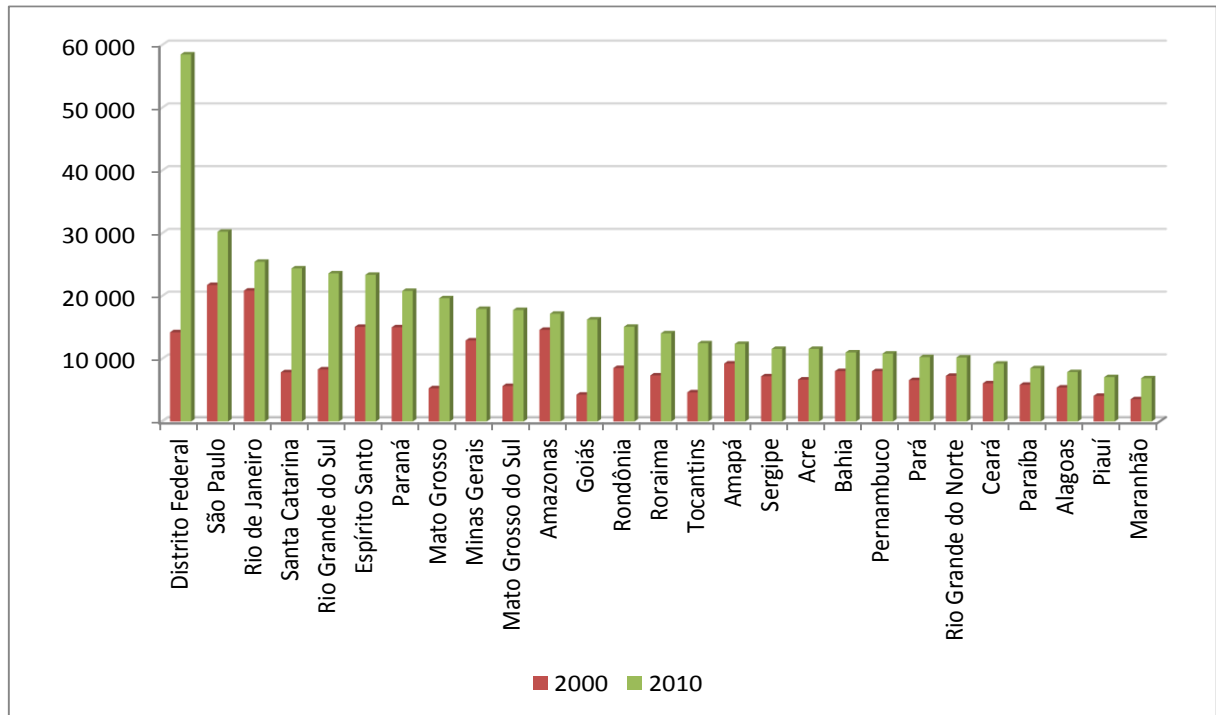


Gráfico 08 - PIB per capita dos estados brasileiros em 2000 e 2010  
Fonte: IBGE

A renda medida pelo PIB *per capita* cresceu em 213 municípios do Estado (ver Anexo B), as maiores taxas de crescimento médio anual ocorreram nos municípios de São Raimundo das Mangabeiras (18,07%), Tasso Fragoso (17,32%), São Pedro da Água Branca (15,91%), Porto Franco (15,80%), Sambaíba (15,27%), Alto Parnaíba (15,19%), Junco do Maranhão (15,05%), Loreto (14,27%), Governador Nunes Freire (13,93%) e São Domingos do Azeitão(13,84%). E caiu em cinco municípios: Turiaçu (-0,12%), Campestre do Maranhão (-0,21%), Coelho Neto (-1,06%), Bacabeira (-3,31) e Palmeirândia (-4,54%).

Esse crescimento na maioria dos municípios do Estado significa que houve uma melhoria do padrão médio de vida na maior parte do Maranhão, como mostra o Gráfico 09, através da linha de tendência de 2000 e de 2010.

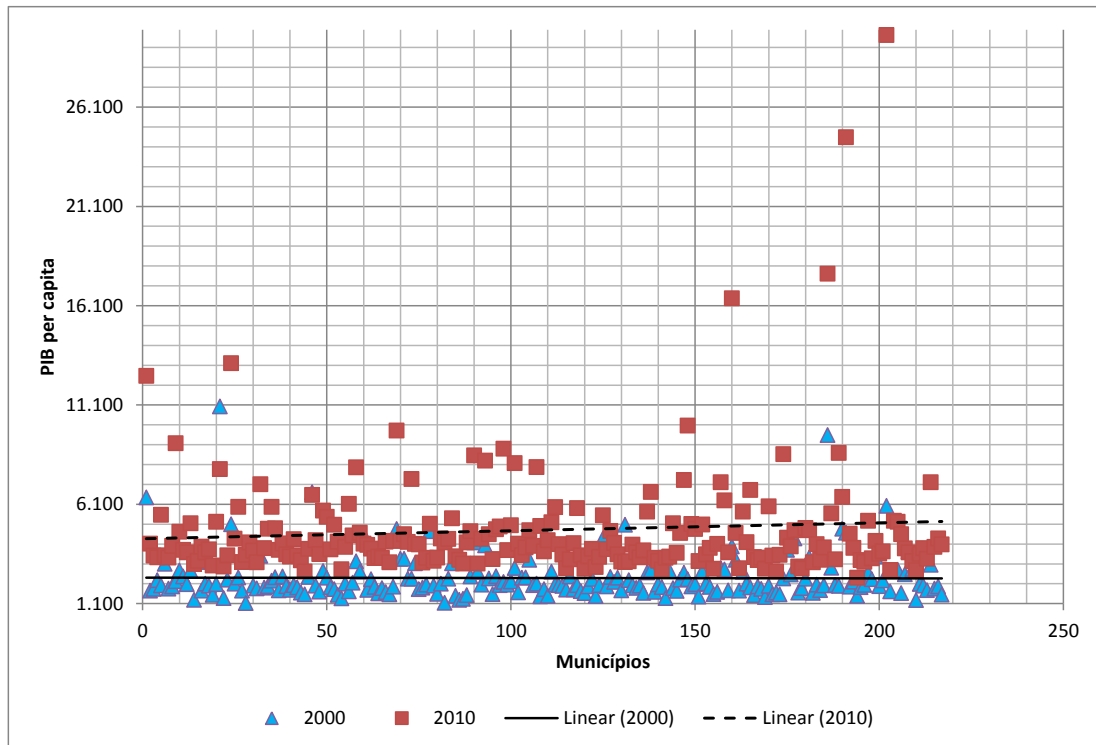


Gráfico 09 - PIB *per capita* dos municípios maranhenses em 2000 e 2010  
 Fonte: IBGE

Mas os dados também mostram um aumento na dispersão entre os municípios maranhenses no mesmo período, pois o desvio-padrão entre as taxas de crescimento anual aumentou de 33,41 para 43,33. Ou seja, mesmo que se conclua que está havendo uma redução da desigualdade de renda da população como um todo, desde já fica claro que houve um crescimento da desigualdade regional, tendo em vista que os mesmos estão se afastando da média.

O desenho do crescimento da renda nos municípios maranhenses mostra um avanço na desigualdade regional em que alguns municípios se distanciaram da média. De fato, existem no Maranhão alguns municípios com um PIB *per capita* acima da média nacional. Normalmente, trata-se de municípios onde se concentra uma alta produção agrícola ligada a plantação de soja: Tasso Fragoso (R\$ 29.723) e São Raimundo das Mangabeiras (R\$ 24.578).

Além dos municípios citados no parágrafo anterior, outras localidades ligadas à plantação de soja estão entre os vinte com a maior renda do Maranhão (Tabela 01) e que estão bem acima da média, são eles: Sambaíba (R\$ 16.465), Balsas (R\$ 13.197), Alto Parnaíba (R\$ 9.165), São Domingos do Azeitão (R\$ 8.623), Loreto (R\$ 7.970) e Fortaleza dos Nogueiras (R\$ 7.371).

Tabela 01 - 20 municípios com maior PIB per capita e 5 municípios com menor PIB *per capita* no Maranhão em 2010

Município	PIB <i>per capita</i>		Δ%	Δ% a.a.
	2000*	2010		
Tasso Fragoso	6.014	29.723	394,19	17,32
São Raimundo das Mangabeiras	4.669	24.578	426,39	18,07
São Luís	9.584	17.704	84,73	6,33
Sambaíba	3.974	16.465	314,30	15,27
Balsas	5.094	13.197	159,07	9,99
Açailândia	6.441	12.568	95,11	6,91
Porto Franco	2.320	10.059	333,61	15,80
Estreito	4.849	9.810	102,28	7,30
Alto Parnaíba	2.228	9.165	311,41	15,19
Junco do Maranhão	2.189	8.893	306,22	15,05
São Pedro da Água Branca	1.984	8.687	337,81	15,91
São Domingos do Azeitão	2.358	8.623	265,69	13,84
Imperatriz	4.175	8.562	105,11	7,45
Itinga do Maranhão	4.028	8.291	105,85	7,49
Lago dos Rodrigues	2.887	8.168	182,94	10,96
Loreto	2.099	7.970	279,75	14,27
Cidelândia	3.228	7.962	146,68	9,45
Bacabeira	11.021	7.873	-28,56	-3,31
Fortaleza dos Nogueiras	2.347	7.371	214,13	12,13
Poção de Pedras	2.651	7.314	175,88	10,68
Timbiras	1.706	2.785	63,20	5,02
Tutóia	1.277	2.779	117,54	8,08
Cajapió	1.566	2.718	73,61	5,67
São Bento	1.645	2.708	64,56	5,11
São Vicente Ferrer	1.483	2.404	62,17	4,95
<b>Maranhão</b>	<b>3.543</b>	<b>6.889</b>	<b>94,42</b>	<b>6,87</b>

\* a preços de 2010

Fonte: IBGE

Os outros municípios que compõem os vinte mais bem posicionados no Estado são: São Luís (R\$17.704), a capital do Estado e onde se concentra boa parte da base produtiva; Açailândia (R\$12.568), um importante pólo agroindustrial, onde a exportação de ferro gusa gerada por indústrias siderúrgicas instaladas no município se torna sua principal fonte de renda além de possuir o maior rebanho bovino do estado; Porto Franco (R\$10.059), que possui um distrito industrial, onde está o Pátio de Integração Multimodal da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que abriga as empresas que o utilizam para operações de carga, transbordo e armazenagem de grãos; Estreito (R\$9.810), que viveu recentemente a fase de instalação de uma Usina Hidrelétrica; Junco do Maranhão (R\$8.893); São Pedro da Água

Branca (R\$8.687), pecuária crescente; Imperatriz (R\$8.562), o segundo centro populacional do Estado, perdendo apenas para a capital e o maior entroncamento comercial, energético e econômico do estado; Itinga do Maranhão (R\$8.291), que tem como principal fonte de renda a indústria madeireira e a pecuária; Lago dos Rodrigues (R\$8.168); Cidelândia (R\$7.962); Bacabeira (R\$7.873), que vem vivendo a expectativa de implantação de uma refinaria; e Poção de Pedras (R\$7.314).

Por outro lado, os cinco municípios com menor renda são: Timbiras (R\$2.785), Tutóia (R\$2.779), Cajapió (R\$2.718), São Bento (R\$2.708) e São Vicente Ferrer (R\$2.404); todos carentes de atividades econômicas que contribuam para reverter esse quadro.

#### 4.2.2 Renda *per capita* Média

A renda *per capita* média diz respeito à renda média familiar, que é divulgada pelo IBGE, através do Censo Demográfico, representando a razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos.

A renda *per capita* média dos domicílios maranhenses cresceu a taxa média anual de 5,14% entre 2000 e 2010, passando de R\$ 218,27 (preços reais de 01/agosto de 2010) para R\$360,34, (Gráfico 10). Esta foi a segunda maior taxa de crescimento do país, perdendo apenas para o estado de Tocantins, cuja renda *per capita* média domiciliar cresceu a taxa anual de 5,47%. Vale destacar aqui, mais uma vez, que essa taxa acima da média nacional apenas aproximou a renda *per capita* média domiciliar do estado da renda dos demais estados do país, uma vez que a mesma já era, e continuou sendo em 2010, a menor renda do Brasil.

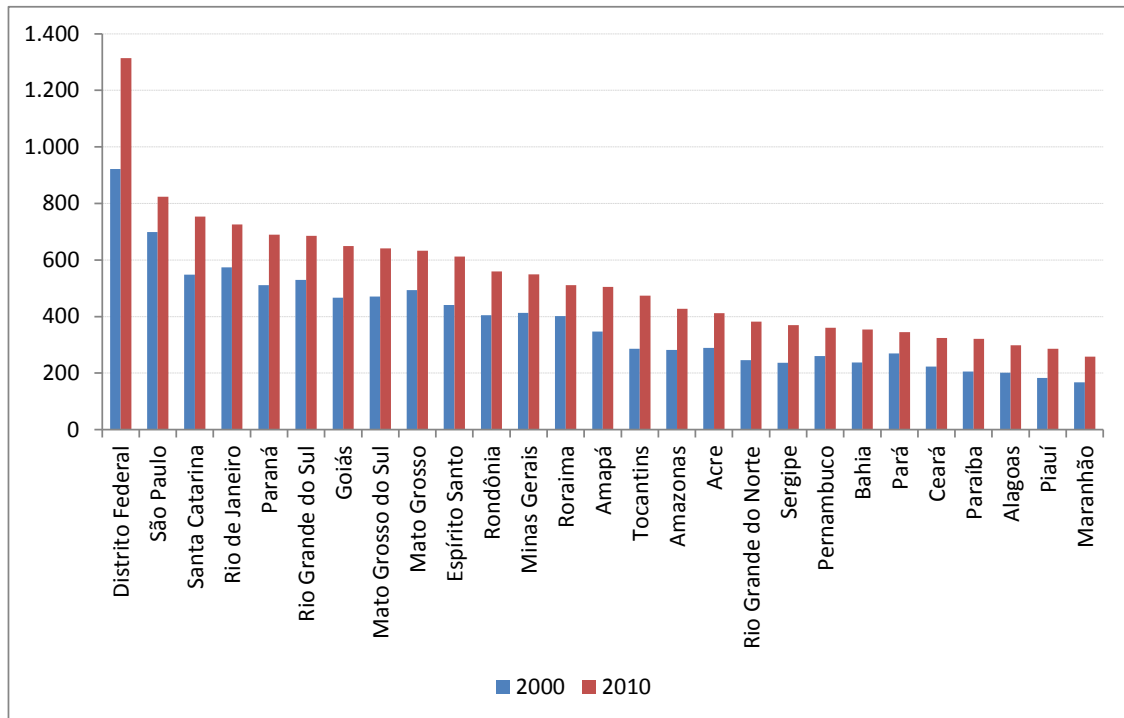


Gráfico 10 - Renda *per capita* média dos estados brasileiros em 2000 e 2010  
Fonte: IBGE

Em 2000, a renda *per capita* média domiciliar do Maranhão representava apenas 85,67% da segunda menor renda *per capita* média domiciliar do país, que se encontrava no Piauí, e cujo valor era de R\$ 254,78. Da mesma forma, a renda maranhense significava apenas 18,20% da maior renda *per capita* média domiciliar do país, que estava no Distrito Federal, e cujo valor era de R\$ 1.199,44. E em 2010, essa diferença diminuiu um pouco, em que a renda *per capita* média domiciliar passou a representar 86,43% da segunda menor renda *per capita* média domiciliar do país, o Piauí (R\$ 416,34), e a 21,01% da maior renda *per capita* média domiciliar do país, do Distrito Federal (R\$ 1.715,11).

O crescimento da renda média mensal dos domicílios maranhenses, da ordem de 5,14% anual, (passando de R\$ 218,27, em 2000, para 360,34, em 2010), ficou abaixo do crescimento médio anual do PIB *per capita* (6,87%). Mas o que fica visível é uma mudança do desenho da renda (Gráfico 11), provocando uma melhoria do padrão de vida das famílias maranhenses, além de também mostrar um aumento da dispersão da renda entre os municípios, em que o desvio-padrão passou de 56,67, em 2000, para 90,11, para 2010, o que sustenta a hipótese de aumento da desigualdade entre os municípios.



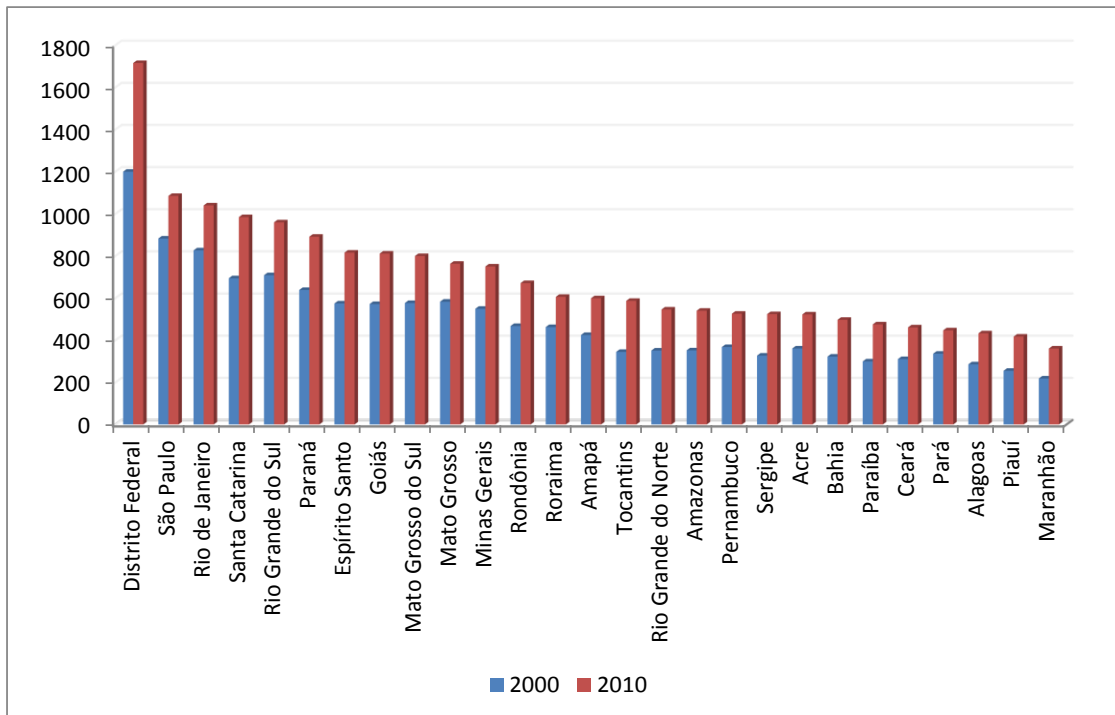


Gráfico 31- Renda média mensal domiciliar dos municípios maranhenses em 2000 e 2010  
Fonte: IBGE

Houve um aumento da renda média mensal domiciliar em 214 municípios (Anexo C), o que reforça a ideia de melhoria da qualidade de vida da população, com destaque para o crescimento médio anual da renda média mensal nos municípios de Alto Parnaíba (11,74%), São Pedro dos Crentes (10,30%), Matinha (10,06%), Santa Luzia do Paruá (9,91%), São Mateus do Maranhão (9,68%), Apicum-Açu (9,48%), Lagoa do Mato (9,30%), São Domingos do Azeitão (9,25%), Maranhãozinho (8,89%) e Junco do Maranhão (8,72%). Na direção contrária, houve redução da renda em apenas três municípios: Itinga do Maranhão (-0,78%), Anapurus (-1,06%) e Marajá do Sena (-1,06%). (Tabela 02).

Tabela 02 - 15 municípios de maior renda e 5 municípios de menor renda média domiciliar mensal em 2000 e 2010.

Município	RDPC		Δ% RDPC	Δ% RDPC a.a.
	2000	2010		
São Luís	502,14	805,36	60,39	4,84
Imperatriz	386,04	613,87	59,02	4,75
Alto Parnaíba	184,36	559,61	203,54	11,74
Balsas	353,17	531,60	50,52	4,17
Estreito	250,24	503,29	101,12	7,24
Porto Franco	288,72	497,56	72,33	5,59
Paço do Lumiar	291,12	444,50	52,69	4,32
Pedreiras	220,77	441,42	99,95	7,17
Açailândia	294,27	438,56	49,03	4,07
São José de Ribamar	273,81	435,40	59,02	4,75
Santa Inês	251,04	411,04	63,73	5,05
Presidente Dutra	230,43	398,15	72,79	5,62
São Mateus do Maranhão	157,35	396,29	151,85	9,68
Bacabal	201,74	375,57	86,17	6,41
Timon	205,21	365,26	77,99	5,94
Serrano do Maranhão	84,24	123,44	46,53	3,89
Cachoeira Grande	76,32	110,65	44,98	3,78
Belágua	84,11	107,14	27,38	2,45
Fernando Falcão	101,00	106,99	5,93	0,58
Marajá do Sena	107,07	96,25	-10,11	-1,06
<b>Maranhão</b>	<b>218,27</b>	<b>360,34</b>	<b>65,09</b>	<b>5,14</b>

Fonte: IBGE

Em termos absolutos, os municípios de maior renda média domiciliar no Maranhão são: São Luís (R\$805,36), Imperatriz (R\$613,87), Alto Parnaíba (R\$559,61), Balsas (R\$531,60) e Estreito (R\$503,29). Cabe destacar que a renda média de 213 municípios, em 2010, era menor que um salário mínimo, sendo que, em 15 deles, a renda média estava abaixo do nível de pobreza (R\$ 140).

#### 4.2.3 Renda Proveniente de Rendimentos do Trabalho *per capita*

A renda proveniente de rendimentos do trabalho dos maranhenses, que melhor representa a situação de independência das famílias, cresceu a taxa média anual de 4,46% (passando de R\$ 167,11, em 2000, para R\$ 258,51, em 2010), abaixo da taxa de crescimento médio da renda média dos domicílios per capita. Isto significa que o percentual de

participação da renda do trabalho no total da renda diminuiu e as famílias estão mais dependentes de outras rendas. O Maranhão obteve a sexta maior taxa de crescimento do país, ficando atrás apenas do Tocantins (5,16% a.a.), Piauí (4,59% a.a.), Sergipe (4,58% a.a.), Paraíba (4,54% a.a.) e Rio Grande do Norte (4,53% a.a.). No entanto, mesmo crescendo a taxas razoáveis, a renda proveniente de rendimentos do trabalho dos maranhenses continua sendo a menor do país, como mostra o Gráfico 12.

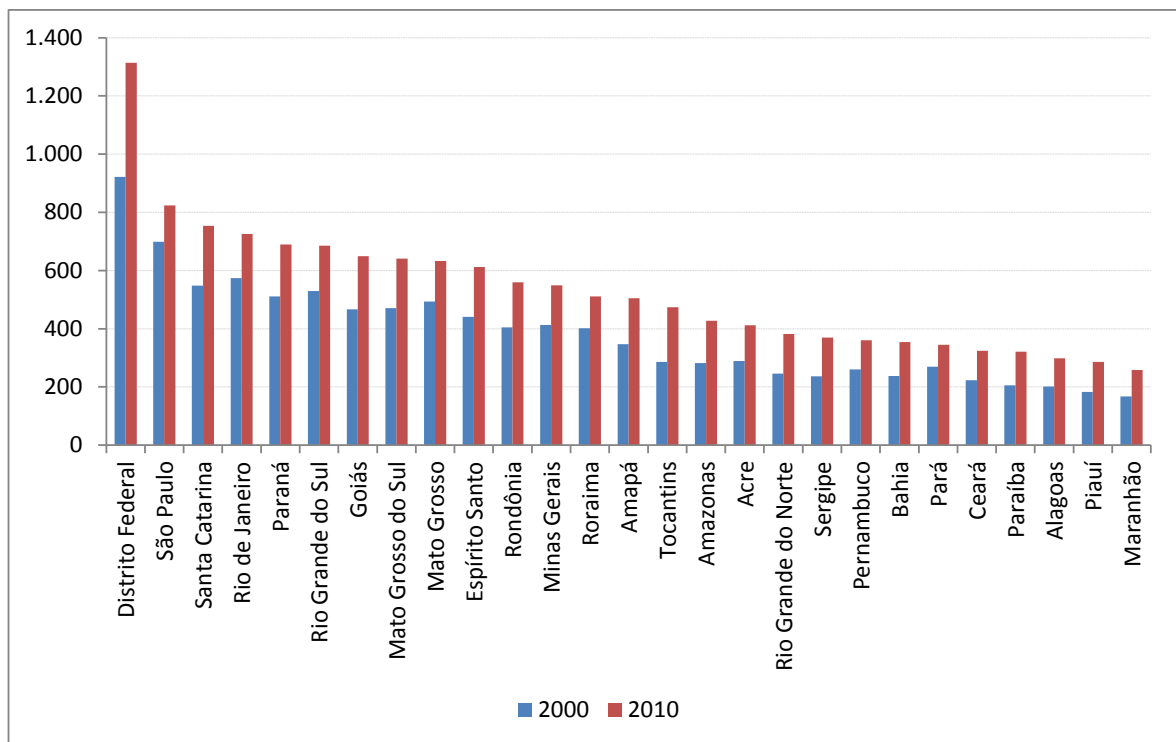


Gráfico 42 - Renda média do trabalho nos estados brasileiros em 2000 e 2010  
Fonte: IBGE

Em 2000, a renda do trabalho correspondia a apenas 91,57% da segunda menor renda do país, do Piauí, que era R\$ 182,50, e a 18,12% da maior renda, do Distrito Federal, que era de R\$ 922,01. Em 2010, a renda do trabalho dos maranhenses em relação à segunda menor renda do país caiu, passou a corresponder a apenas 90,42% (Piauí, R\$ 285,89), tendo em vista que este último apresentou taxas de crescimento maior ao longo do período em análise. No entanto, a proporção em relação a maior renda melhorou, pois aumentou para 19,67% (Distrito Federal, R\$ 1.314,29).

Em relação ao peso da renda proveniente do trabalho no total da renda (Gráfico 13), o Maranhão se encontrava na 16ª posição em 2000, pois a renda do trabalho correspondia a 76,56% do total da renda das famílias maranhenses, caindo para a 17ª posição em 2010, sendo

que a referida proporção caiu para 71,74%, o que significa que aumentou a dependência das famílias de outras rendas, como proveniente de transferências, seguindo uma tendência nacional.

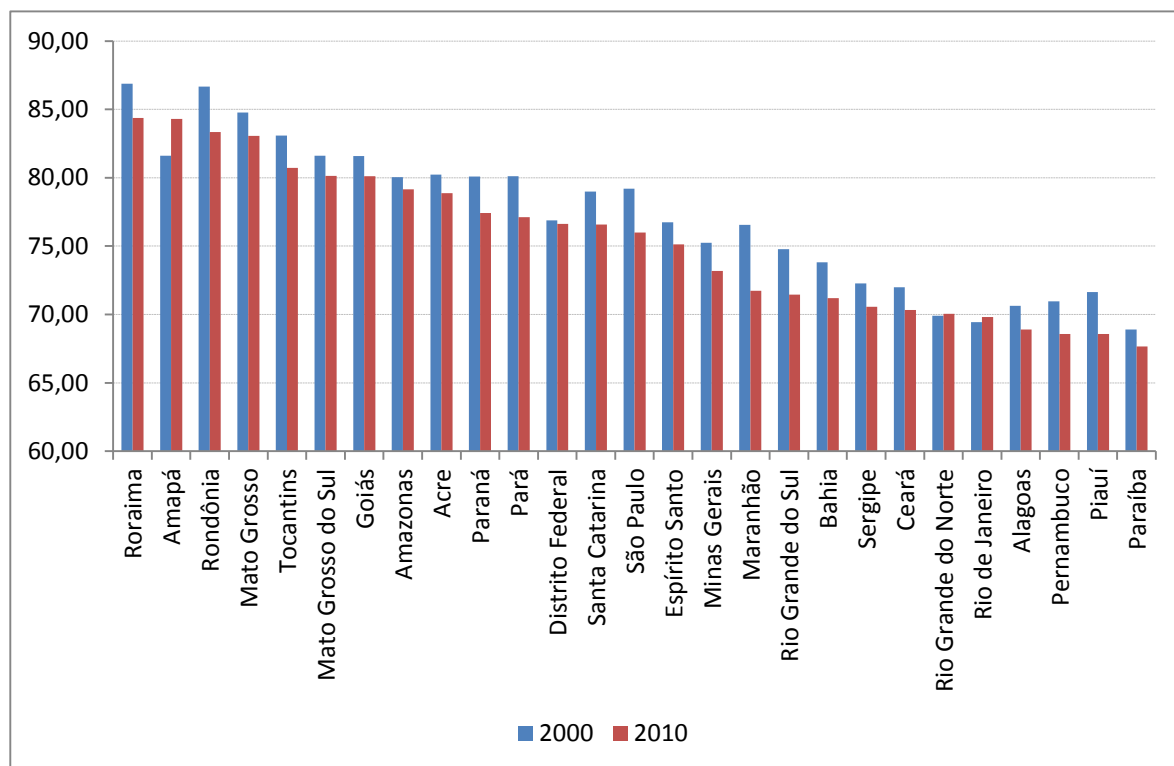


Gráfico 53 - Peso da renda do trabalho no total da renda domiciliar nos estados brasileiros em 2000 e 2010  
Fonte: IBGE

Assim como no caso das outras análises da renda, PIB *per capita* e Renda média *per capita*, houve uma mudança no comportamento geral da renda do trabalho (Gráfico 14), mostrando que houve uma melhora no padrão médio de vida, com o aumento da renda, embora o peso da renda do trabalho no total da renda domiciliar tenha diminuído em 196 municípios, e que a dispersão entre os municípios tenha aumentado, refletindo assim um aumento da desigualdade entre eles.

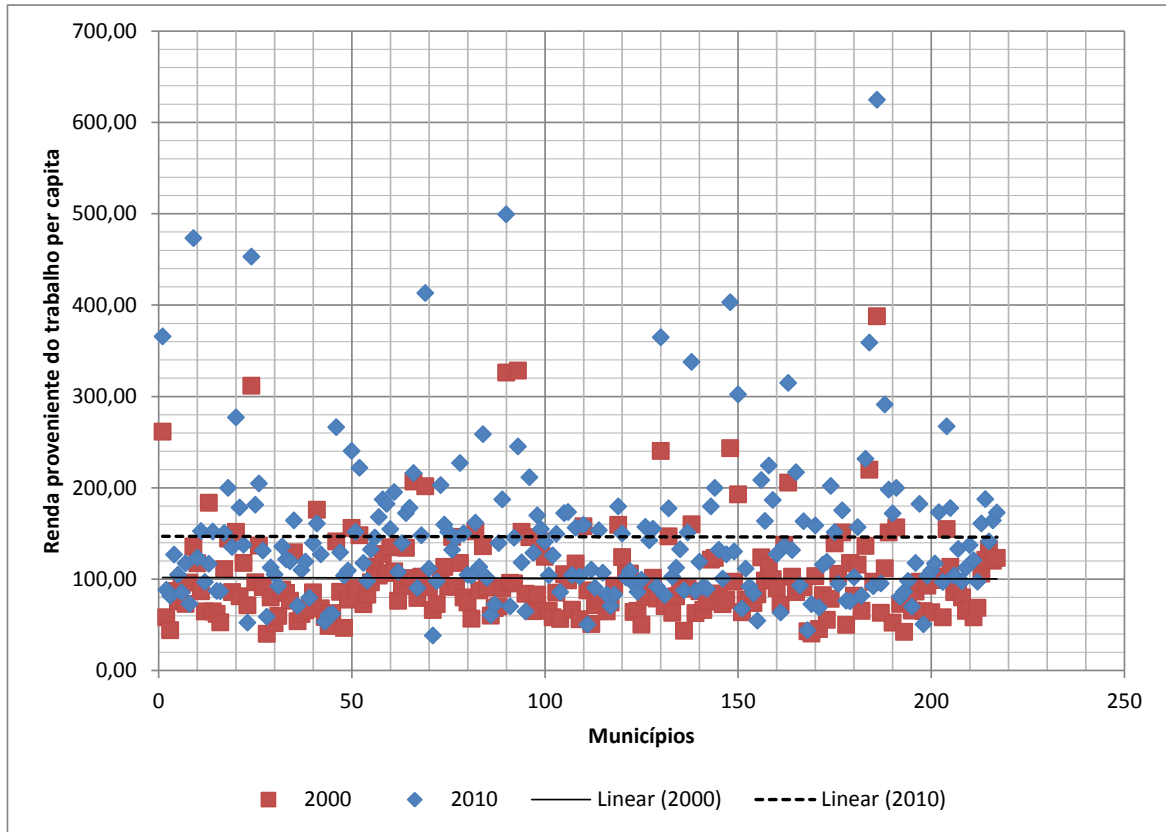


Gráfico 64 - Renda proveniente do trabalho nos municípios maranhenses em 2000 e 2010  
Fonte: IBGE

A renda *per capita* proveniente de rendimentos do trabalho cresceu em 193 municípios (Anexo C), com destaque os municípios de Alto Parnaíba (13,30%), São Pedro dos Crentes (12,65%), São Mateus do Maranhão (10,04%), São Domingos do Azeitão (9,90%) e Santa Luzia do Paruá (9,73%). O fato negativo é que a mesma caiu em 24 municípios, sendo pior nos municípios de Marajá do Sena (-5,39%), Fernando Falcão (-5,35%), Anapurus (-4,42%), São João Batista (-4,32%) e Primeira Cruz (-4,11%).

A renda proveniente do trabalho, de acordo com a Tabela 03, é mais significativa nos municípios de São Luís (R\$ 624,56), Imperatriz (R\$ 499,26), Alto Parnaíba (R\$ 473,21), Balsas (R\$ 452,98) e Estreito (R\$ 413,05) e menos significativa nos municípios de Bacurituba (R\$ 52,37), Serrano do Maranhão (R\$ 50,55), Marajá do Sena (R\$ 50,36), Santana do Maranhão (R\$ 44,04) e Fernando Falcão (R\$ 38,23).

Tabela 03 - Renda proveniente do trabalho nos 15 municípios de maior renda e nos 05 municípios de menor renda no Maranhão em 2000 e 2010.

Município	2000	2010	$\Delta\%$	$\Delta\%$
	RENTAB	RENTAB	RENTAB	RENTAB a.a
São Luís	387,65	624,56	61,11	4,88
Imperatriz	326,13	499,26	53,09	4,35
Alto Parnaíba	135,78	473,21	248,51	13,30
Balsas	311,60	452,98	45,37	3,81
Estreito	201,62	413,05	104,87	7,44
Porto Franco	243,22	403,07	65,73	5,18
Açailândia	261,28	365,50	39,89	3,41
Paço do Lumiar	240,14	364,80	51,91	4,27
São José de Ribamar	219,65	358,86	63,38	5,03
Pedreiras	159,90	337,86	111,29	7,77
Santa Inês	205,63	314,82	53,10	4,35
Presidente Dutra	192,85	302,20	56,70	4,59
São Mateus do Maranhão	111,88	291,23	160,32	10,04
Bacabal	151,77	276,91	82,45	6,20
Timon	154,85	267,19	72,54	5,61
Bacurituba	71,48	52,37	-26,73	-3,06
Serrano do Maranhão	64,96	50,55	-22,18	-2,48
Marajá do Sena	87,64	50,36	-42,54	-5,39
Santana do Maranhão	42,72	44,04	3,10	0,31
Fernando Falcão	66,27	38,23	-42,31	-5,35
<b>Maranhão</b>	<b>167,11</b>	<b>258,51</b>	<b>54,70</b>	<b>4,46</b>

Fonte: IBGE

#### 4.2.4 Renda de Transferências

A renda de transferências representa basicamente os Benefícios emitidos pela Previdência Social e pelo Programa Bolsa Família. Esse tipo de renda cresceu em participação percentual no total da renda das famílias, principalmente naquelas que vivem em situação de pobreza ou vulnerabilidade a pobreza.

O Gráfico 15 mostra o quanto mudou o padrão da distribuição de renda, através das transferências, além de mostrar uma dispersão menor entre os municípios, uma vez que os benefícios pagos aos beneficiários desses programas são universais e não levam em conta o padrão de cada região. Ou seja, não se trata de uma medida especializada, pois o valor total cresce ou diminui de acordo com a quantidade de dependentes.

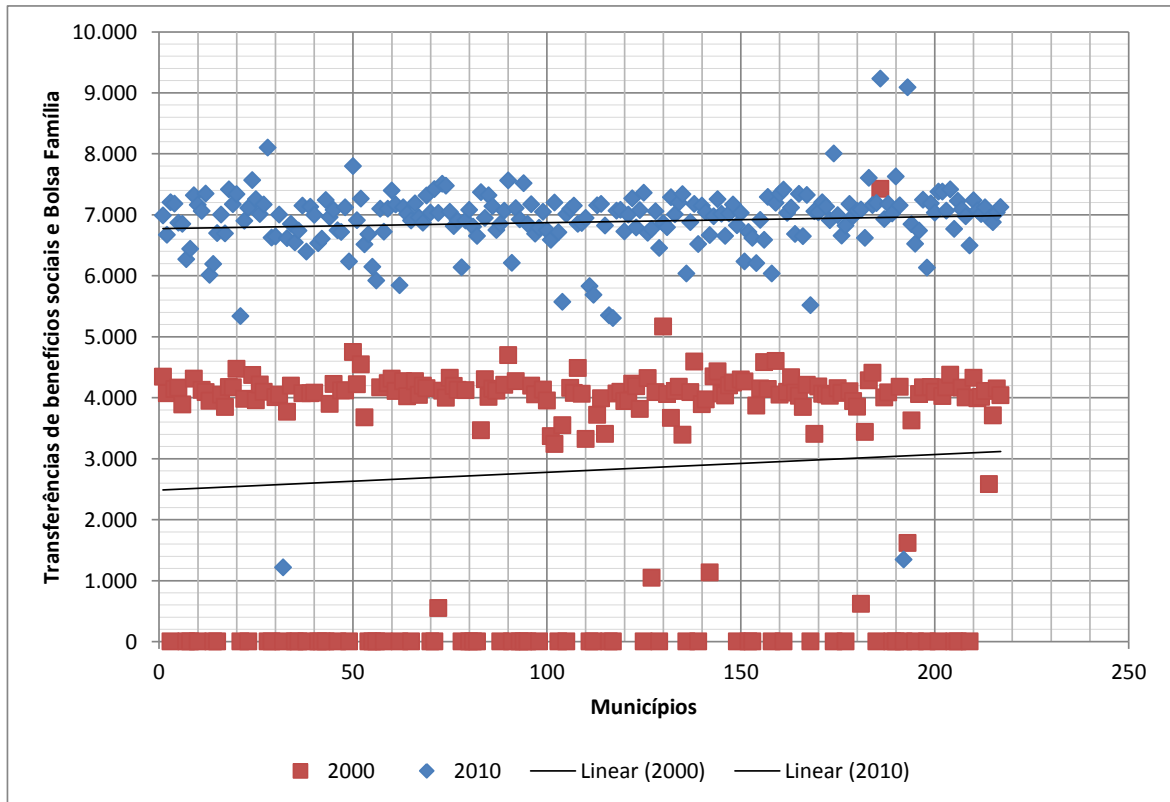


Gráfico 75 - Renda de transferências para os municípios maranhenses em 2000 e 2010  
Fonte: MDS

As transferências de renda provenientes de benefícios da previdência social e do Programa Bolsa Família cresceram a taxa média anual de 4,87% (superior a taxa de crescimento da renda proveniente do trabalho), sendo interessante notar ainda que 65 municípios, em 2000, não recebiam nenhum benefício da previdência e o programa Bolsa Família só passou a fornecer dados em 2004, quando foi unificado a outros programas sociais existentes, além de ter expandido a sua cobertura. (Anexo D).

As transferências tiveram uma expansão mais significativa nos municípios de Formosa da Serra Negra (29,05% a.a.), São João do Paraíso (27,58% a.a.), Nova Olinda do Maranhão (20,54% a.a.), Peritoró (19,37% a.a.), São Roberto (18,86% a.a.) e Vila Nova dos Martírios (10,39% a.a.). Por outro, as transferências apresentaram menor taxa de expansão em São Luís (2,20% a.a.), Paço do Lumiar (2,88% a.a.), Raposa (3,70% a.a.), Presidente Juscelino (3,87% a.a.) e Anapurus (4,30% a.a.).

As transferências anuais por número de beneficiários, em 2010, de acordo com a Tabela 04, era maior em São Luís (R\$9,231), São Roberto (R\$ 9.090), Belágua (R\$ 8.102),

São Domingos do Azeitão (R\$ 8.003) e Carolina (7.797) e menor em Bernardo do Mearim (R\$ 1.217) e São Raimundo do Doca Bezerra (R\$ 1.347).

Tabela 04 - Transferências médias de renda os 10 municípios com maior expressão de recebimento e para os 10 municípios de menor expressão de recebimento no Maranhão em 2010

MUNICÍPIO	Transferências médias		Δ%	Δ% a.a.
	2000	2010		
São Luís	7.426	9.231	24,31	2,20
São Roberto	1.615	9.090	462,76	18,86
Belágua	0	8.102		
São Domingos do Azeitão	0	8.003		
Carolina	4.749	7.797	64,19	5,08
São Pedro dos Crentes	0	7.626		
São João dos Patos	4.284	7.606	77,54	5,91
Balsas	4.373	7.569	73,08	5,64
Imperatriz	4.699	7.562	60,92	4,87
Jatobá	0	7.518		
Conceição do Lago-Açu	0	5.844		
Marajá do Sena	0	5.831		
Maranhãozinho	0	5.687		
Lagoa Grande do Maranhão	3.548	5.570	56,97	4,61
Santana do Maranhão	0	5.516		
Matões do Norte	0	5.348		
Bacabeira	0	5.338		
Milagres do Maranhão	0	5.305		
São Raimundo do Doca Bezerra	0	1.347		
Bernardo do Mearim	0	1.217		
<b>Maranhão</b>	<b>4.603</b>	<b>7.408</b>	<b>60,92</b>	<b>4,87</b>

Fonte: MDS

### 4.3 Desigualdade de Renda

A década de 2000 representou um processo de contínua queda da desigualdade de renda no Brasil, com a expansão de políticas sociais voltadas a melhoria do padrão de vida das famílias de baixa renda. Avaliando os indicadores de pobreza, que tiveram queda acentuada, e de renda, que apresentaram melhoras significativas, é possível inferir que a desigualdade encontrou terreno fértil para diminuir.



Como explicitado anteriormente, a desigualdade será medida através do índice de Gini, do índice L de Theile da Razão entre a renda dos 10% mais ricos e 40% mais pobres. Segue abaixo a análise dos indicadores.

#### 4.3.1 Índice de Gini

Relembrando o que foi dito anteriormente, o índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda domiciliar *per capita* de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda). Ressalta-se mais uma vez que os dados utilizados foram retirados dos Censos Demográficos de 2000 e de 2010, sendo o universo de indivíduos limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Embora as variações não tenham sido tão significativas, a desigualdade medida pelo índice de Gini caiu praticamente em todo o país, com exceção de Roraima, em que a desigualdade de renda aumentou a taxa anual de 0,32% ao ano, e do Distrito Federal, onde a desigualdade de renda permaneceu constante. As maiores quedas na desigualdade de renda aconteceram nos estados de Santa Catarina (-1,33% a.a.), Paraná (-1,23% a.a.) e Mato Grosso (-1.199% a.a.).

A desigualdade de renda analisada através do índice de Gini no Maranhão caiu de 4,62% entre 2000 e 2010, ficando o Estado na 18ª posição no *ranking* de variação do índice, atrás de outros Estados do Nordeste, como pode ser visualizada no Gráfico 16.

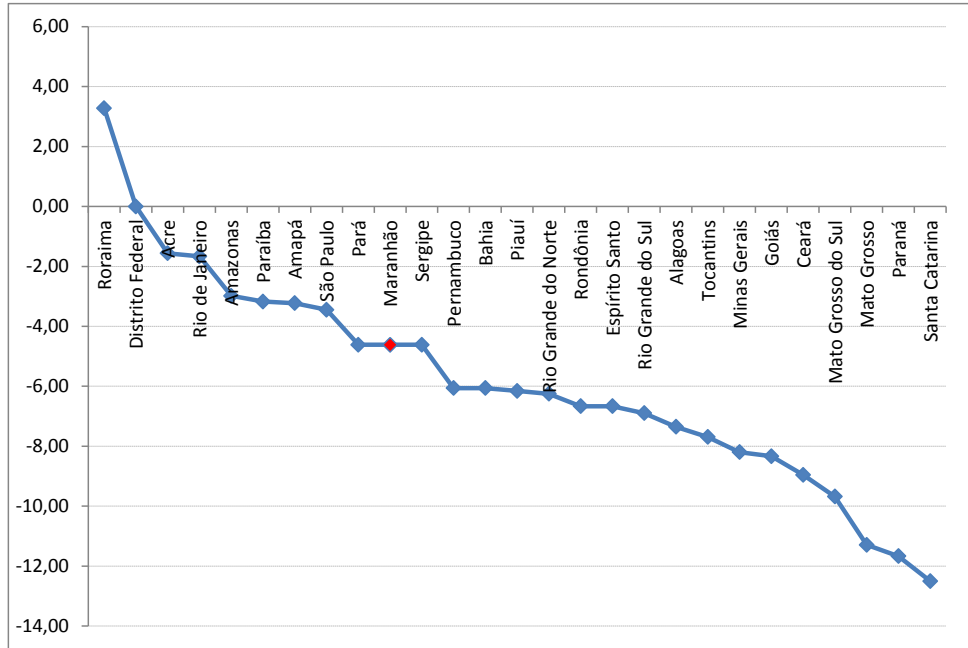


Gráfico 16 - Variação do Índice de Gini, nos Estados brasileiros, entre 2000 e 2010.  
 Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010

A desigualdade no Maranhão, avaliada pelo índice de Gini, caiu de 0,65 para 0,62. Era o sétimo estado mais desigual do país em 2010, apresentado menos desigualdade que os estados do Amazonas (0,65), Roraima (0,63), Distrito Federal (0,63), Acre (0,63), Alagoas (0,63) e Pará (0,62), conforme mostra o Gráfico 17.

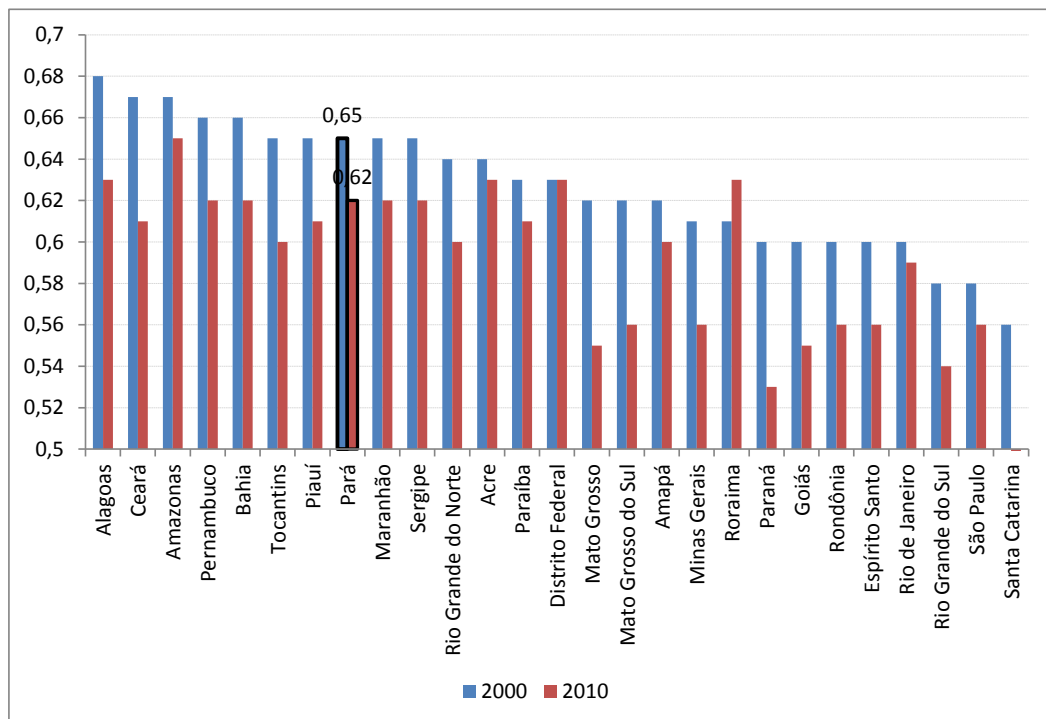


Gráfico 87 - Índice de Gini, em 2000 e 2010, dos Estados brasileiros.  
 Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010

O desenho da desigualdade de renda no Maranhão mudou entre 2000 e 2010. Conforme dados apresentados no Gráfico 18, a desigualdade diminuiu, embora em patamares muito baixos e de maneira não uniforme. Ou seja, ela não foi reduzida em todo o território estadual. Na verdade, a desigualdade avaliada pelo índice de Gini aumentou em 83 municípios maranhenses; permaneceu constante em 14 municípios; e caiu em 120 municípios (Anexo E). Uma das explicações possíveis para o aumento da desigualdade em alguns municípios se dá pelo acesso a da renda por meio das atividades econômicas que praticamente se estagnaram em alguns deles e cresceram a maiores taxas nas regiões dinâmicas. Além disso, os patamares de renda sempre foram muito baixos nos municípios maranhenses e qualquer mudança em um grupo eleva o nível de desigualdade.

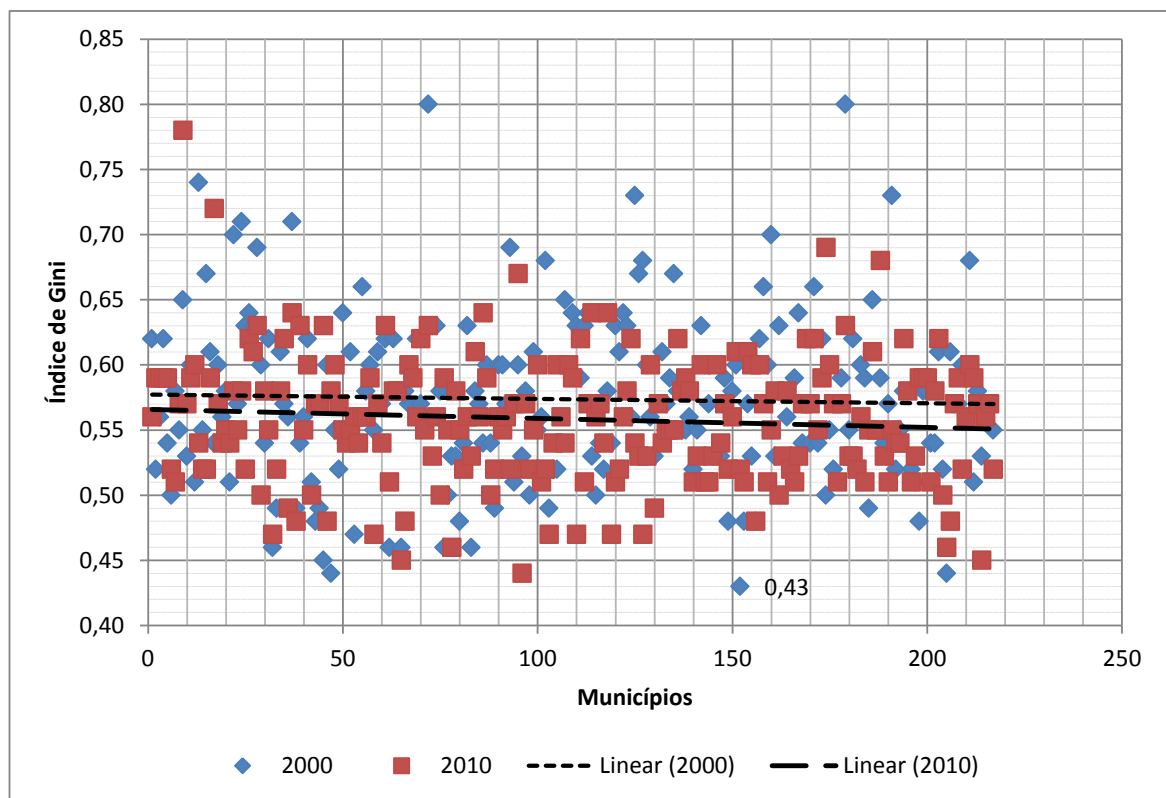


Gráfico 18 - Índice de Gini nos municípios maranhenses em 2000 e 2010  
Fonte: IBGE

Com exceção dos municípios de Bacabeira e Turiaçu, que combinaram redução da renda com aumento de desigualdade, em todos os demais municípios onde a desigualdade aumentou a renda medida pelo PIB *per capita* cresceu, embora em alguns deles tanto a renda média domiciliar quanto a renda do trabalho tenham diminuído.

Dessa forma, embora possa parecer paradoxal, em alguns municípios onde houve crescimento econômico a desigualdade aumentou. Talvez isto se explique através de um

exemplo como o que segue. Suponha um município em que os indivíduos estão praticamente igualados por um baixo padrão de renda. Se naquela localidade se instala uma grande empresa, ou mesmo um hospital, pagando salários bem mais elevados que o padrão até então vigente naquela localidade, então o Índice de Gini irá detectar um aumento na desigualdade. Portanto, é possível que algo assim tenha ocorrido em alguns municípios maranhenses.

#### 4.3.2 Índice L de Theil

O Índice de Theil – L mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*, excluídos aqueles com renda domiciliar *per capita* nula. É o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica da renda domiciliar *per capita* dos indivíduos, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre eles e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo.

A desigualdade de renda feita através do índice de Theil – L no Maranhão caiu a taxa média de 1,33% ao ano, entre 2000 e 2010, ficando o estado na 24ª posição no *ranking* de variação do referido índice, sendo que os outros três estados da ponta apresentaram aumento na desigualdade, são eles Roraima (17,19%, passando de 0,64 para 0,75), Amazonas (2,56%, passando de 0,78 para 0,80) e Acre (1,39%, passando de 0,72 para 0,73), como pode ser visualizada no Gráfico 19.

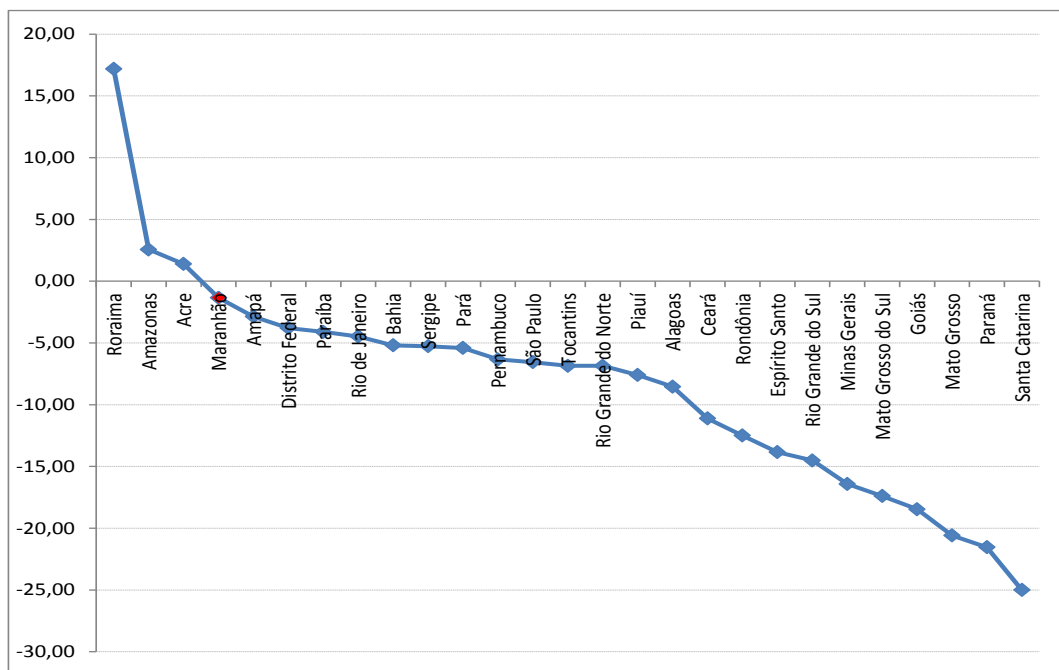


Gráfico 99 - Taxa de crescimento anual do índice L de Theil nos estados brasileiros entre 2000 e 2010  
Fonte: IBGE

A desigualdade no Maranhão, avaliada pelo índice de Theil – L, caiu de 0,75 para 0,74. Era o sexto estado mais desigual do país em 2010, apresentando menos desigualdade que os estados do Amazonas (0,80), Distrito Federal (0,76), Alagoas (0,75), Roraima (0,75) e Pernambuco (0,74), conforme mostra o Gráfico 20.

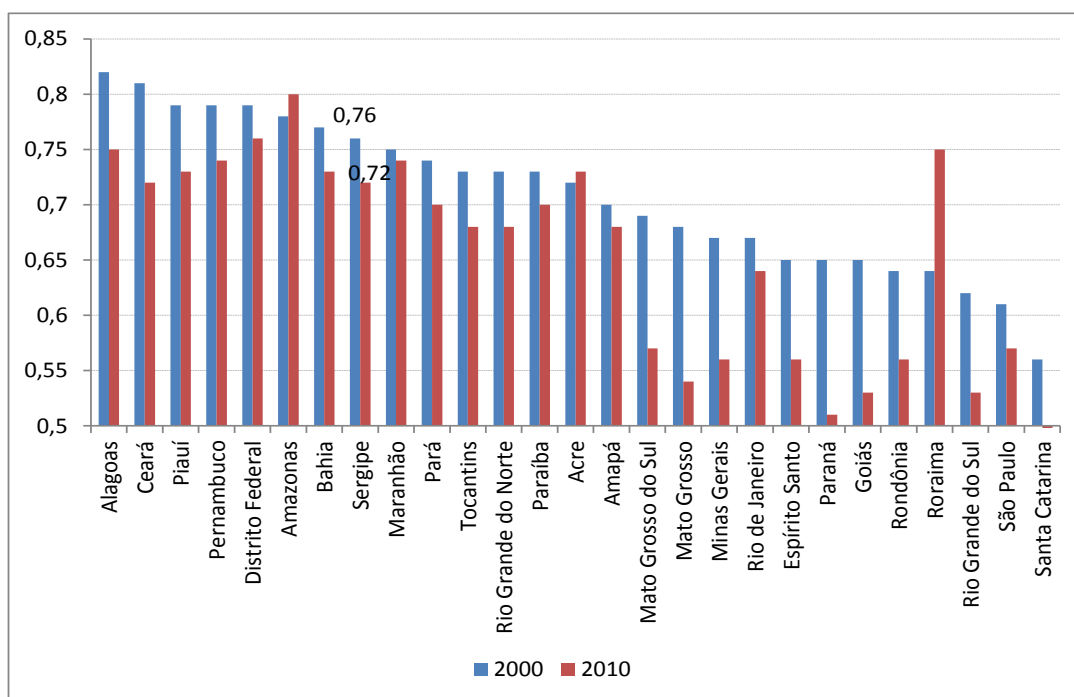


Gráfico 20 - Índice de L de Theil dos estados brasileiros em 2000 e 2010  
Fonte: IBGE

A pequena alteração no índice de Theil-L no Maranhão se reflete no Gráfico 21. Percebe-se que houve pouca alteração no desenho da distribuição da desigualdade, revelando que a linha de tendência em 2010 fica acima da linha de tendência de 2000, situação esta explicada pelo fato de que a desigualdade medida pelo índice de Theil-L caiu apenas em 75 municípios maranhenses; permaneceu constante em 07 municípios; e aumentou em 135 municípios (ver Anexo F).

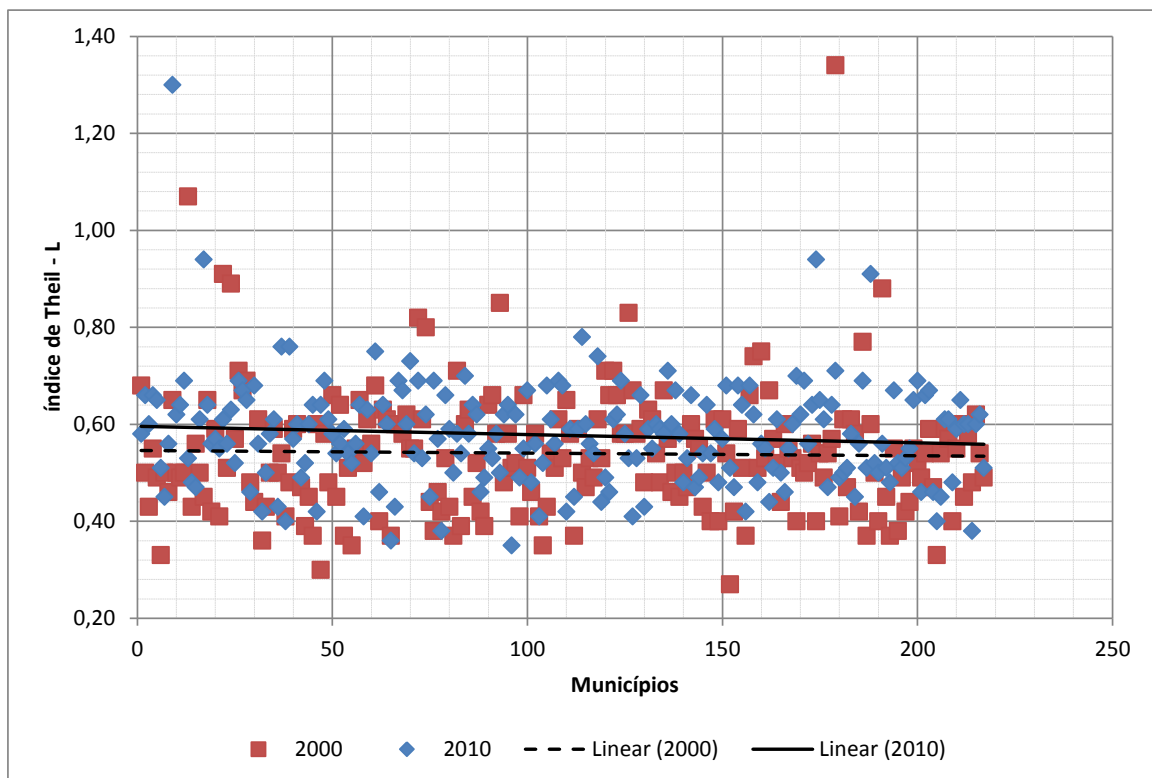


Gráfico 111 - Índice L de Theil dos municípios maranhenses em 2000 e 2010  
Fonte: IBGE

Em 2010, os municípios com maior desigualdade no estado eram Alto Parnaíba (1,30), São Domingos do Azeitão (0,94), Arame (0,94), São Mateus do Maranhão (0,91), Matinha (0,78), Buriti (0,76), Brejo (0,76), Colinas (0,75) e Mirador (0,74). Já os municípios menos desiguais eram Maracaçumé (0,42), Lago Dos Rodrigues (0,41), Cidelândia (0,41), Nova Olinda do Maranhão (0,41), Trizidela do Vale (0,40), Brejo de Areia (0,40), Governador Edison Lobão (0,38), Vila Nova dos Martírios (0,38), Davinópolis (0,36) e João Lisboa (0,35).

Outra variável que pode ser utilizada é o índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho - 18 anos ou mais que mede a desigualdade na distribuição de indivíduos de 18 anos ou mais de idade ocupados, segundo o rendimento de todos os trabalhos, excluídos aqueles

sem rendimento do trabalho. O índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho - 18 anos ou mais é o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica do rendimento dos indivíduos, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre eles e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo.

A desigualdade medida através do índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho - 18 anos ou mais aumentou em dois estados, Roraima (6,25%) e Paraíba (1,72%), e caiu no restante dos estados. A queda da desigualdade no Maranhão ficou na 19ª posição (Gráfico 22), cuja queda foi de 7,94%, saindo de 0,63, em 2000, para 0,58, em 2010.

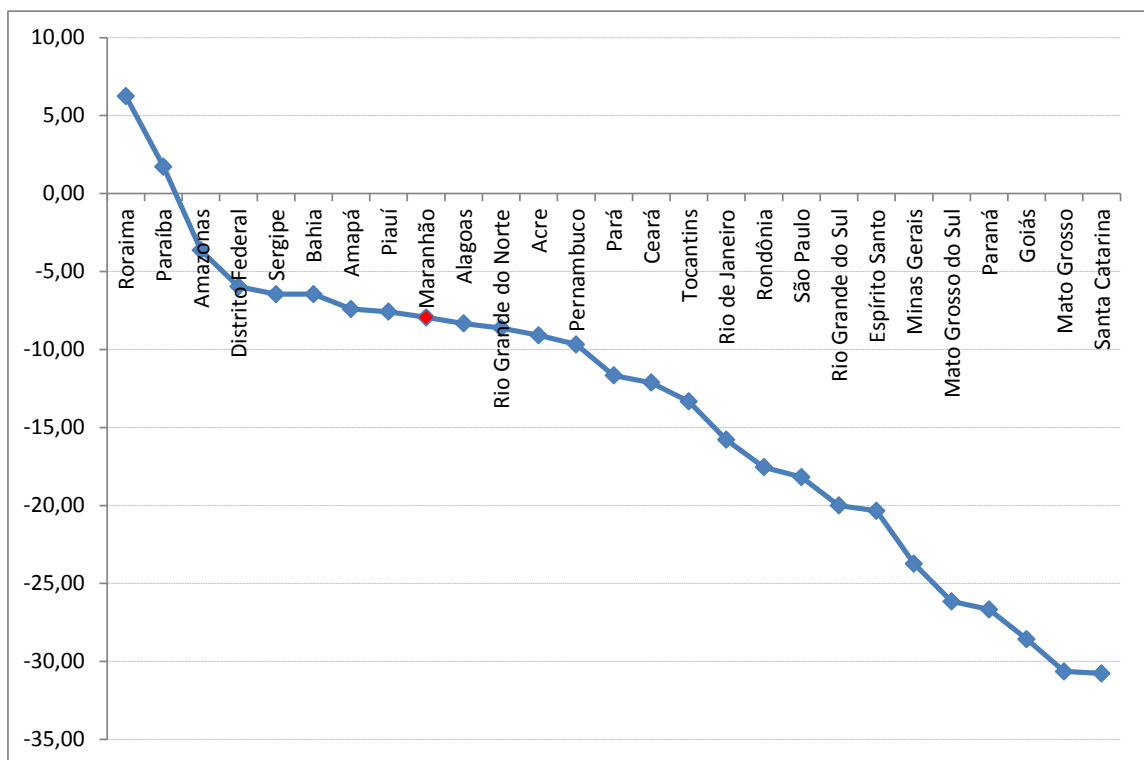


Gráfico 122 - Taxa de crescimento anual do índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho - 18 anos ou mais dos estados brasileiros entre 2000 e 2010

Fonte: IBGE

Mesmo com a queda na desigualdade, a posição do estado no *ranking* da desigualdade não alterou, é o quarto estado mais desigual do país em 2010, apresentou uma desigualdade menor apenas que os estados do Distrito Federal (0,63), Piauí (0,61), Paraíba (0,59) e Ceará (0,58) (Gráfico 23).

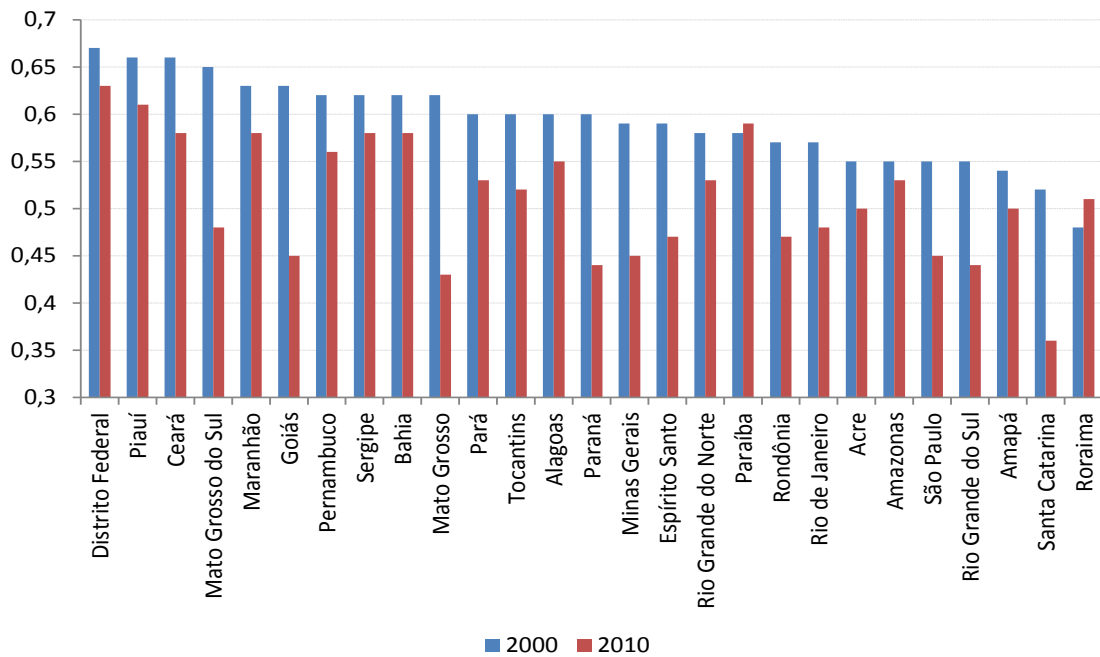


Gráfico 133 - Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho - 18 anos ou mais dos estados brasileiros em 2000 e 2010

Fonte: IBGE

O comportamento do indicador nos municípios maranhenses não alterou muito, as linhas de tendência em 2000 e 2010 são praticamente iguais (Gráfico 24). A desigualdade nos rendimentos do trabalho caiu em 115 municípios, permaneceu constante em 07 municípios e aumentou em 95 municípios (Anexo F).

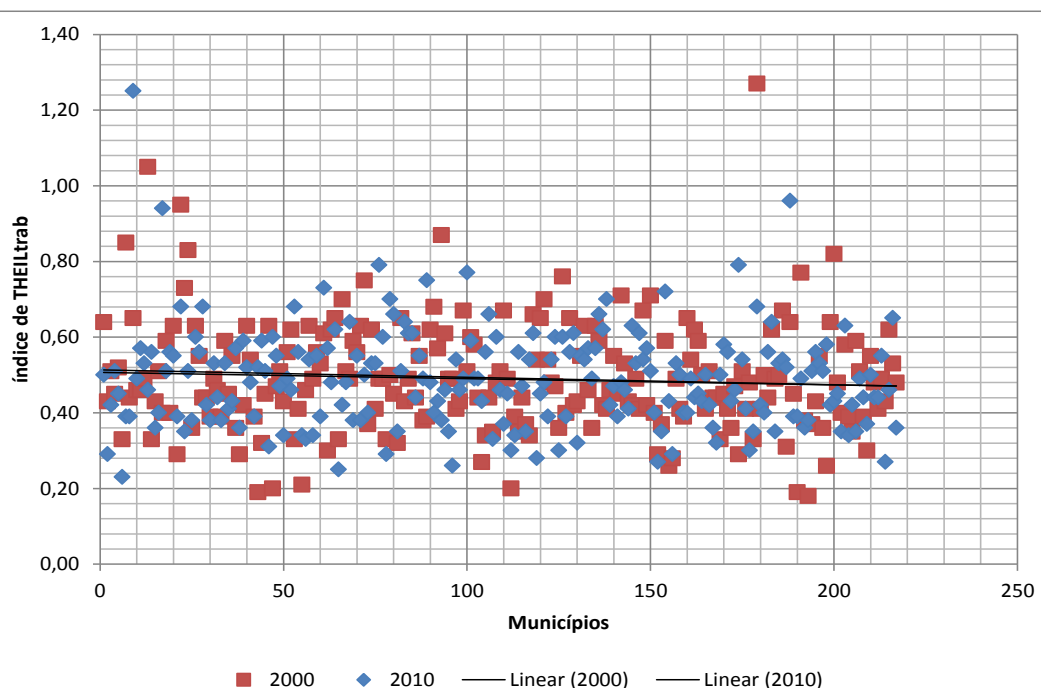


Gráfico 24 - Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho - 18 anos ou mais dos municípios maranhenses em 2000 e 2010

Fonte: IBGE



### 4.3.3 Razão entre a Renda dos 10% Mais Ricos e a Renda dos 40% Mais Pobres

A Razão entre a renda *per capita* dos 10% mais ricos e a renda *per capita* dos 40% mais pobres – R10/40- é uma medida do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Compara a renda *per capita* média dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico dessa distribuição com a renda *per capita* média dos indivíduos pertencentes aos dois quintos mais pobres, sendo o universo de indivíduos limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Com essa medida é possível comparar o percentual da renda apropriada pelos 10% com maior renda domiciliar *per capita* com o percentual da renda apropriado por aqueles que representam os 40% menos abastados da população. Trata-se, pois, de uma medida simples e de grande utilidade para análise da desigualdade de renda.

O percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos caiu na maior parte do país, com exceção dos estados de Roraima (+4,99%) e Rio de Janeiro (+0,86%), conforme mostra o Gráfico 25. No Maranhão a queda foi de 8,06%, muito embora os 10% mais ricos ainda se apropriem de mais de 50% da renda.

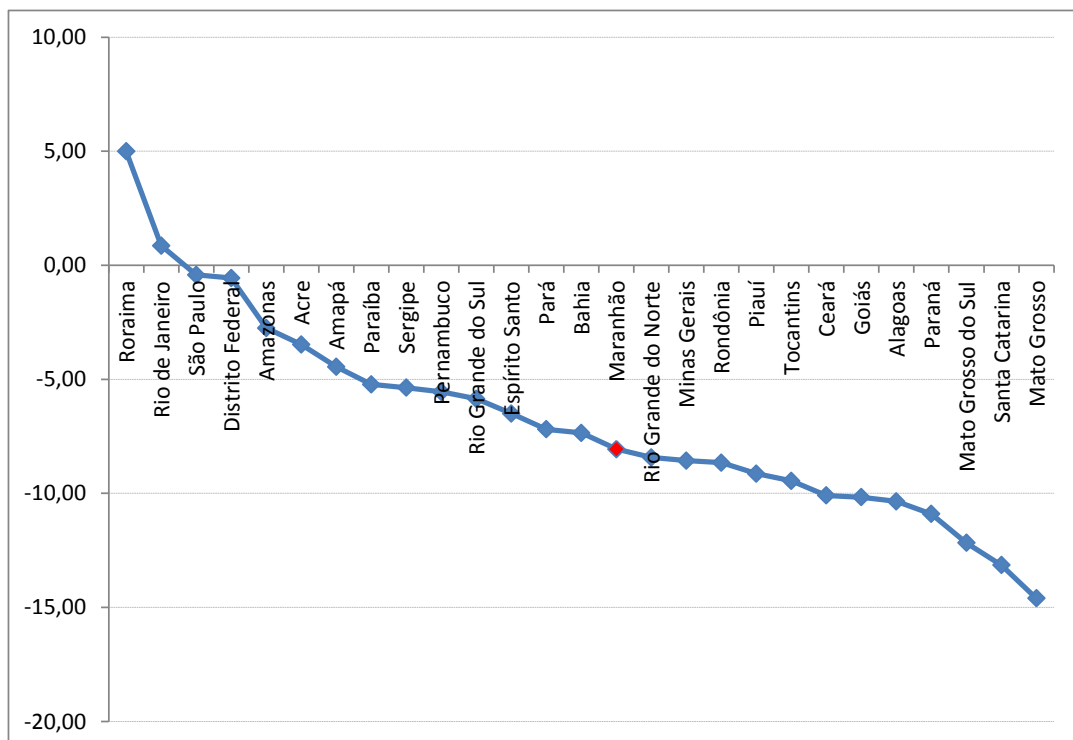


Gráfico 25 - Taxa de crescimento anual do percentual de apropriação da renda dos 10% mais ricos nos estados brasileiros entre 2000 e 2010

Fonte: IBGE

Em 2000, o percentual de apropriação da renda dos 10% mais ricos era de 54,45% no Maranhão, fazendo com que a economia maranhense fosse a sétima mais desigual no país, ficando atrás de Alagoas (57,74%), Ceará (56,46%), Pernambuco (55,56%), Amazonas (55,16%), Bahia (55,10%) e Piauí (54,93%). Em 2010, essa apropriação caiu para 50,06%, levando o Estado à décima posição (um avanço), atrás dos estados do Amazonas (53,64%), Pernambuco (52,57%), Alagoas (51,76%), Sergipe (51,28%), Bahia (51,05%), Ceará (50,76%), Acre (50,56%), Paraíba (50,25%) e Pará (50,17%) (Gráfico 26).

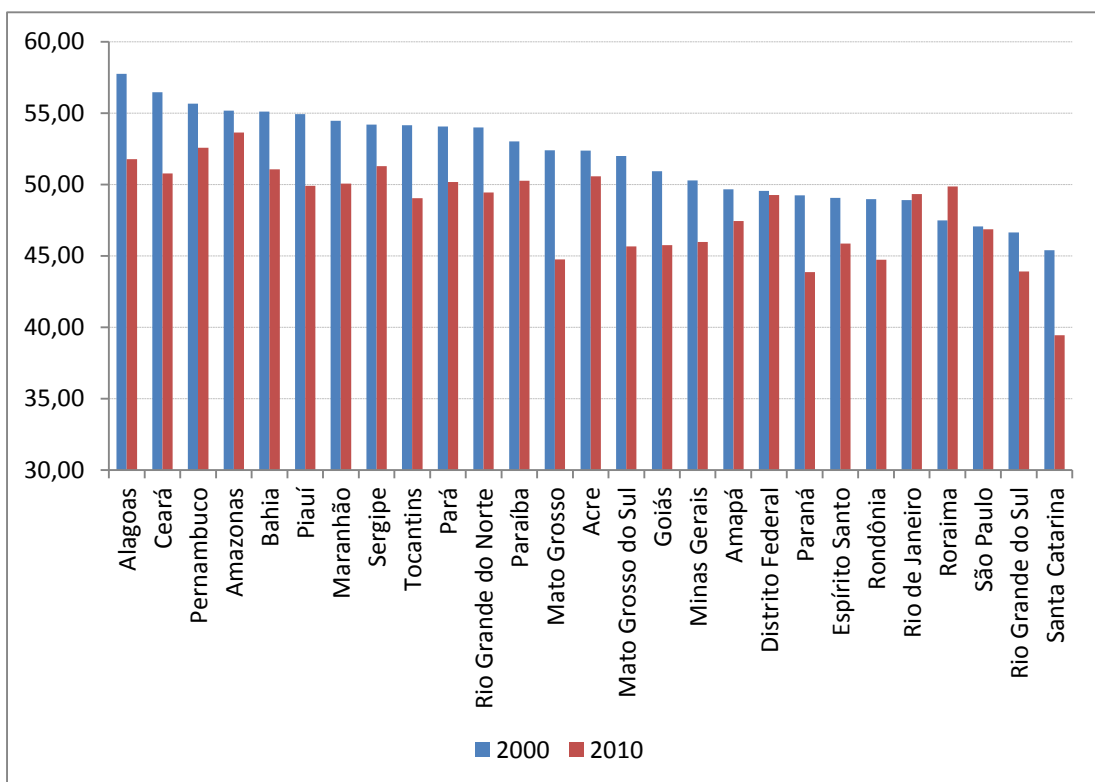


Gráfico 26 - Percentual de apropriação da renda dos 10% mais ricos nos estados brasileiros em 2000 e 2010  
Fonte: IBGE

Em relação aos municípios maranhenses, o percentual de apropriação da renda pelos 10% mais ricos (Gráfico 27) caiu em 148 municípios e aumentou em 69 municípios, o que diminuiu a linha de tendência de 2010 (ver Anexo G). Em 2000, os 10% mais ricos se apropriavam de mais de 50% da renda em 31 municípios, caindo para 07 municípios em 2010, são eles: Alto Parnaíba (70,09%), Arame (58,54%), São Mateus do Maranhão (58,40%), São Domingos do Azeitão (58,03%), São Luís (50,83%), Matinha (50,61%) e Grajaú (50,33%).

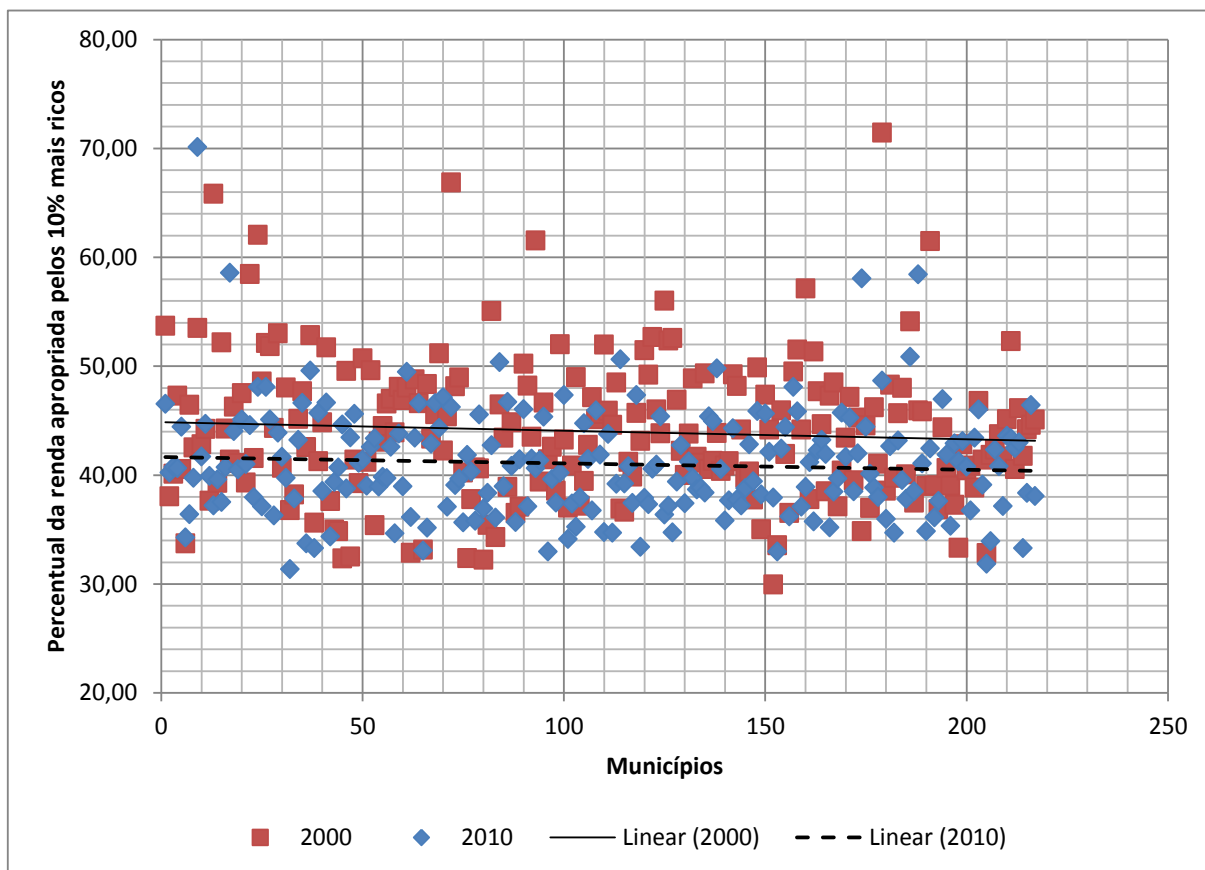


Gráfico 27 - Percentual de apropriação da renda pelos 10% mais ricos nos municípios maranhenses em 2000 e 2010

Fonte: IBGE

O percentual da renda apropriada pelos 40% mais pobres aumentou na maior parte do país, com exceção do estado de Roraima (-8,51%), conforme mostra o Gráfico 28. No Maranhão o aumento foi de 7,36%, embora os 40% mais pobres ainda não tenham chegado a se apropriar de, pelo menos, 10% da renda.

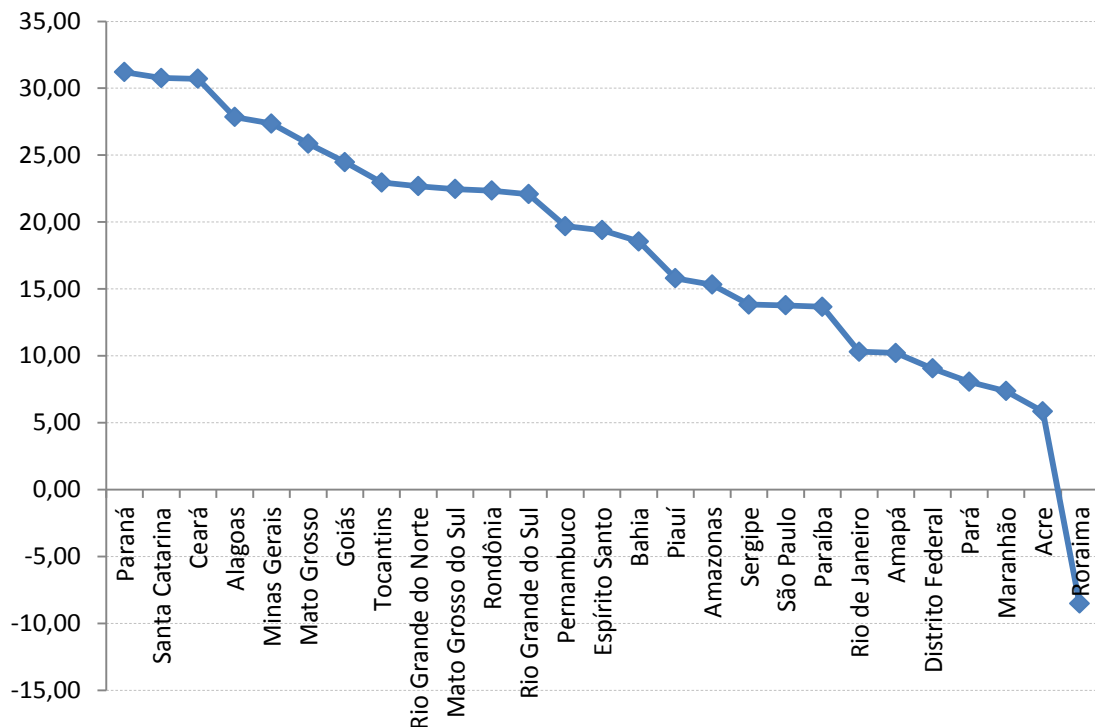


Gráfico 148 - Taxa de crescimento anual do percentual de apropriação da renda dos 40% mais pobres nos estados brasileiros entre 2000 e 2010

Fonte: IBGE

De fato, a apropriação da renda pelos 40% mais pobres é muito baixa. Em 2000, apenas em Santa Catarina a apropriação ultrapassava os 12%, como mostra o Gráfico 29. O Maranhão era o sexto, entre os estados, onde os 40% mais pobres se apropriavam de uma parcela muito pequena da renda. Esse percentual era 6,52%, ultrapassando apenas alguns estados, como Amazonas (5,55%), Alagoas (5,96%), Ceará (6,22%), Distrito Federal (6,40%) e Acre (6,51%). Em 2010, apesar do aumento da apropriação da renda, os 40% mais pobres do estado se apropriavam apenas de 7,00% da renda, ficando à frente, tão somente, do Amazonas (6,40%), Roraima (6,45%), Acre (6,89%) e Distrito Federal (6,98%).

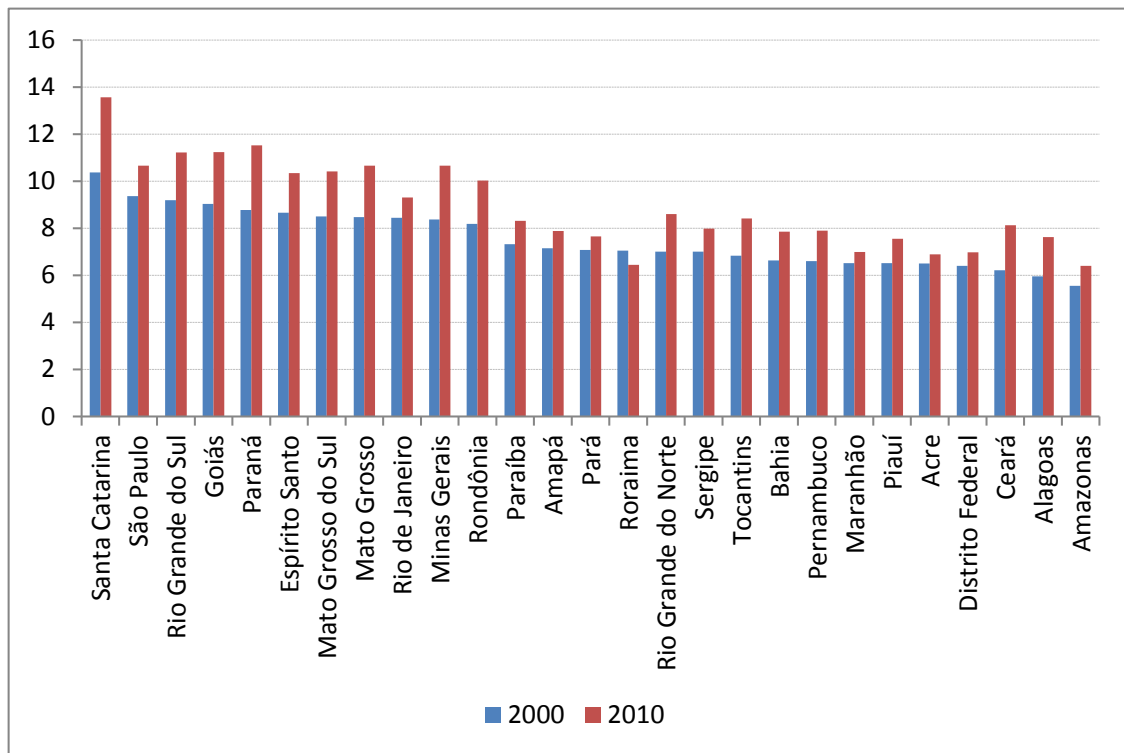


Gráfico 159 - Percentual de apropriação da renda dos 40% mais pobres nos estados brasileiros em 2000 e 2010

Fonte: IBGE

No Maranhão, o desenho da apropriação da renda pelos 40% mais pobres não mudou muito e as linhas de tendência de 2000 e de 2010 são semelhantes (Gráfico 30). O percentual de apropriação em 2000 só superava a casa dos 10% em 61 municípios e em 26 municípios essa apropriação era inferior a 5%. Em 2010, o número de municípios onde a apropriação da renda pelos 40% mais pobres superava a casa dos 10% caiu para 49 e onde essa apropriação era inferior a 5% caiu para 15. O aumento da apropriação da renda pelos 40% mais pobres ocorreu em 96 municípios e caiu em 121 municípios, o que significa dizer que, nesses últimos anos, os mais pobres não melhoram o padrão de vida mais rapidamente que o mais ricos, havendo assim, portanto, um aumento da desigualdade (Anexo G).

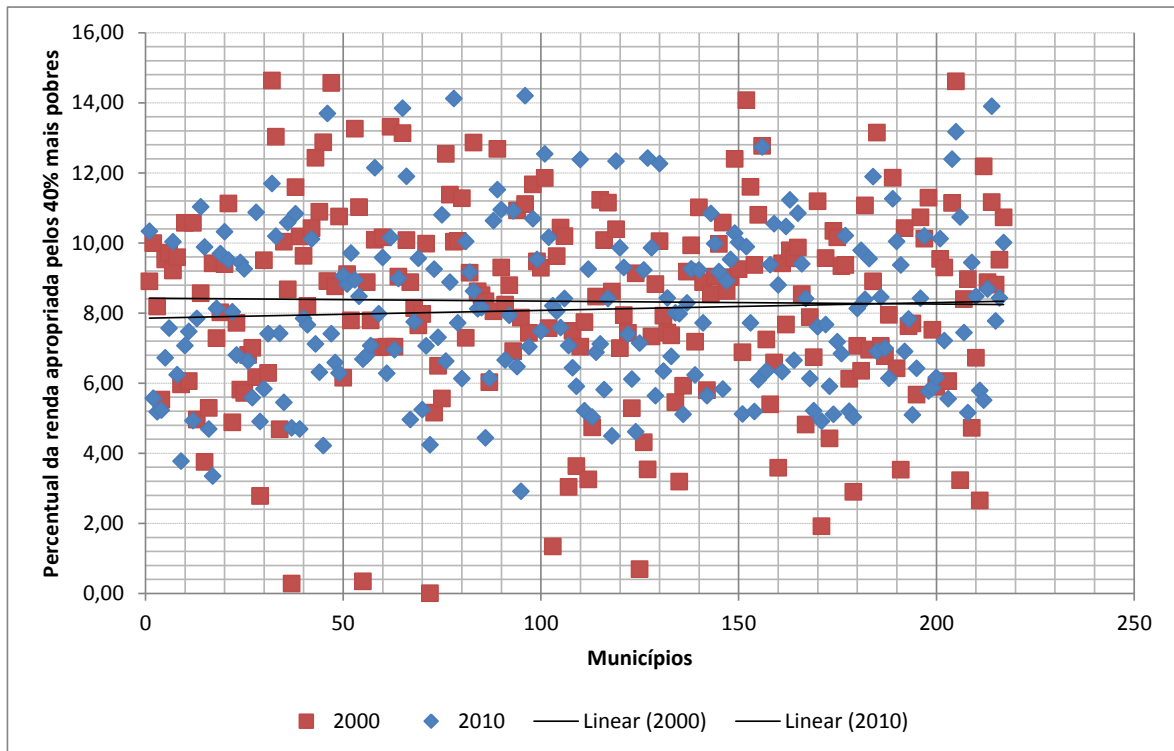


Gráfico 30 16- Percentual de apropriação da renda dos 40% mais pobres nos municípios maranhenses em 2000 e 2010

Fonte: IBGE

Uma vez analisada a apropriação da renda, passa-se para a razão 10% mais ricos/40% mais pobres, que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, ou seja, compara a renda per capita média dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico dessa distribuição com a renda per capita média dos indivíduos pertencentes aos dois quintos mais pobres.

Comparando o desempenho dos estados brasileiros, no Gráfico 31, pode-se ver que a razão 10% mais ricos/40% mais pobres cresceu apenas em Roraima, tendo em vista que a apropriação da renda pelos 10% mais ricos cresceu e a apropriação pelos 40% mais pobres diminuiu. A queda vivenciada no Maranhão, dessa razão, ficou na 20ª posição e foi de 14,42%, passando de 33,43 em 2000, para 28,61 em 2010. Isto significa que a renda apropriada pelos 10% mais ricos era 28,61 vezes maior que a renda apropriada pelos 40% mais pobres.

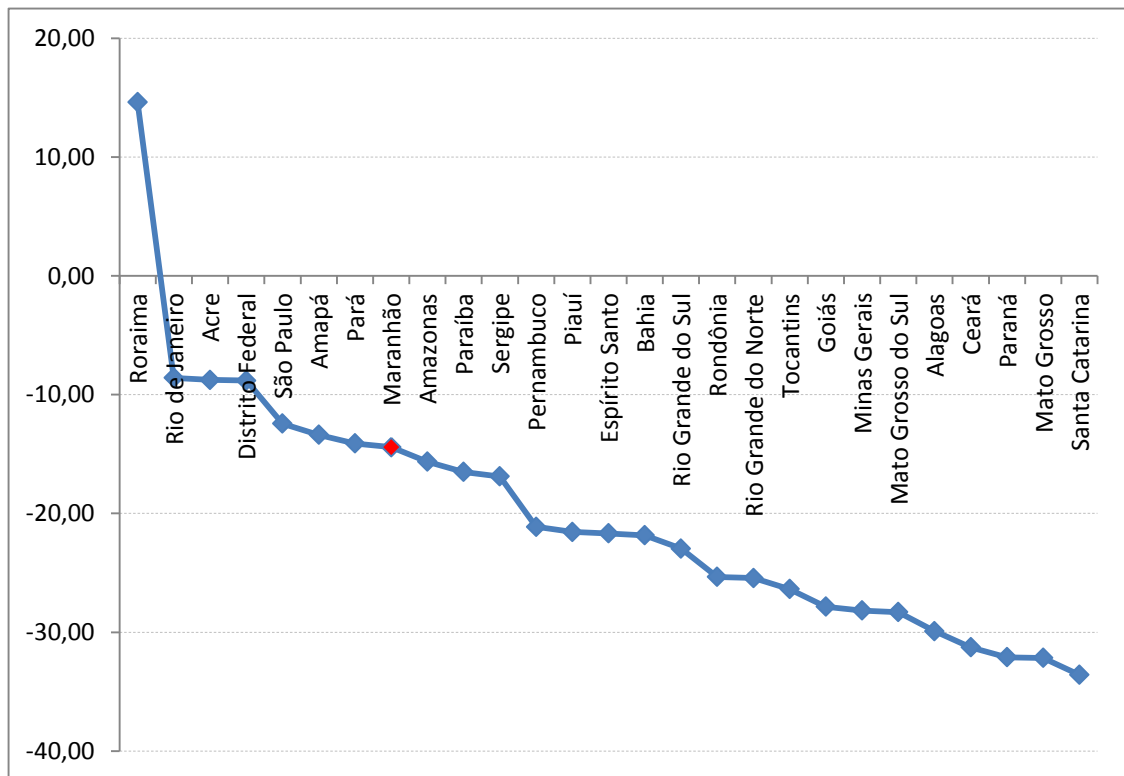


Gráfico 171 - Taxa de crescimento anual da razão 10% mais ricos/40% mais pobres nos estados brasileiros entre 2000 e 2010

Fonte: IBGE

A queda na razão que mede a desigualdade no Maranhão foi menor que o desempenho dos outros estados do Nordeste. Em 2000, o Maranhão ficava na 6ª posição, melhor que Amazonas (39,77), Alagoas (38,76) Ceará (36,33), Pernambuco (33,76) e Piauí (33,69). Em 2010, subiu para 4ª posição, melhor apenas que o Amazonas (33,55), Roraima (30,89) e Acre (32,17), conforme dados apresentados no Gráfico 32.

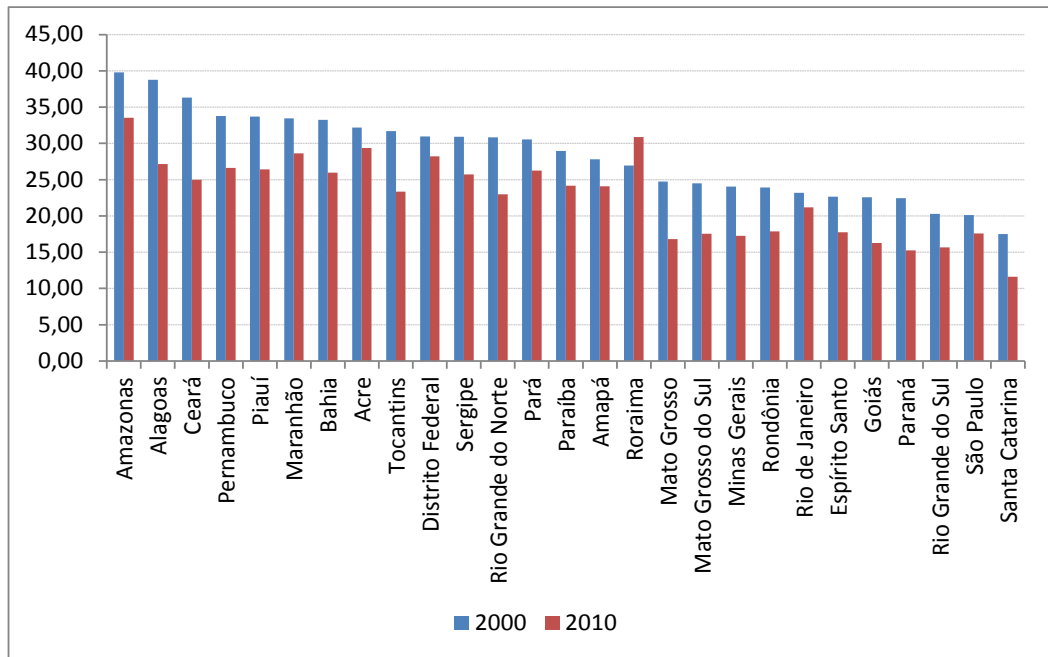


Gráfico 32 18- Razão 10% mais ricos/40% mais pobres nos estados brasileiros em 2000 e 2010  
Fonte: IBGE

A avaliação da razão 10% mais ricos/40% mais pobres nos municípios maranhenses (Gráfico 33) segue o comportamento geral dos outros indicadores, pois caiu em 113 municípios e aumentou em 104 municípios (Anexo G). Considerando os 104 municípios onde a razão da renda dos 10% mais ricos aumentou em relação aos 40% mais pobres, em 44 deles o aumento dessa razão ocorreu combinado com o crescimento da renda e redução da proporção da renda mediana em relação à renda média.

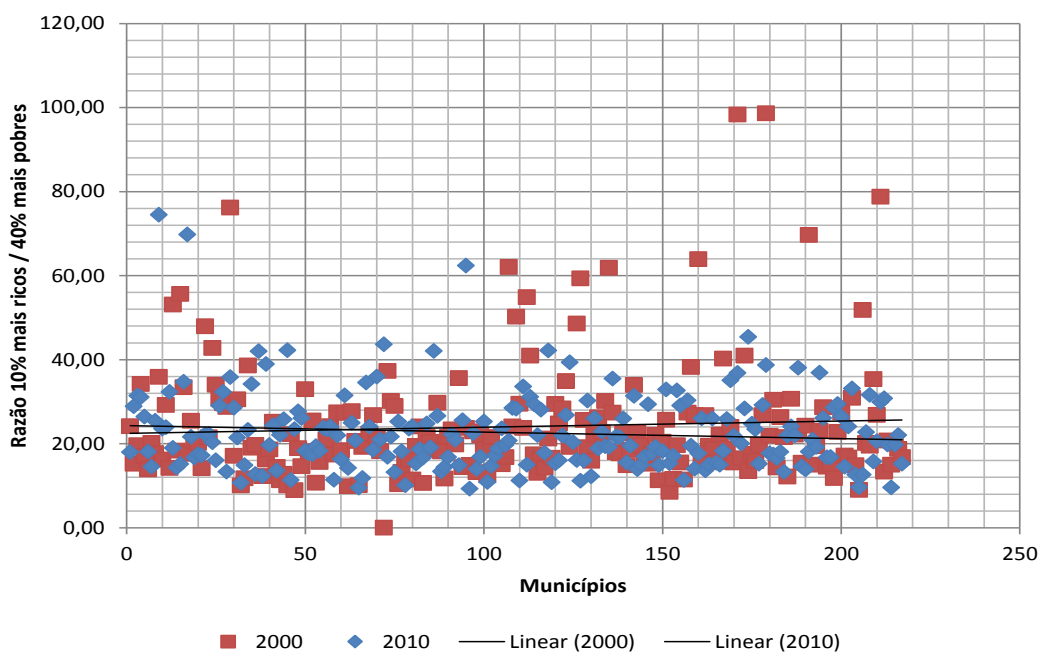


Gráfico 193 - Razão 10% mais ricos/40% mais pobres nos municípios maranhenses em 2000 e 2010  
Fonte: IBGE



O uso da proporção dos decis de renda serve então para mostrar que a renda apropriada pelos mais ricos é muito superior a renda apropriada pelos mais pobres, o que impacta diretamente no acesso a bens e serviços como educação, saúde, segurança e etc. As famílias de menor renda ficam vulneráveis as ações dos governos a espera de melhoria e expansão de bens públicos locais.

Embora tenha ocorrido uma melhoria no padrão de desigualdade, o nível que a mesma ainda se encontra indica que ações no sentido de amenizá-la são ainda de grande utilidade do Maranhão.

#### 4.4 Renda Média, Renda Mediana e Indicadores de Desigualdade

Foram computadas as rendas média e mediana, bem como as três medidas de desigualdade de renda descritas nas subseções anteriores: índice de Gini, Theil-L e Razão 10/40, com a finalidade de fazer uma descrição sintética da distribuição de renda em 2000 e 2010, e de como ela evoluiu nesse período. Os resultados obtidos demonstram que a distribuição de renda maranhense é bastante concentrada na cauda esquerda, o que pode ser observado pelas diferenças entre as renda média e mediana (ver Anexo H) embora essa concentração tenha diminuído entre 2000 e 2010.

O estudo da desigualdade aponta alguns resultados interessantes. No caso do Maranhão, a renda média cresceu e a mediana cresceu a taxas maiores que a própria média, diminuindo a distância entre elas. Isto deixa um forte indício de que houve uma melhoria na distribuição, tendo em vista que a mediada é uma medida de tendência central que indica exatamente o valor central da amostra de dados.

A renda mediana nos últimos anos apresentou uma variação melhor que a renda média, mas ainda assim está muito aquém desta. No Maranhão a renda mediana cresceu a taxa média anual de 4,41%, passando de R\$ 331 em 2000 (a preços de 2010, corrigido pelo IPCA), para R\$ 510, em 2010 (Tabela 05). A renda mediana correspondia a 48,51% da renda média, em 2000, passando para 68,24% em 2010, uma diferença menor que no Nordeste (39,01% em 2000 e 57,92% em 2010); e menor ainda que no Brasil (46,99% em 2000 e 48,49% em 2010).

Tabela 05 - Renda média e mediana do Brasil, Nordeste e Maranhão em 2000 e 2010

	Valor do rendimento nominal médio mensal			Valor do rendimento nominal mediano mensal		
	2000	2010	Δ%	2000	2010	Δ%
Brasil	1.400	1.340	-0,43	658	650	-0,12
Nordeste	849	881	0,37	331	510	4,41
Maranhão	683	747	0,91	331	510	4,41

Fonte: IBGE

Em relação aos outros estados a variação da renda média e mediana teve uma evolução significativa. De acordo com os dados mostrados na Tabela 06, a renda média cresceu em 14 estados, tendo o Maranhão ficado na quarta posição, com a taxa média anual de 0,91%, ficando atrás apenas de Tocantins (1,28% a.a.), Piauí (1,11% a.a.) e Sergipe (1,01% a.a.). A mesma variável piorou em 13 estados, com destaque para os estados de São Paulo (-1,05% a.a.), Pará (-0,95% a.a.) e Mato Grosso (-0,75% a.a.).

A renda mediana cresceu em 20 estados, com o Maranhão na terceira posição com a taxa de 4,41% a.a, atrás de Piauí (4,41% a.a.) e Sergipe (4,41% a.a.). Já a proporção da renda mediana em relação a média cresceu em 21 estados, tendo o Maranhão ficado na quinta posição, crescendo 40,67%, atrás apenas do Ceará (55,07%), Alagoas (52,44%), Bahia (41,67%) e Paraíba (41,67%). Este mesmo indicador caiu em 06 estados, sendo eles o Distrito Federal (- 14,30%), Acre (- 5,74%), Rio de Janeiro (-5,69%), Amazonas (- 4,29%), Amapá (- 4,05%) e Roraima (- 3,35%).

Tabela 06 - Renda média e mediana dos estados brasileiros em 2000 e 2010

	Valor do rendimento nominal médio mensal			Valor do rendimento nominal mediano mensal		
	2000	2010	Δ%	2000	2010	Δ%
Rondônia	1.235	1.181	-0,44	614	610	-0,07
Acre	1.067	1.092	0,24	528	510	-0,36
Amazonas	1.155	1.167	0,10	548	530	-0,34
Roraima	1.331	1.235	-0,75	658	590	-1,08
Pará	1.019	927	-0,95	439	510	1,52
Amapá	1.302	1.238	-0,51	658	600	-0,92
Tocantins	949	1.077	1,28	397	510	2,54
Maranhão	683	747	0,91	331	510	4,41
Piauí	715	798	1,11	331	510	4,41
Ceará	847	841	-0,07	331	510	4,41
Rio Grande do Norte	940	983	0,45	351	510	3,81
Paraíba	793	862	0,84	331	510	4,41
Pernambuco	976	966	-0,10	390	510	2,71
Alagoas	852	861	0,10	331	510	4,41
Sergipe	867	958	1,01	331	510	4,41
Bahia	855	898	0,49	331	510	4,41
Minas Gerais	1.227	1.213	-0,12	548	600	0,91
Espírito Santo	1.291	1.329	0,29	592	654	1,00
Rio de Janeiro	1.759	1.701	-0,33	877	800	-0,92
São Paulo	1.914	1.722	-1,05	943	900	-0,46
Paraná	1.414	1.398	-0,12	658	770	1,59
Santa Catarina	1.467	1.473	0,04	767	900	1,61
Rio Grande do Sul	1.458	1.438	-0,13	662	800	1,91
Mato Grosso do Sul	1.328	1.328	-0,01	594	700	1,65
Mato Grosso	1.407	1.305	-0,75	658	700	0,62
Goiás	1.266	1.312	0,36	555	700	2,35
Distrito Federal	2.625	2.794	0,62	1.096	1.000	-0,92

Fonte: IBGE

Nos municípios, a renda média cresceu em 169 municípios e caiu em 48 municípios (Anexo H). No caso da mediana, a mesma cresceu em 181 municípios e caiu em 36 municípios. A proporção da mediana em relação a média (Gráfico 34) cresceu em 150 municípios e caiu em 67 municípios.

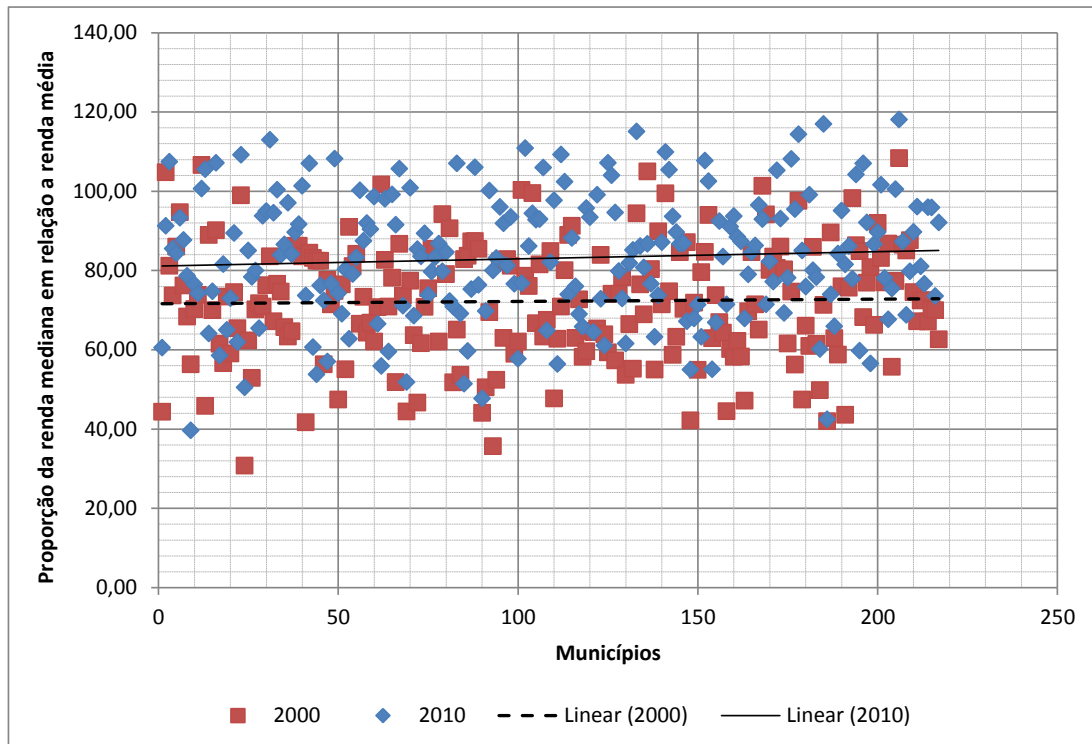


Gráfico 34 - Proporção da renda mediana em relação à média nos municípios maranhenses em 2000 e 2010  
Fonte: IBGE

Houve uma combinação do aumento da proporção da renda mediana em relação a renda média; e diminuição dos três indicadores de desigualdade no Maranhão como um todo e, especificamente, em 63 municípios maranhenses. Nesses municípios a desigualdade de renda caiu de forma quantitativa. Qualitativamente, ou seja, o crescimento da renda combinado com a redução da desigualdade medida através de todos os indicadores ocorreu no nível estadual e em 35 municípios. Nos demais municípios a renda média caiu em relação a 2000 (quando se compara valores reais, corrigido pela inflação através do IPCA). Em 36 municípios houve uma redução da proporção da renda mediana combinada com um aumento da renda e aumento dos indicadores de desigualdade em geral,

Ou seja, houve uma melhoria do padrão de vida de um pequeno grupo, distanciando a realidade das famílias, como foi o caso de Alto Parnaíba, São Domingos do Azeitão, Paulino Neves, Nina Rodrigues, Afonso Cunha e Cajari. Houve uma combinação da redução da renda média com aumento da proporção da renda mediana em relação àquela, e aumento dos indicadores de desigualdade, em cinco municípios: Alto Alegre do Pindaré, Amapá do Maranhão, Jatobá, São Domingos do Maranhão e Sítio Novo. Em 38 municípios houve uma combinação de crescimento da renda média com aumento da proporção da renda mediana e

aumento dos indicadores de desigualdade, como é o caso de Água Doce do Maranhão, Bacabeira, Bernardo do Mearim e Boa Vista do Gurupi.

## 5. DESIGUALDADE DE RENDA NO MARANHÃO E SEUS DETERMINANTES

A redução da desigualdade depende do diagnóstico correto da origem do problema, pois, somente assim, poderão ser atacados os verdadeiros elementos causadores dessa grave doença que afeta, em muitos aspectos, a economia maranhense. Na tentativa de dar algum passo nessa direção, será feito a seguir um breve exercício no sentido de tentar associar a desigualdade a algumas variáveis características do Maranhão.

Sendo assim, a análise de correlação simples exercerá o papel de instrumento para o atrelamento do nível de desigualdade a outras variáveis que se apresentam como forte candidatas a fatores causadores ou consequentes da mesma.

### 5.1 Correlação Linear Simples

A correlação linear simples mostra o nível de relação entre duas variáveis, ou melhor, a análise de correlação fornece um número que resume o grau de relacionamento linear entre duas variáveis. Quando não é possível perceber uma relação sistemática entre as variáveis é dito que as variáveis são não correlacionadas, no caso, pode-se dizer que são independentes, ou, ainda, que são ortogonais.

De acordo com Hoffmann (2006), o coeficiente de correlação pode variar de -1,00 a +1,00, sendo que, um coeficiente de +1 indica correlação linear positiva perfeita, em que as duas variáveis serão exatamente iguais em termos de escores padronizados  $z$ . Um coeficiente -1 indica correlação linear perfeita negativa, com escores padronizados exatamente iguais em valores absolutos, diferindo apenas o sinal (direção). Mas, uma correlação de +1 ou -1 é raramente observado, sendo mais comum o coeficiente ficar situado entre estes dois valores. Por fim, quando este coeficiente é zero, significa que não existe um relacionamento linear entre as duas variáveis.

As propriedades mais importantes do coeficiente de correlação, segundo Hoffmann (2006), são:

- i) O intervalo de variação vai de -1 a +1;

- ii) O coeficiente de correlação é uma medida adimensional, isto é, ele é independente das unidades de medida das variáveis  $x$  e  $y$ ;
- iii) Quanto mais próximo de  $+1$  for o coeficiente, maior o grau de relacionamento positivo entre  $x$  e  $y$ , ou seja, se  $x$  varia em uma direção  $y$  variará na mesma direção;
- iv) Quanto mais próximo de  $-1$  for o coeficiente, maior o grau de relacionamento linear negativo entre  $x$  e  $y$ , isto é, se  $x$  varia em um sentido  $y$  variará no sentido inverso;
- v) Quanto mais próximo de zero estiver o coeficiente menor será o relacionamento linear entre  $x$  e  $y$ , um valor igual a zero indicará ausência apenas de relacionamento linear.

A seguir, o nível de desigualdade será confrontado com outras variáveis que se candidatam a estar correlacionadas com a mesma, de modo que seja possível identificar se, no caso do Maranhão, as mesmas estarão ou não entrelaçadas, fornecendo subsídios para os elaboradores de políticas públicas no sentido de ataquem com mais intensidade as causas mais prováveis da desigualdade no nível estadual, ou combatam mais diretamente a desigualdade para obter resultados em outras variáveis. No caso deste trabalho a correlação a ser enfatizada diz respeito a desigualdade e pobreza.

#### 5.1.1 Correlação entre Pobreza e Desigualdade de Renda

Pobreza e desigualdade de renda costumam apresentar uma relação muito estreita, tendo em vista que a pobreza é, na maioria das vezes, avaliada pela renda. Uma renda muito baixa é insuficiente para garantir os meios minimamente necessários para a sobrevivência de cada cidadão. Como nos dias atuais o produto do estado (*PIB per capita*) é suficientemente elevado para garantir o mínimo necessário a todos os seus cidadãos, conclui-se que a pobreza seja um resultado da má distribuição de renda.

A correlação linear simples entre os indicadores de desigualdade de renda, pobreza e extrema pobreza é demonstrada na Tabela 07.

Tabela 07 - Correlação entre a Variação da Pobreza e da Desigualdade de Renda no Maranhão entre 2000 e 2010

<b>Índice de Desigualdade de Renda</b>	<b>Extrema Pobreza</b>	<b>Pobreza</b>
Índice de Gini	0,59	0,47
Índice de Theil-L	0,49	0,43
Índice de Theil trabalho	0,22	0,23
R1040	0,62	0,49

Fonte: IBGE

A correlação entre a variação do índice de Gini e da extrema pobreza é moderada, mas ainda maior do que a correlação com a pobreza em si. Já a correlação entre a variação do índice de Theil-L e da extrema pobreza é moderada (mas importante) e maior do que a correlação com a própria pobreza. A correlação do índice de L de Theil do trabalho com a extrema pobreza e a pobreza é fraca. Por fim, no caso da correlação entre a variação da razão da renda dos 10% mais ricos e 40% mais pobres e da extrema pobreza é moderada e, também, maior do que a correlação com a pobreza, mas ambas apresentam indícios de que realmente existe uma correlação.

A correlação positiva entre a redução da desigualdade e a pobreza tende a mostrar que, quanto maior a for a desigualdade maior também será a incidência de pobreza, ou seja, pobreza e desigualdade caminham, na maioria das vezes, na mesma direção. Portanto, a política que vise combater a desigualdade tende também a combater a pobreza.

## 5.2 Decomposição Estatística da Desigualdade

Nessa subseção, faz-se uma análise descritiva da estrutura da desigualdade de renda no Maranhão através do modelo proposto por Ferreira, Leite, Litchfield e Ulysea (2006), conforme explicitado no item 3.1, que consiste em identificar como os diferentes componentes de renda contribuem para a desigualdade total.

A decomposição foi feita com base no índice de Theil, que é o mais indicado segundo Hoffmann (1991), devido, de acordo com o autor, ao fato do índice de Gini ser inconveniente para estudos em que a população é dividida em grupos e se deseja decompor a desigualdade



total em uma parte relativa às diferenças entre grupos e uma parte relativa às diferenças dentro dos grupos.

A decomposição realizada aqui é referente à desigualdade entre grupos de renda da população maranhense que compõem a renda domiciliar *per capita* total: renda do emprego, renda do trabalho por conta própria, renda de empregadores e renda de transferências.

A partir dos dados da renda média domiciliar e do total da renda do emprego, renda do trabalho por conta própria, renda dos empregadores e renda de transferências foi calculada a contribuição de cada uma das fontes na renda domiciliar média (ver Anexo H). A renda do emprego, como era de se esperar, é a principal fonte de renda das famílias, mas a percentagem caiu entre 2000 e 2010, de 77% para 72%. A segunda fonte de renda no Maranhão é proveniente de transferências, e aumentou, no período analisado, de 11% para 14%. A renda própria é a terceira fonte de renda e, também, aumentou de 9% para 11%. Já a participação da renda dos empregadores na renda domiciliar média permaneceu em 3% (Gráfico 35).

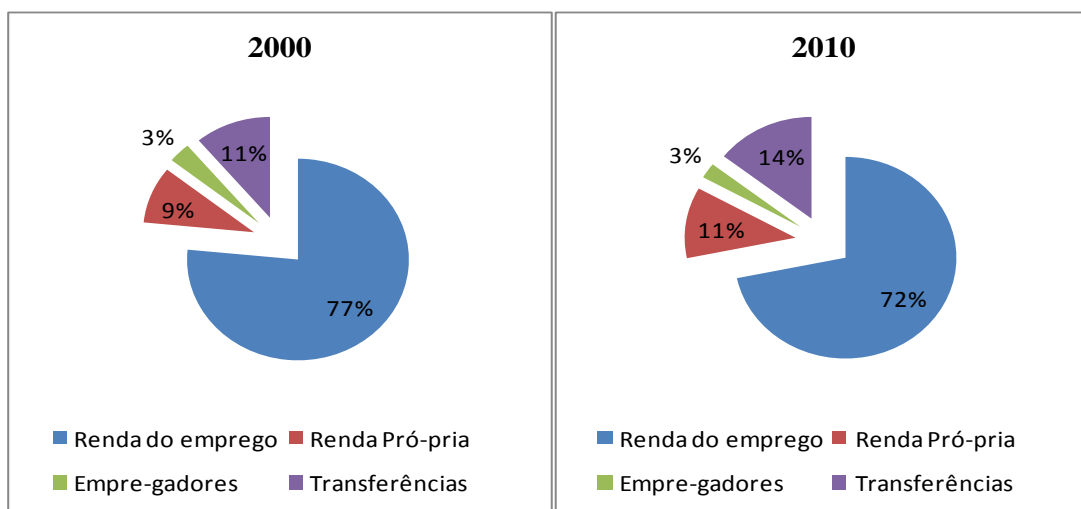


Gráfico 35 - Participação da Renda do Emprego, do Trabalho por conta própria, de Empregadores e de Transferências na Renda domiciliar média no Maranhão em 2000 e 2010

Fonte: IBGE

A contribuição de cada renda na renda total mostra a importância das transferências na composição da renda das famílias maranhenses. Por exemplo, em 2010, dois municípios passaram a ter a renda de transferências como principal renda dos domicílios: Santana do Maranhão (58%) e Bacurituba (57%), sendo que, este tipo de renda passou a ultrapassar a casa dos 30% em 55 municípios. O aumento do peso das transferências se deu pela expansão da cobertura de programas sociais, nesse caso, o Programa Bolsa Família, uma vez que, em

2000, 69 municípios não recebiam renda de transferências (benefício da previdência social). Em 2010, todos os municípios passaram a receber benefício da previdência social e recursos do Programa Bolsa Família.

A renda proveniente do trabalho por conta própria, em 2000, era a principal fonte de renda dos domicílios em Belágua (52%) e ultrapassava a casa dos 30% em 25 municípios; já em 2010 ultrapassou a casa dos 30% somente em Bernardo do Mearim (31%) e ficou entre 20% e 30% em 38 municípios. Era a segunda fonte de renda em 98 municípios em 2000, caindo para 56 municípios em 2010.

Quanto à participação da renda de empregadores, as maiores ocorreram em Sucupira do Riachão (14%), Fernando Falcão (10%) e Bom Lugar (10%), em 2000, e em Ribamar Fiquene (16%) e São Domingos do Azeitão (13%). Essa renda não tinha peso em 84 municípios em 2000, caindo para 77 municípios em 2010.

Dito isto, o próximo passo é identificar como os diferentes componentes da renda contribuem para a desigualdade total, com base na metodologia exposta anteriormente, considerando as quatro fontes de renda analisadas. A desigualdade é maior nas fontes de renda individuais (rendimento do emprego, renda do trabalho por conta própria e renda do empregador) do que para a renda total (domiciliar per capita total). As transferências também apresentaram uma desigualdade baixa. A maior contribuição para a desigualdade total foi a da renda do empregador e da renda do trabalho por conta própria.

É interessante observar a última coluna da Tabela 08, que se refere à renda de transferências. A proporção desta renda cresceu bastante no total da renda domiciliar e apresentou a menor contribuição para a desigualdade total, embora a parcela de contribuição não tenha alterado muito no período analisado. Aumentou muito a parcela de domicílios recebendo esse tipo de renda, sendo interessante notar o caráter progressivo da expansão dessa categoria, uma vez que a correlação que era positiva em 2000, passa a ser negativa em 2010. Esses resultados apontam para a importância da expansão recente dos programas governamentais de transferência direta de renda e benefícios da previdência social.

Tabela 08 - Contribuição das fontes de renda para a desigualdade de renda total no Maranhão em 2000 e 2010

	<b>Renda domiciliar per capita total</b>	<b>Rendimento do emprego</b>	<b>Renda do Trabalho por conta própria</b>	<b>Renda do Empregador</b>	<b>Renda de Transferências</b>
<b>2000</b>					
Prop. de recipientes ( $y_f > 0$ )	1	0,39	0,34	0,01	0,26
Média	218,27	167,11	19,88	7,05	24,23
Desigualdade	0,51	0,55	0,60	0,62	0,19
Correl. c/a renda do domic. (rf)	1	0,98	0,09	0,71	0,23
Contribuição absoluta (Sf)	0,51	0,15	0,16	0,16	0,05
Contribuição proporcional (sf)	1	0,28	0,31	0,32	0,10
<b>2010</b>					
Prop. de recipientes ( $y_f > 0$ )	1	0,20	0,11	0,00	0,69
Média	360,34	258,51	41,00	8,82	52,01
Desigualdade	0,37	0,47	0,58	0,60	0,18
Correl. c/a renda do domic. (rf)	1	0,98	0,48	0,60	-0,02
Contribuição absoluta (Sf)	0,37	0,09	0,12	0,12	0,04
Contribuição proporcional (sf)	1	0,26	0,32	0,33	0,10

Fonte: IBGE

Portanto, é possível inferir que as transferências tiveram um papel determinante para a redução das desigualdades no Maranhão, durante o período em análise.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade de renda no Maranhão apresentou uma tendência a queda entre 2000 e 2010. Considerando a discussão nacional sobre a queda da desigualdade de renda no país, em que muitos autores buscaram avaliar a importância do crescimento econômico, das transferências de renda e de outros fatores para essa redução, nesse trabalho foi feito um esforço no sentido de obter um conjunto de informações que permitisse maior conhecimento a respeito da desigualdade de renda do Maranhão. Para isso, foi considerado o crescimento econômico, avaliado pela melhoria da renda (PIB *per capita* e renda domiciliar média *per capita*, com foco nos rendimentos do emprego, do trabalho por conta própria e de empregadores, cuja melhoria depende da expansão econômica) e da ampliação de programas sociais, cujas famílias maranhenses são grandes beneficiárias.

Primeiro, foi feita uma exposição de dados sobre a renda, a incidência da pobreza e a desigualdade de renda no Estado, comparando-o com o cenário nacional, bem como nos municípios. Segundo, foi proposta uma avaliação da contribuição das diferentes fontes de renda (renda do emprego, renda do trabalho por conta própria, renda de empregadores e renda de transferências) para a desigualdade total em 2000 e em 2010, observando a mudança de comportamento nos dois cenários.

Na análise geral foi possível perceber uma melhoria razoável da renda e uma redução significativa da incidência da pobreza no Maranhão. Mesmo assim, o estado não perdeu o posto de menor renda *per capita* e de maior proporção de pobres (pobreza essa avaliada pela renda). A maior contribuição para a manutenção de tal posto advém das grandes disparidades econômica e social entre os municípios. Enquanto que o crescimento médio anual do PIB *per capita* do estado foi de 6,87%, em 30 municípios essa taxa superou a casa dos 10% e, por outro lado, em cinco municípios o crescimento foi negativo, enquanto em 14 municípios o crescimento não chegou a 3%. Em 2010, enquanto a renda per capita média do estado era de R\$ 6.889, em 55 municípios ela não chegava a 50% desse valor, e em quatro municípios ela ultrapassava o valor de R\$ 15.000. Além da discrepância das rendas, as maiores taxas de crescimento ocorreram em municípios que já possuíam uma renda acima da média, ou seja, nas áreas “dinâmicas”.

Essa situação foi contrabalançada com a renda de transferências que beneficia, principalmente, a população dos municípios mais carentes. O número de beneficiários da previdência social aumentou 70,35% de 2000 para 2010 e o número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, que não existia em 2000 (e não se tem dados para os outros programas existentes nesse ano) chegaram ao número de 871,3 mil famílias (51,3% das famílias maranhenses). Em 193 municípios o percentual de famílias beneficiadas com o programa ultrapassava a casa dos 50%.

A incidência da *extrema pobreza* caiu 39,61% no estado, passando de 37,21% da população, em 2000, para 22,47% da população, em 2010. No entanto, o percentual de extremamente pobres ultrapassava a casa dos 50%, em 2010, em 11 municípios. Já a incidência da *pobreza* caiu 37,03%, passando de 62,78% da população, em 2000, para 39,53% da população, em 2010. Mas deve-se ressaltar que o percentual de pobres, em 2010, ultrapassava a casa dos 50% em 117 municípios, o que mostra a existência de fortes disparidades entre os mesmos.

Essa discrepância explica a queda pouco significativa da desigualdade de renda no Estado. Medida pelo índice de Gini, ela caiu 4,62%, de 0,65 em 2000, para 0,62 em 2010, sendo que a mesma cresceu em 83 municípios, permaneceu estável em 14 municípios e caiu em 120 municípios. Se for medida pelo índice de Theil-L, ela caiu 16,00%, de 0,75 em 2000, para 0,63 em 2010, sendo que cresceu em 135 municípios, permaneceu estável em 07 municípios e caiu em 75 municípios.

Nesse último caso (Theil-L), considerando que o número onde a pobreza caiu é menor que o número onde ela cresceu, e, mesmo assim, a média foi negativa, e considerando que esse índice desconsidera a renda zero, é possível dizer que a desigualdade interna caiu onde o município apresentou algum dinamismo da renda. Mesmo assim este cenário indica que piorou a desigualdade regional, ou seja, o padrão de vida dos maranhenses está sendo afetado diretamente pela região onde mora.

Por fim, avaliando a desigualdade pela proporção da renda apropriada pelos 40% mais pobres em relação a renda apropriada pelos 10% mais ricos, ela caiu 14,42%, em que a proporção da renda apropriada pelos 10% mais ricos, em 2000, era 33,43 vezes a renda apropriada pelos 40% mais pobres, caindo para 28,61 vezes em 2010.

A discrepância, também, entre a renda média e a mediana mostra que a renda dos maranhenses é extremamente concentrada na cauda esquerda, ou seja, um número grande de municípios convive com a renda próxima do mínimo. Existe uma diferença bem acentuada entre as duas rendas, que, em 2000, a renda mediana equivalia a apenas 48,5% da renda média, passando para 68,24% em 2010.

Além disso, a renda da porção dos mais pobres aumentou a uma taxa média superior a renda da porção dos mais ricos, diminuindo a razão entre elas. Com isso, os indicadores médios de pobreza, renda e desigualdade melhoram no Maranhão. Mas, por outro lado, ao longo da leitura dos indicadores foi possível perceber que houve um aumento das disparidades entre os municípios maranhenses, em que foi ampliada a distância do padrão de vida das famílias que vivem nas regiões “dinâmicas” do estado e as demais regiões. A economia de muitos municípios está praticamente estagnada e algumas chegaram a ter desempenho negativo, o que reflete diretamente na renda média e, mais ainda no acesso a bens e serviços.

O crescimento econômico do estado ocorreu de forma bastante desigual, as áreas “dinâmicas”, como a área da soja e a área onde estão implantadas as grandes empresas melhorou a renda das famílias em geral, impactando diretamente na melhoria do padrão de vida da sociedade local, uma vez que essas regiões atraem mão de obra qualificada e obrigam a instalação e ampliação de serviços de saúde, saneamento, educação, segurança, lazer, habitação etc. Nas demais áreas, como o crescimento não foi polarizado, aumentou a dependência de transferências de rendas.

O crescimento médio do estado foi pró-pobre, ou seja, houve uma redução da pobreza, principalmente da extrema pobreza, através da melhoria da renda da porção da renda dos mais pobres em relação a renda da porção dos mais ricos. A renda apropriada pelos 40% mais pobres cresceu a taxa superior a renda apropriada pelos 10% mais ricos.

No entanto, essa melhoria não foi fruto essencialmente do crescimento, pois, embora o emprego seja a principal fonte de renda das famílias, a sua importância foi reduzida ao longo do período analisado. As transferências ganharam peso significativo nos últimos anos, tendo em vista que passaram a representar uma parcela importante da renda média dos domicílios maranhenses, chegando a ser a principal fonte de renda em muitos deles.

É interessante observar que, mesmo com a melhoria do padrão médio de vida das famílias maranhenses, com a redução da incidência da pobreza e melhoria da renda, os

indicadores sociais e econômicos ainda estão muito aquém dos nacionais. O Maranhão ainda é o estado com maior incidência de pobreza do país, com maior desigualdade e com a menor renda *per capita* (embora em 2011, fora do período em análise, tenha superado esta última marca).

É preciso criar e expandir meios produtivos para o crescimento econômico local de forma distribuída em todo o estado. As transferências contribuíram para a redução da desigualdade, mas não pode ser o único meio de transformação do padrão de vida social. O estado é dependente de programas e ações do governo federal. Para superar tal situação, a economia precisa continuar crescendo nas regiões dinâmicas e criar novos meios de produção nas áreas não dinâmicas para que se possa diminuir a dependência das famílias maranhenses da renda de transferências. Além disso, o governo precisa investir e ampliar os gastos com serviços de acesso público como saúde, educação, saneamento etc., além da necessidade de prover a infraestrutura necessária ao aumento da produtividade, cuja melhoria do padrão de vida é o reflexo.

## REFERÊNCIAS

AMARAL JR, Alberto de. **Direito Internacional e Desenvolvimento**. Barueri, SP: Monole, 2005.

AZEVEDO, João Pedro. Avaliando a Significância Estatística da Queda na Desigualdade no Brasil. In: BARROS, R. P. (Org.); FOGUEL, M. N. (Org.); ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2007. v. 1. (153-173)

BARROS, Ricardo Paes de [et al.]. **Acesso ao Trabalho e Produtividade no Brasil: implicações para crescimento, pobreza e desigualdade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. O Papel das Transferências Públicas na Queda Recente da Desigualdade de Renda Brasileira. In: BARROS, R. P. (Org.); FOGUEL, M. N. (Org.); ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2007. v. 1.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. **Consequências e causas imediatas da queda recente na desigualdade de renda brasileira**. 32nd International Conference of Social Welfare: Facing Poverty and Social Inequalities. ICSW 32: Conference, 2006 (a).

\_\_\_\_\_. **Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira**. Rio de Janeiro: Econômica, v.8, p. 117-147, junho de 2006 (b).

BARROS, Ricardo Paes de; CAMARGO, José Márcio. **Em busca dos determinantes do nível de bem-estar social na América Latina**. Pesquisa e Planejamento Econômico, 23 (3), dezembro. Pesq. Plan. Econ, v.23, n.3, dez. 1993.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **O impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza**. Novos Estudos CEBRAP (Impresso), v. 1, n.51, p. 107-122, 1998.

BARROS, Ricardo Paes de.; HENRIQUES, Ricardo; e MENDONÇA, Rosane. **Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável**. Dossiê Desigualdade: RBCS Vol. 15, nº 42, fevereiro/2000.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Distribuição de Renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade. In: PINHO, O & VASCONCELLOS, M. A. S.: Manual de Economia. São Paulo: Ed. Saraiva, 2002. (p. 406 – 422)

CANO, Wilson. **Uma Agenda Nacional para o Desenvolvimento**. Texto para a Discussão. IE/UNICAMP, n. 183, agosto/2010.

CARDOSO JR, José Celso; JACCOUD, Luciana. Políticas Sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, Luciana... [et. al]. **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 372-407



CARVALHO, Dionatan Silva. **Pobreza no Maranhão: uma análise a partir das características das famílias residentes em área rural no período de 2000 a 2010.** São Luís: UFMA, 2013. (dissertação de mestrado)

FERREIRA, F.H.G.; LEITE, P.G.; LITCHFIELD, J.A.; e ULYSSEA, G. **Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil.** Rio de Janeiro: Econômica, junho de 2006. V.8. n. 1 (149-171)

HOFFMAN, Rodolfo. **O índice de Desigualdade de Theil-Atkinson.** Rio de Janeiro: Econômica v.11, n. 2, 1991, p.143-160.

\_\_\_\_\_. **As transferências não são a causa principal da redução da desigualdade.** Rio de Janeiro: Econômica 7. n. 2, 2005, p. 335-341.

\_\_\_\_\_. **Estatística para economistas.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

MATIAS, Jonathan de Souza e SALVATO, Márcio Antônio. **Curva de crescimento pró-pobre no Brasil.** Anais. Encontro Nacional de Economia: ANPEC, 2009.

MATIAS, Jonathan de Souza; SALVATO, Márcio Antônio; e BARRETO, Flávio Ataliba F. D. **Análise da Qualidade do Crescimento Econômico nos Estados Brasileiros de 1995 a 2008: Quão elásticos são os indicadores de pobreza com relação ao crescimento?** Salvador: Encontro Nacional de Economia – ANPEC, 2010.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **Desenvolvimento econômico e estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil.** UFRJ: 2003.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana e SOARES, Fábio. **Transferência de Renda no Brasil.** Novos Estudos 79, Novembro de 2007.

MEDICI, André Cezar e AGUNE, Antônio Celso. **Desigualdades Sociais e desenvolvimento no Brasil: uma análise dos anos 80 ao nível regional.** Porto Alegre: Ensaios, FEE, (15) 2: 458-488, 1994.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **Desenvolvimento econômico recente do Maranhão: uma análise do crescimento do PIB e perspectivas.** São Luís: IMESC, 2008. Cadernos IMESC 7.

MIRO, Vitor Hugo; SULIANO, Daniel Cirilo; e OLIVEIRA, Jimmy Lima de. **Quais os fatores são determinantes para reduzir a desigualdade em um ambiente de crescimento econômico e menos pobreza?** Fortaleza, 2011.

MOREIRA, Renata Couto; BRAGA, Marcelo José & TOYOSHIMA, Silvia Harumi. **Crescimento e Desigualdade: Prosperidade Versus Armadilhas da Pobreza no Desenvolvimento Econômico dos Estados Brasileiros.** Salvador: Encontro Nacional de Economia – ANPEC, 2010. Disponível em: [www.anpec.org.br](http://www.anpec.org.br). Acesso em: 02/02/2013

NAKAK, KakwanI; NERI, M. C.; SON, H. **Linkages Between Pro-Poor Growth, Social Programs and Labor Market: The Recent Brazilian Experience.** World Development, v. 38, p. 881-894, 2010.

NERI, Marcelo Cortes. **Pobreza e Políticas Sociais na Década de Redução da Desigualdade**. Buenos Aires: Revista Nueva Sociedad, n.3, p.53-73, out., 2007. Disponível em: [www.nuso.org/upload/articulos/p.8-4\\_1.pdf](http://www.nuso.org/upload/articulos/p.8-4_1.pdf). Acesso em: 23/01/2013

OLIVEIRA, Carlos Wagner de Albuquerque; ELLERY JR, Roberto; SANDI, Danielle. Migração e diferenciais de renda: teoria e evidências empíricas. In: CARVALHO, Alexandre Xavier Ywata... [et. al.]. **Ensaio de Economia Regional e Urbana**. Brasília: IPEA, 2007. (p. 177 – 212)

PINDYCK, D. L. e RUBINFELD, R. S. **Econometria: Modelos e Previsões**. São Paulo: Editora Campus, 2004.

PROGRAMA NACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. 2010.

RESENDE, Guilherme Mendes; DA MATA, Daniel; CARVALHO, Alexandre Xavier Ywata. Crescimento pró-pobre e distribuição de renda das capitais dos estados brasileiros. In: CARVALHO, Alexandre Xavier Ywata... [et. al.]. **Ensaio de Economia Regional e Urbana**. Brasília: IPEA, 2007. (p. 21 – 45)

SALM, C. (2005). "Estagnação econômica, desemprego e exclusão social". In Sicsúetal (org.): **Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**/Organizadores João Sicsú, Luiz Fernando de Paula, Renaut Michel. Baurueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

SALVATO, Márcio Antônio [et.al]. **Decomposição da Variação da Pobreza em Efeito Crescimento e Desigualdade**. Foz do Iguaçu/Paraná: Encontro Nacional de Economia – ANPEC, 2009.

SHORROCKS, A. F. **Inequality Decomposition by Factor Components**. *Econometrica*, vol.50. n. 1 (Jan., 1982), 193-212.

SILVA, Leilivania Lima da. **A contribuição da produtividade no processo de crescimento econômico e a relação entre o crescimento econômico e o emprego no Maranhão entre 1996 e 2008**. São Luís: UFMA, 2011. (monografia)

SILVEIRA NETO, Raul da Mota. **Redução Recente da Desigualdade Regional de Renda no Brasil: Desconcentração Industrial ou Políticas Sociais?** Anais. Encontro Nacional de Economia: ANPEC, 2010.

SOARES, F. V.; SOARES, S. S. D.; MEDEIROS, M.; OSÓRIO. R. G. Programas de Transferência de Renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. In: BARROS, R. P. (Org.); FOGUEL, M. N. (Org.); ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2007. v. 1.

VASCONCELLOS, Marco Antônio S.; Garcia, Manuel E. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

**ANEXOS**

ANEXO A - Proporção de Pobres (PMPOB) e de Extremamente Pobres (PIND) nos Municípios Maranhenses em 2000 e 2010.

Município	2000		2010		Δ% PIND	Δ% PMPOB
	PIND	PMPOB	PIND	PMPOB		
Açailândia	20,04	50,62	10,12	25,17	-49,50	-50,28
Afonso Cunha	60,69	82,37	45,54	66,80	-24,96	-18,90
Água Doce do Maranhão	55,46	79,07	39,02	59,52	-29,64	-24,72
Alcântara	50,59	75,79	37,99	54,48	-24,91	-28,12
Aldeias Altas	50,09	75,93	36,55	60,07	-27,03	-20,89
Altamira do Maranhão	38,84	63,53	36,66	55,51	-5,61	-12,62
Alto Alegre do Maranhão	45,05	76,34	27,60	50,64	-38,73	-33,67
Alto Alegre do Pindaré	47,51	76,75	42,95	64,61	-9,60	-15,82
Alto Parnaíba	39,30	67,90	25,58	43,32	-34,91	-36,20
Amapá do Maranhão	43,44	77,00	37,78	58,52	-13,03	-24,00
Amarante do Maranhão	49,30	73,54	29,79	50,00	-39,57	-32,01
Anajatuba	52,61	77,42	39,99	55,32	-23,99	-28,55
Anapurus	48,29	73,16	32,99	54,45	-31,68	-25,57
Apicum-Açu	57,36	82,32	24,70	51,98	-56,94	-36,86
Araguanã	59,57	83,38	34,72	60,27	-41,72	-27,72
Araioses	58,95	81,85	40,55	57,65	-31,21	-29,57
Arame	43,34	72,88	44,31	64,91	2,24	-10,94
Arari	37,09	60,23	21,94	38,56	-40,85	-35,98
Axixá	46,50	73,78	27,13	49,20	-41,66	-33,32
Bacabal	30,61	61,22	12,93	29,79	-57,76	-51,34
Bacabeira	41,70	76,54	21,44	41,72	-48,59	-45,49
Bacuri	54,48	77,91	29,48	50,78	-45,89	-34,82
Bacurituba	55,16	78,48	41,62	61,90	-24,55	-21,13
Balsas	26,69	52,04	8,50	21,22	-68,15	-59,22
Barão de Grajaú	40,79	67,60	20,75	37,68	-49,13	-44,26
Barra do Corda	41,63	64,77	26,21	44,97	-37,04	-30,57
Barreirinhas	57,57	79,42	37,56	55,65	-34,76	-29,93
Belágua	67,02	84,42	58,19	74,85	-13,18	-11,34
Bela Vista do Maranhão	51,79	75,76	24,23	51,65	-53,21	-31,82
Benedito Leite	37,06	67,91	35,88	51,39	-3,18	-24,33
Bequimão	60,09	80,88	34,72	52,52	-42,22	-35,06
Bernardo do Mearim	35,99	68,29	20,29	39,67	-43,62	-41,91
Boa Vista do Gurupi	44,45	74,32	27,77	54,35	-37,53	-26,87
Bom Jardim	50,96	77,33	32,27	54,28	-36,68	-29,81
Bom Jesus das Selvas	42,51	72,73	34,87	51,02	-17,97	-29,85
Bom Lugar	54,98	81,72	32,02	56,36	-41,76	-31,03
Brejo	63,04	78,00	40,08	59,40	-36,42	-23,85
Brejo de Areia	57,50	81,39	26,98	50,60	-53,08	-37,83
Buriti	52,82	79,87	47,94	65,31	-9,24	-18,23
Buriti Bravo	48,39	78,28	29,63	46,58	-38,77	-40,50
Buriticupu	34,97	66,05	29,40	54,68	-15,93	-17,21

Buritirana	53,10	79,55	23,52	45,30	-55,71	-43,05
Cachoeira Grande	65,42	86,32	55,86	73,88	-14,61	-14,41
Cajapió	61,01	83,97	45,03	64,11	-26,19	-23,65
Cajari	56,41	85,09	51,36	68,86	-8,95	-19,07
Campestre do Maranhão	38,27	65,87	7,92	21,72	-79,30	-67,03
Cândido Mendes	36,50	72,59	35,23	56,30	-3,48	-22,44
Cantanhede	66,33	86,56	40,03	62,19	-39,65	-28,15
Capinzal do Norte	51,46	77,08	36,14	54,55	-29,77	-29,23
Carolina	33,89	58,53	19,64	34,22	-42,05	-41,53
Carutapera	46,95	77,88	27,76	52,00	-40,87	-33,23
Caxias	33,64	61,73	17,21	35,21	-48,84	-42,96
Cedral	43,50	74,06	31,59	57,46	-27,38	-22,41
Central do Maranhão	49,48	77,23	34,56	56,09	-30,15	-27,37
Centro do Guilherme	51,31	67,19	32,98	51,92	-35,72	-22,73
Centro Novo do Maranhão	49,21	77,86	35,33	53,65	-28,21	-31,09
Chapadinha	45,40	71,68	29,79	48,38	-34,38	-32,51
Cidelândia	33,93	66,50	16,72	36,27	-50,72	-45,46
Codó	44,37	70,18	25,07	44,04	-43,50	-37,25
Coelho Neto	36,81	67,99	23,04	47,30	-37,41	-30,43
Colinas	48,56	71,04	30,88	48,71	-36,41	-31,43
Conceição do Lago-Açu	54,15	81,11	33,43	58,58	-38,26	-27,78
Coroatá	50,55	76,27	31,93	49,57	-36,83	-35,01
Cururupu	37,74	66,63	21,45	44,54	-43,16	-33,15
Davinópolis	31,59	62,86	11,85	34,77	-62,49	-44,69
Dom Pedro	21,00	52,33	14,32	33,56	-31,81	-35,87
Duque Bacelar	54,60	77,66	41,83	63,58	-23,39	-18,13
Esperantinópolis	46,49	71,33	27,04	46,89	-41,84	-34,26
Estreito	28,72	55,89	10,52	22,67	-63,37	-59,44
Feira Nova do Maranhão	49,78	74,87	40,35	59,86	-18,94	-20,05
Fernando Falcão	56,91	85,50	51,61	72,73	-9,31	-14,94
Formosa da Serra Negra	62,87	89,68	45,61	62,31	-27,45	-30,52
Fortaleza dos Nogueiras	47,24	68,88	22,48	38,76	-52,41	-43,73
Fortuna	46,50	67,52	29,45	46,79	-36,67	-30,70
Godofredo Viana	48,13	73,36	21,99	46,20	-54,31	-37,02
Gonçalves Dias	23,90	46,01	34,03	53,83	42,38	17,00
Governador Archer	40,30	70,83	26,16	47,57	-35,09	-32,84
Governador Edison Lobão	32,14	63,57	9,25	28,48	-71,22	-55,20
Governador Eugênio Barros	48,68	73,75	29,50	48,32	-39,40	-34,48
Governador Luiz Rocha	51,83	74,45	37,56	52,70	-27,53	-29,21
Governador Newton Bello	57,84	80,79	30,65	54,69	-47,01	-32,31
Governador Nunes Freire	43,63	74,85	26,99	51,80	-38,14	-30,79
Graça Aranha	41,08	75,32	30,44	46,20	-25,90	-38,66
Grajaú	38,50	66,94	18,98	39,45	-50,70	-41,07
Guimarães	49,47	71,64	30,96	50,94	-37,42	-28,89
Humberto de Campos	57,07	83,10	53,44	71,22	-6,36	-14,30
Icatu	57,88	82,31	43,21	63,72	-25,35	-22,59
Igarapé do Meio	51,66	77,37	24,65	45,84	-52,28	-40,75

Igarapé Grande	37,12	69,20	15,75	36,57	-57,57	-47,15
Imperatriz	12,01	35,76	3,51	14,35	-70,77	-59,87
Itaipava do Grajaú	60,11	80,79	45,49	64,21	-24,32	-20,52
Itapecuru Mirim	47,31	71,56	30,38	49,69	-35,79	-30,56
Itinga do Maranhão	19,35	46,86	12,31	32,08	-36,38	-31,54
Jatobá	27,80	59,35	36,01	52,13	29,53	-12,17
Jenipapo dos Vieiras	54,50	76,19	54,26	70,33	-0,44	-7,69
João Lisboa	26,93	57,57	10,77	27,23	-60,01	-52,70
Joselândia	57,88	78,19	33,60	53,44	-41,95	-31,65
Junco do Maranhão	47,72	79,41	22,11	47,05	-53,67	-40,75
Lago da Pedra	32,83	66,70	21,54	43,06	-34,39	-35,44
Lago do Junco	37,87	61,49	32,17	55,40	-15,05	-9,90
Lago Verde	55,85	81,87	28,41	53,97	-49,13	-34,08
Lagoa do Mato	64,33	80,72	31,48	48,76	-51,06	-39,59
Lago Dos Rodrigues	44,11	74,27	16,05	39,36	-63,61	-47,00
Lagoa Grande do Maranhão	57,95	84,67	37,90	60,75	-34,60	-28,25
Lajeado Novo	37,30	64,48	28,56	48,20	-23,43	-25,25
Lima Campos	36,65	66,29	23,14	40,87	-36,86	-38,35
Loreto	55,41	77,09	34,48	49,97	-37,77	-35,18
Luís Domingues	44,88	69,61	33,85	53,38	-24,58	-23,32
Magalhães de Almeida	60,79	78,32	39,39	57,66	-35,20	-26,38
Maracaçumé	39,31	64,57	18,28	41,05	-53,50	-36,43
Marajá do Sena	56,56	80,39	60,72	78,23	7,36	-2,69
Maranhãozinho	64,69	85,93	30,36	54,95	-53,07	-36,05
Mata Roma	57,13	79,69	39,40	58,31	-31,03	-26,83
Matinha	46,35	73,44	27,83	47,31	-39,96	-35,58
Matões	48,51	73,34	34,73	54,04	-28,41	-26,32
Matões do Norte	64,77	87,65	41,86	66,06	-35,37	-24,63
Milagres do Maranhão	55,17	80,83	43,45	64,26	-21,24	-20,50
Mirador	51,24	73,45	50,29	64,64	-1,85	-11,99
Miranda do Norte	29,70	57,70	18,00	38,61	-39,39	-33,08
Mirinzal	43,98	70,62	24,47	43,11	-44,36	-38,95
Monção	51,34	76,10	30,98	55,01	-39,66	-27,71
Montes Altos	44,93	72,97	33,15	47,90	-26,22	-34,36
Morros	64,17	81,05	42,93	62,65	-33,10	-22,70
Nina Rodrigues	60,15	82,07	46,20	66,30	-23,19	-19,22
Nova Colinas	69,50	81,77	36,67	53,70	-47,24	-34,33
Nova Iorque	49,47	70,53	24,85	41,97	-49,77	-40,49
Nova Olinda do Maranhão	51,71	72,80	19,10	43,72	-63,06	-39,95
Olho D'água das Cunhãs	47,48	71,01	23,16	43,49	-51,22	-38,76
Olinda Nova do Maranhão	58,70	75,15	44,77	60,42	-23,73	-19,60
Paço do Lumiar	18,22	40,56	7,77	19,04	-57,35	-53,06
Palmeirândia	51,12	81,50	40,37	60,20	-21,03	-26,13
Paraibano	35,16	63,73	23,72	41,77	-32,54	-34,46
Parnarama	58,10	78,68	38,17	54,70	-34,30	-30,48
Passagem Franca	51,11	72,02	31,68	50,54	-38,02	-29,83
Pastos Bons	50,92	70,72	28,56	47,87	-43,91	-32,31

Paulino Neves	63,40	84,79	46,26	63,86	-27,03	-24,68
Paulo Ramos	47,90	77,36	26,77	49,30	-44,11	-36,27
Pedreiras	25,20	54,35	12,11	28,40	-51,94	-47,75
Pedro do Rosário	59,07	83,29	42,76	64,90	-27,61	-22,08
Penalva	48,39	75,44	28,63	48,09	-40,83	-36,25
Peri Mirim	51,12	77,94	35,05	51,21	-31,44	-34,30
Peritoró	52,53	76,73	39,96	61,02	-23,93	-20,47
Pindaré-Mirim	43,52	69,95	18,31	42,06	-57,93	-39,87
Pinheiro	38,10	65,52	19,22	36,43	-49,55	-44,40
Pio XII	46,71	74,22	27,79	47,24	-40,51	-36,35
Pirapemas	58,16	81,57	40,84	59,87	-29,78	-26,60
Poção de Pedras	46,61	76,30	27,78	46,16	-40,40	-39,50
Porto Franco	21,61	46,13	9,32	23,30	-56,87	-49,49
Porto Rico do Maranhão	43,91	71,46	25,13	49,64	-42,77	-30,53
Presidente Dutra	26,08	55,69	12,42	28,80	-52,38	-48,29
Presidente Juscelino	67,44	83,89	51,89	68,31	-23,06	-18,57
Presidente Médici	35,32	66,26	27,00	50,95	-23,56	-23,11
Presidente Sarney	50,18	76,64	35,86	55,46	-28,54	-27,64
Presidente Vargas	62,89	83,09	50,19	63,81	-20,19	-23,20
Primeira Cruz	51,37	76,82	49,79	71,42	-3,08	-7,03
Raposa	30,48	66,61	15,47	33,44	-49,25	-49,80
Riachão	47,29	71,23	29,23	46,22	-38,19	-35,11
Ribamar Fiquene	45,90	67,55	18,36	36,86	-60,00	-45,43
Rosário	44,85	71,53	20,14	39,70	-55,09	-44,50
Sambaíba	57,78	79,66	25,43	49,23	-55,99	-38,20
Santa Filomena do Maranhão	56,76	76,96	49,12	66,16	-13,46	-14,03
Santa Helena	43,38	68,75	25,23	46,24	-41,84	-32,74
Santa Inês	22,55	50,68	9,26	24,38	-58,94	-51,89
Santa Luzia	46,10	75,51	33,69	51,91	-26,92	-31,25
Santa Luzia do Paruá	44,05	74,50	15,83	36,28	-64,06	-51,30
Santa Quitéria do Maranhão	49,72	78,45	33,72	57,13	-32,18	-27,18
Santa Rita	49,76	72,87	27,00	44,19	-45,74	-39,36
Santana do Maranhão	62,07	85,96	47,14	70,94	-24,05	-17,47
Santo Amaro do Maranhão	69,16	89,11	50,78	69,53	-26,58	-21,97
Santo Antônio dos Lopes	41,73	71,37	28,46	47,84	-31,80	-32,97
São Benedito do Rio Preto	64,47	85,35	49,14	66,57	-23,78	-22,00
São Bento	42,29	71,77	31,08	52,46	-26,51	-26,91
São Bernardo	59,42	79,63	36,03	55,34	-39,36	-30,50
São Domingos do Azeitão	43,49	70,95	32,69	52,93	-24,83	-25,40
São Domingos do Maranhão	32,01	63,84	30,09	49,91	-6,00	-21,82
São Félix de Balsas	40,87	66,09	35,58	55,13	-12,94	-16,58
São Francisco do Brejão	33,65	60,07	21,26	39,42	-36,82	-34,38
São Francisco do Maranhão	55,72	75,62	40,44	54,80	-27,42	-27,53
São João Batista	65,77	83,96	45,59	61,22	-30,68	-27,08
São João do Carú	51,62	76,54	34,95	56,58	-32,29	-26,08
São João do Paraíso	42,94	67,19	22,29	43,80	-48,09	-34,81
São João do Soter	56,63	80,23	37,00	59,16	-34,66	-26,26

São João dos Patos	35,42	56,20	16,92	32,44	-52,23	-42,28
São José de Ribamar	21,24	48,53	7,41	20,24	-65,11	-58,29
São José dos Basílios	43,27	78,25	37,54	54,45	-13,24	-30,42
São Luís	13,02	34,90	4,53	13,81	-65,21	-60,43
São Luís Gonzaga do Maranhão	51,90	76,04	35,78	55,21	-31,06	-27,39
São Mateus do Maranhão	39,35	67,14	23,70	42,03	-39,77	-37,40
São Pedro da Água Branca	31,79	66,61	14,53	39,05	-54,29	-41,38
São Pedro dos Crentes	54,98	78,36	22,80	40,81	-58,53	-47,92
São Raimundo das Mangabeiras	45,26	65,34	19,08	38,95	-57,84	-40,39
São Raimundo do Doca Bezerra	51,56	81,28	38,58	58,80	-25,17	-27,66
São Roberto	65,71	84,53	39,74	63,71	-39,52	-24,63
São Vicente Ferrer	50,83	76,49	41,57	57,66	-18,22	-24,62
Satubinha	57,25	81,80	44,53	69,89	-22,22	-14,56
Senador Alexandre Costa	44,40	73,79	30,37	47,20	-31,60	-36,03
Senador La Rocque	40,03	68,27	18,87	40,06	-52,86	-41,32
Serrano do Maranhão	57,49	80,90	48,68	71,98	-15,32	-11,03
Sítio Novo	43,40	66,86	38,47	58,69	-11,36	-12,22
Sucupira do Norte	53,02	71,95	35,50	56,71	-33,04	-21,18
Sucupira do Riachão	41,73	67,94	24,56	44,48	-41,15	-34,53
Tasso Fragoso	47,41	71,33	27,43	43,65	-42,14	-38,81
Timbiras	57,88	81,30	41,53	62,89	-28,25	-22,64
Timon	23,66	53,86	9,62	25,60	-59,34	-52,47
Trizidela do Vale	24,59	57,77	14,71	33,33	-40,18	-42,31
Tufilândia	45,36	66,77	26,98	50,52	-40,52	-24,34
Tuntum	46,89	72,49	31,92	51,89	-31,93	-28,42
Turiação	59,08	78,51	41,61	59,12	-29,57	-24,70
Turilândia	55,03	77,71	32,69	57,75	-40,60	-25,69
Tutóia	52,32	76,31	28,75	48,27	-45,05	-36,74
Urbano Santos	62,67	84,20	38,12	58,13	-39,17	-30,96
Vargem Grande	56,49	81,06	41,19	63,72	-27,08	-21,39
Viana	44,80	71,64	23,39	44,43	-47,79	-37,98
Vila Nova dos Martírios	39,49	69,85	13,22	36,31	-66,52	-48,02
Vitória do Mearim	40,20	64,07	29,47	48,81	-26,69	-23,82
Vitorino Freire	35,98	65,83	25,55	44,92	-28,99	-31,76
Zé Doca	36,69	70,69	21,13	41,20	-42,41	-41,72
<b>Maranhão</b>	<b>37,21</b>	<b>62,78</b>	<b>22,47</b>	<b>39,53</b>	<b>-39,61</b>	<b>-37,03</b>

Fonte: IBGE, dados brutos do Atlas 2013.



ANEXO B - PIB per capita dos Municípios Maranhenses e Taxa de Crescimento Anual entre 2000 e 2010

Município	PIB <i>per capita</i>		Δ%
	2000*	2010	
Açailândia	6.441	12.568	6,91
Afonso Cunha	1.751	4.114	8,92
Água Doce do Maranhão	1.833	3.516	6,73
Alcântara	2.277	3.428	4,18
Aldeias Altas	2.006	5.569	10,75
Altamira do Maranhão	3.100	3.525	1,29
Alto Alegre do Maranhão	1.852	3.411	6,30
Alto Alegre do Pindaré	1.962	4.002	7,39
Alto Parnaíba	2.228	9.165	15,19
Amapá do Maranhão	2.760	4.711	5,49
Amarante do Maranhão	2.466	3.802	4,42
Anajatuba	2.072	3.679	5,91
Anapurus	2.756	5.135	6,42
Apicum-Açu	1.287	3.091	9,16
Araguanã	3.190	3.246	0,17
Araioeses	1.755	3.964	8,49
Arame	2.098	3.671	5,75
Arari	1.997	3.826	6,72
Axixá	1.539	3.011	6,94
Bacabal	2.071	5.221	9,69
Bacabeira	11.021	7.873	-3,31
Bacuri	1.367	2.959	8,02
Bacurituba	2.304	3.524	4,34
Balsas	5.094	13.197	9,99
Barão de Grajaú	2.105	4.369	7,58
Barra do Corda	2.415	5.972	9,47
Barreirinhas	1.745	3.190	6,22
Bela Vista do Maranhão	1.126	3.557	12,19
Belágua	3.401	4.177	2,08
Benedito Leite	1.999	3.761	6,53
Bequimão	1.866	3.179	5,47
Bernardo do Mearim	3.496	7.112	7,36
Boa Vista do Gurupi	1.897	3.886	7,44
Bom Jardim	1.968	4.860	9,46
Bom Jesus das Selvas	2.251	5.966	10,24
Bom Lugar	2.420	4.885	7,28
Brejo	1.755	3.799	8,03
Brejo de Areia	2.468	4.122	5,26
Buriti	1.969	3.572	6,14
Buriti Bravo	1.781	3.461	6,87
Buriticupu	2.030	4.345	7,91

Buritirana	1.917	3.523	6,27
Cachoeira Grande	1.643	3.272	7,13
Cajapió	1.566	2.718	5,67
Cajari	2.432	3.853	4,71
Campestre do Maranhão	6.702	6.563	-0,21
Cândido Mendes	2.002	4.289	7,92
Cantanhede	1.703	3.587	7,74
Capinzal do Norte	2.734	5.785	7,78
Carolina	2.402	5.466	8,57
Carutapera	1.925	3.832	7,13
Caxias	1.819	5.062	10,78
Cedral	1.536	4.218	10,63
Central do Maranhão	1.355	2.827	7,63
Centro do Guilherme	2.103	3.951	6,51
Centro Novo do Maranhão	1.706	6.115	13,61
Chapadinha	2.152	4.525	7,72
Cidelândia	3.228	7.962	9,45
Codó	2.702	4.670	5,62
Coelho Neto	4.579	4.115	-1,06
Colinas	1.783	4.053	8,56
Conceição do Lago-Açu	2.330	3.869	5,20
Coroatá	1.935	3.389	5,77
Cururupu	1.611	3.462	7,95
Davinópolis	1.880	3.407	6,13
Dom Pedro	1.676	4.213	9,65
Duque Bacelar	1.561	3.170	7,34
Esperantinópolis	1.955	4.252	8,08
Estreito	4.849	9.810	7,30
Feira Nova do Maranhão	3.351	4.269	2,45
Fernando Falcão	3.348	4.588	3,20
Formosa da Serra Negra	2.347	4.197	5,99
Fortaleza dos Nogueiras	2.347	7.371	12,13
Fortuna	3.131	4.102	2,74
Godofredo Viana	1.830	4.083	8,36
Gonçalves Dias	1.899	3.164	5,24
Governador Archer	2.047	3.398	5,20
Governador Edison Lobão	4.740	5.111	0,76
Governador Eugênio Barros	1.999	3.246	4,97
Governador Luiz Rocha	1.592	3.412	7,92
Governador Newton Bello	2.100	4.374	7,61
Governador Nunes Freire	1.133	4.174	13,93
Graça Aranha	2.353	4.349	6,33
Grajaú	3.128	5.390	5,59
Guimarães	1.483	3.480	8,91
Humberto de Campos	1.290	3.307	9,87
Icatu	1.342	3.117	8,80
Igarapé do Meio	1.527	4.174	10,58

Igarapé Grande	2.458	4.738	6,78
Imperatriz	4.175	8.562	7,45
Itaipava do Grajaú	2.688	3.118	1,49
Itapecuru Mirim	2.050	4.357	7,83
Itinga do Maranhão	4.028	8.291	7,49
Jatobá	2.360	4.595	6,89
Jenipapo dos Vieiras	1.569	3.342	7,85
João Lisboa	2.475	4.845	6,95
Joselândia	2.021	4.983	9,45
Junco do Maranhão	2.189	8.893	15,05
Lago da Pedra	2.051	3.791	6,33
Lago do Junco	2.218	5.040	8,55
Lago dos Rodrigues	2.887	8.168	10,96
Lago Verde	1.664	4.117	9,48
Lagoa do Mato	2.406	3.545	3,95
Lagoa Grande do Maranhão	2.415	3.922	4,97
Lajeado Novo	3.299	4.785	3,79
Lima Campos	2.030	4.007	7,04
Loreto	2.099	7.970	14,27
Luís Domingues	1.457	5.001	13,13
Magalhães de Almeida	1.827	3.725	7,39
Maracaçumé	1.484	4.288	11,20
Marajá do Sena	2.706	5.194	6,74
Maranhãozinho	2.046	5.960	11,28
Mata Roma	2.027	4.094	7,28
Matinha	1.987	3.563	6,02
Matões	1.793	2.871	4,82
Matões do Norte	2.464	3.321	3,03
Milagres do Maranhão	1.810	4.145	8,64
Mirador	2.022	5.911	11,33
Miranda do Norte	1.719	3.524	7,44
Mirinzal	1.626	2.846	5,76
Monção	1.962	3.471	5,87
Montes Altos	2.331	3.854	5,16
Morros	1.474	2.938	7,14
Nina Rodrigues	2.028	3.456	5,47
Nova Colinas	4.382	5.536	2,37
Nova Iorque	1.957	3.842	6,98
Nova Olinda do Maranhão	2.432	4.753	6,93
Olho d'Água das Cunhãs	2.185	4.148	6,62
Olinda Nova do Maranhão	2.394	3.579	4,10
Paço do Lumiar	1.758	3.212	6,21
Palmeirândia	5.067	3.184	-4,54
Paraibano	2.277	3.224	3,54
Parnarama	2.008	4.068	7,31
Passagem Franca	1.881	3.675	6,93
Pastos Bons	2.003	3.430	5,53

Paulino Neves	1.633	3.775	8,74
Paulo Ramos	2.660	5.729	7,97
Pedreiras	2.786	6.723	9,21
Pedro do Rosário	1.688	3.400	7,25
Penalva	2.058	3.246	4,66
Peri Mirim	1.922	2.818	3,90
Peritoró	1.377	3.407	9,48
Pindaré-Mirim	2.762	3.465	2,29
Pinheiro	1.879	5.136	10,58
Pio XII	1.736	3.656	7,73
Pirapemas	2.296	4.648	7,31
Poção de Pedras	2.651	7.314	10,68
Porto Franco	2.320	10.059	15,80
Porto Rico do Maranhão	1.966	5.098	10,00
Presidente Dutra	2.069	4.853	8,90
Presidente Juscelino	1.450	3.243	8,38
Presidente Médici	2.731	5.081	6,41
Presidente Sarney	2.106	3.571	5,42
Presidente Vargas	1.936	3.908	7,28
Primeira Cruz	1.577	2.845	6,08
Raposa	1.680	4.106	9,35
Riachão	2.884	7.200	9,58
Ribamar Fiquene	2.810	6.287	8,39
Rosário	1.758	3.677	7,66
Sambaíba	3.974	16.465	15,27
Santa Filomena do Maranhão	3.296	4.653	3,51
Santa Helena	1.745	2.874	5,12
Santa Inês	2.694	5.734	7,85
Santa Luzia	2.100	4.193	7,16
Santa Luzia do Paruá	1.915	6.822	13,54
Santa Quitéria do Maranhão	1.524	3.444	8,50
Santa Rita	1.963	3.284	5,28
Santana do Maranhão	1.834	3.420	6,43
Santo Amaro do Maranhão	1.422	2.850	7,20
Santo Antônio dos Lopes	1.988	5.994	11,67
São Benedito do Rio Preto	1.565	3.519	8,44
São Bento	1.645	2.708	5,11
São Bernardo	1.563	3.545	8,53
São Domingos do Azeitão	2.358	8.623	13,84
São Domingos do Maranhão	3.805	4.414	1,50
São Félix de Balsas	2.561	3.979	4,50
São Francisco do Brejão	4.375	4.785	0,90
São Francisco do Maranhão	1.646	2.969	6,07
São João Batista	1.878	2.864	4,31
São João do Carú	2.344	4.907	7,67
São João do Paraíso	3.418	4.795	3,44
São João do Soter	1.635	3.181	6,88

São João dos Patos	2.052	4.089	7,14
São José de Ribamar	1.779	3.303	6,38
São José dos Basílios	2.013	3.926	6,91
São Luís	9.584	17.704	6,33
São Luís Gonzaga do Maranhão	2.906	5.645	6,87
São Mateus do Maranhão	2.040	3.326	5,01
São Pedro da Água Branca	1.984	8.687	15,91
São Pedro dos Crentes	4.869	6.466	2,88
São Raimundo das Mangabeiras	4.669	24.578	18,07
São Raimundo do Doca Bezerra	1.950	4.615	8,99
São Roberto	2.195	3.904	5,93
São Vicente Ferrer	1.483	2.404	4,95
Satubinha	1.919	3.288	5,53
Senador Alexandre Costa	2.037	3.197	4,61
Senador La Rocque	2.647	5.266	7,12
Serrano do Maranhão	2.319	3.381	3,84
Sítio Novo	3.467	4.251	2,06
Sucupira do Norte	1.976	3.616	6,23
Sucupira do Riachão	2.265	3.731	5,12
Tasso Fragoso	6.014	29.723	17,32
Timbiras	1.706	2.785	5,02
Timon	2.785	5.260	6,57
Trizidela do Vale	2.799	5.220	6,43
Tufilândia	1.628	4.589	10,92
Tuntum	2.574	3.878	4,18
Turialva	3.722	3.676	-0,12
Turilândia	2.832	3.241	1,36
Tutóia	1.277	2.779	8,08
Urbano Santos	2.091	3.599	5,58
Vargem Grande	2.001	3.895	6,89
Viana	1.772	3.346	6,57
Vila Nova dos Martírios	3.054	7.211	8,97
Vitória do Mearim	1.844	3.948	7,91
Vitorino Freire	1.959	4.376	8,37
Zé Doca	1.547	4.075	10,17
<b>Maranhão</b>	<b>3.543</b>	<b>6.889</b>	<b>6,87</b>

\* a preços de 2010

Fonte: IBGE, dados brutos do Atlas 2013

ANEXO C - Renda média Domiciliar *per capita* dos Municípios Maranhenses em 2000 e 2010

Município	2000		2010		Δ% RENTAB	Δ% RDPC
	RENTAB	RDPC	RENTAB	RDPC		
Açailândia	261,28	294,27	365,50	438,56	3,41	4,07
Afonso Cunha	58,13	87,25	88,27	149,78	4,26	5,55
Água Doce do Maranhão	44,01	96,12	81,72	172,55	6,38	6,03
Alcântara	86,86	118,37	126,75	209,27	3,85	5,86
Aldeias Altas	75,70	112,18	104,75	179,92	3,30	4,84
Altamira do Maranhão	93,53	138,17	85,34	164,24	-0,91	1,74
Alto Alegre do Maranhão	72,82	129,19	117,37	198,43	4,89	4,38
Alto Alegre do Pindaré	96,04	119,81	72,93	144,91	-2,71	1,92
Alto Parnaíba	135,78	184,36	473,21	559,61	13,30	11,74
Amapá do Maranhão	117,25	129,21	123,49	182,63	0,52	3,52
Amarante do Maranhão	86,66	116,30	152,61	231,79	5,82	7,14
Anajatuba	64,76	103,91	96,68	207,65	4,09	7,17
Anapurus	183,56	214,42	116,82	192,80	-4,42	-1,06
Apicum-Açu	64,50	86,97	151,91	215,17	8,94	9,48
Araguanã	61,74	100,82	86,91	161,57	3,48	4,83
Araioses	52,82	88,92	86,67	175,81	5,08	7,05
Arame	110,77	129,69	150,36	210,09	3,10	4,94
Arari	144,24	187,50	199,72	308,83	3,31	5,12
Axixá	85,70	118,31	135,16	223,51	4,66	6,57
Bacabal	151,77	201,74	276,91	375,57	6,20	6,41
Bacabeira	81,13	119,08	178,35	257,40	8,20	8,01
Bacuri	117,79	143,91	137,49	230,45	1,56	4,82
Bacurituba	71,48	107,30	52,37	152,38	-3,06	3,57
Balsas	311,60	353,17	452,98	531,60	3,81	4,17
Barão de Grajaú	96,51	151,92	181,38	292,55	6,51	6,77
Barra do Corda	136,70	196,81	204,64	305,61	4,12	4,50
Barreirinhas	91,43	119,52	131,08	197,08	3,67	5,13
Belágua	40,10	84,11	58,70	107,14	3,88	2,45
Bela Vista do Maranhão	79,99	108,79	112,84	197,65	3,50	6,15
Benedito Leite	51,65	141,05	105,19	217,65	7,37	4,43
Bequimão	59,70	99,59	92,42	190,84	4,47	6,72
Bernardo do Mearim	88,60	143,07	135,64	236,18	4,35	5,14
Boa Vista do Gurupi	85,00	123,71	121,75	196,78	3,66	4,75
Bom Jardim	76,32	107,97	119,51	202,28	4,59	6,48
Bom Jesus das Selvas	129,24	151,55	164,19	226,09	2,42	4,08
Bom Lugar	53,80	96,88	70,63	164,44	2,76	5,43
Brejo	61,90	100,14	109,98	200,25	5,92	7,18
Brejo de Areia	65,96	89,12	119,05	187,95	6,08	7,75
Buriti	68,73	107,60	79,60	157,21	1,48	3,86
Buriti Bravo	85,57	123,43	139,36	229,21	5,00	6,39
Buriticupu	176,03	194,87	160,71	220,64	-0,91	1,25

Buritirana	67,96	99,74	127,00	230,11	6,45	8,72
Cachoeira Grande	58,40	76,32	53,42	110,65	-0,89	3,78
Cajapió	48,80	79,31	60,76	145,01	2,22	6,22
Cajari	62,76	84,59	62,02	136,39	-0,12	4,89
Campestre do Maranhão	141,33	173,64	266,35	358,00	6,54	7,50
Cândido Mendes	85,96	120,85	129,40	203,94	4,17	5,37
Cantanhede	46,63	76,69	103,86	176,61	8,34	8,70
Capinzal do Norte	77,52	112,64	109,30	200,15	3,50	5,92
Carolina	156,09	232,35	240,38	334,51	4,41	3,71
Carutapera	89,77	114,78	151,63	220,91	5,38	6,77
Caxias	147,87	206,26	221,97	324,90	4,15	4,65
Cedral	72,56	115,86	117,74	202,86	4,96	5,76
Central do Maranhão	83,10	120,85	98,04	182,77	1,67	4,22
Centro do Guilherme	96,63	120,34	132,47	190,58	3,20	4,70
Centro Novo do Maranhão	113,52	127,08	145,48	188,88	2,51	4,04
Chapadinha	104,00	145,19	167,79	251,75	4,90	5,66
Cidelândia	127,33	159,98	187,29	263,53	3,93	5,12
Codó	106,70	150,53	182,17	273,45	5,50	6,15
Coelho Neto	134,92	167,17	154,77	236,47	1,38	3,53
Colinas	108,30	147,23	195,22	279,81	6,07	6,63
Conceição do Lago-Açu	76,34	93,24	107,79	170,79	3,51	6,24
Coroatá	92,14	127,96	139,30	237,30	4,22	6,37
Cururupu	134,17	169,09	172,26	274,39	2,53	4,96
Davinópolis	100,96	140,63	177,92	263,12	5,83	6,47
Dom Pedro	206,78	250,16	216,17	298,33	0,44	1,78
Duque Bacelar	79,32	114,67	90,49	163,87	1,33	3,63
Esperantinópolis	102,60	137,61	147,92	262,41	3,73	6,67
Estreito	201,62	250,24	413,05	503,29	7,44	7,24
Feira Nova do Maranhão	91,20	115,04	111,64	192,39	2,04	5,28
Fernando Falcão	66,27	101,00	38,23	106,99	-5,35	0,58
Formosa da Serra Negra	72,60	140,38	97,78	163,15	3,02	1,51
Fortaleza dos Nogueiras	104,72	145,99	202,91	271,60	6,84	6,40
Fortuna	113,34	157,66	159,58	257,81	3,48	5,04
Godofredo Viana	91,71	115,47	151,67	225,47	5,16	6,92
Gonçalves Dias	146,04	205,54	131,97	233,20	-1,01	1,27
Governador Archer	91,54	131,62	145,02	237,47	4,71	6,08
Governador Edison Lobão	117,63	154,86	227,01	312,56	6,80	7,28
Governador Eugênio Barros	80,08	119,13	150,12	245,38	6,49	7,49
Governador Luiz Rocha	74,53	101,55	104,92	188,68	3,48	6,39
Governador Newton Bello	56,52	84,43	103,67	190,15	6,25	8,46
Governador Nunes Freire	152,29	173,57	161,77	230,94	0,61	2,90
Graça Aranha	87,64	120,35	113,37	227,51	2,61	6,58
Grajaú	136,00	170,60	258,71	340,10	6,64	7,14
Guimarães	90,68	128,77	101,53	223,14	1,14	5,65
Humberto de Campos	59,94	85,88	60,61	125,91	0,11	3,90
Icatu	68,43	96,68	72,41	154,09	0,57	4,77
Igarapé do Meio	70,21	97,47	139,33	216,25	7,09	8,30

Igarapé Grande	89,99	134,68	187,10	292,16	7,59	8,05
Imperatriz	326,13	386,04	499,26	613,87	4,35	4,75
Itaipava do Grajaú	95,80	110,34	70,08	136,77	-3,08	2,17
Itapecuru Mirim	95,42	133,89	145,35	221,87	4,30	5,18
Itinga do Maranhão	328,28	364,43	245,17	336,91	-2,88	-0,78
Jatobá	151,54	181,62	118,35	206,58	-2,44	1,30
Jenipapo dos Vieiras	84,02	120,50	64,63	127,24	-2,59	0,55
João Lisboa	145,92	192,68	211,40	303,91	3,78	4,66
Joselândia	64,91	101,84	128,82	221,23	7,09	8,07
Junco do Maranhão	83,16	105,95	169,78	244,54	7,40	8,72
Lago da Pedra	141,16	196,30	154,64	263,13	0,92	2,97
Lago do Junco	124,43	179,09	141,09	226,69	1,26	2,38
Lago Verde	65,23	91,13	104,08	188,31	4,78	7,53
Lagoa do Mato	58,21	86,43	125,82	210,29	8,01	9,30
Lago Dos Rodrigues	85,06	119,73	149,46	252,89	5,80	7,76
Lagoa Grande do Maranhão	56,41	86,14	85,85	158,30	4,29	6,27
Lajeado Novo	105,24	157,62	172,29	263,20	5,05	5,26
Lima Campos	98,76	157,89	173,55	292,37	5,80	6,35
Loreto	66,40	104,97	104,45	198,73	4,63	6,59
Luís Domingues	117,10	146,19	156,29	232,06	2,93	4,73
Magalhães de Almeida	55,99	93,11	103,04	181,73	6,29	6,92
Maracaçumé	157,78	195,34	159,40	239,38	0,10	2,05
Marajá do Sena	87,64	107,07	50,36	96,25	-5,39	-1,06
Maranhãozinho	50,87	75,24	110,37	176,36	8,05	8,89
Mata Roma	71,26	105,16	90,68	161,49	2,44	4,38
Matinha	76,48	112,95	153,62	294,51	7,22	10,06
Matões	77,40	113,76	107,02	202,66	3,29	5,94
Matões do Norte	64,55	80,50	83,16	133,33	2,56	5,18
Milagres do Maranhão	74,33	102,76	70,46	144,42	-0,53	3,46
Mirador	92,80	130,49	82,92	163,97	-1,12	2,31
Miranda do Norte	159,27	191,87	179,65	245,25	1,21	2,48
Mirinzal	123,94	162,57	149,90	239,00	1,92	3,93
Monção	104,65	132,84	101,86	178,10	-0,27	2,98
Montes Altos	105,90	162,60	108,81	221,57	0,27	3,14
Morros	63,91	88,79	95,26	164,07	4,07	6,33
Nina Rodrigues	65,35	92,72	85,94	152,75	2,78	5,12
Nova Colinas	50,10	88,99	99,35	181,59	7,09	7,39
Nova Iorque	80,20	155,12	157,32	257,61	6,97	5,20
Nova Olinda do Maranhão	85,82	139,64	142,55	225,16	5,20	4,89
Olho D'água das Cunhãs	101,27	140,96	155,14	247,36	4,36	5,78
Olinda Nova do Maranhão	78,80	106,94	91,76	173,63	1,53	4,97
Paço do Lumiar	240,14	291,12	364,80	444,50	4,27	4,32
Palmeirândia	70,42	104,32	82,48	167,06	1,59	4,82
Paraibano	146,64	183,74	177,37	281,23	1,92	4,35
Parnarama	63,09	97,30	102,54	183,80	4,98	6,57
Passagem Franca	81,16	118,93	112,40	210,40	3,31	5,87
Pastos Bons	91,09	137,62	132,54	230,94	3,82	5,31



Paulino Neves	43,62	73,28	87,62	159,46	7,22	8,09
Paulo Ramos	89,52	115,42	151,00	239,23	5,37	7,56
Pedreiras	159,90	220,77	337,86	441,42	7,77	7,17
Pedro do Rosário	62,76	83,81	86,93	154,00	3,31	6,27
Penalva	86,66	118,91	119,01	201,99	3,22	5,44
Peri Mirim	66,01	107,50	91,62	186,95	3,33	5,69
Peritoró	75,46	119,28	89,40	178,51	1,71	4,11
Pindaré-Mirim	121,45	160,99	179,61	274,84	3,99	5,49
Pinheiro	123,13	165,07	199,86	292,88	4,96	5,90
Pio XII	84,31	117,46	132,15	223,37	4,60	6,64
Pirapemas	72,54	99,32	100,52	181,05	3,32	6,19
Poção de Pedras	77,12	109,14	127,15	234,72	5,13	7,96
Porto Franco	243,22	288,72	403,07	497,56	5,18	5,59
Porto Rico do Maranhão	97,00	123,64	130,16	227,87	2,98	6,30
Presidente Dutra	192,85	230,43	302,20	398,15	4,59	5,62
Presidente Juscelino	63,77	79,44	67,81	133,03	0,62	5,29
Presidente Médici	77,26	131,68	111,58	201,15	3,74	4,33
Presidente Sarney	77,64	103,35	91,86	164,13	1,70	4,73
Presidente Vargas	73,95	97,27	84,13	149,19	1,30	4,37
Primeira Cruz	83,19	117,39	54,65	129,85	-4,11	1,01
Raposa	123,63	150,97	208,32	274,00	5,36	6,14
Riachão	98,40	147,21	163,71	281,53	5,22	6,70
Ribamar Fiquene	113,41	165,92	224,36	317,75	7,06	6,71
Rosário	99,79	139,25	186,76	271,65	6,47	6,91
Sambaíba	90,17	129,00	127,56	233,92	3,53	6,13
Santa Filomena do Maranhão	72,02	101,79	63,31	140,76	-1,28	3,29
Santa Helena	137,67	167,67	136,37	217,94	-0,10	2,66
Santa Inês	205,63	251,04	314,82	411,04	4,35	5,05
Santa Luzia	102,57	129,98	131,80	210,30	2,54	4,93
Santa Luzia do Paruá	85,65	117,15	216,85	301,39	9,73	9,91
Santa Quitéria do Maranhão	91,99	124,50	92,84	168,77	0,09	3,09
Santa Rita	90,89	130,14	163,46	249,26	6,05	6,71
Santana do Maranhão	42,72	76,12	44,04	127,77	0,31	5,32
Santo Amaro do Maranhão	40,36	64,55	72,54	135,04	6,04	7,66
Santo Antônio dos Lopes	103,32	139,90	158,58	240,20	4,38	5,55
São Benedito do Rio Preto	45,23	76,86	69,03	147,34	4,32	6,72
São Bento	82,45	130,65	115,91	210,47	3,46	4,88
São Bernardo	55,28	95,00	118,75	196,57	7,95	7,54
São Domingos do Azeitão	78,49	119,21	201,79	288,68	9,90	9,25
São Domingos do Maranhão	139,09	178,55	151,22	243,74	0,84	3,16
São Félix de Balsas	105,78	141,81	94,67	199,47	-1,10	3,47
São Francisco do Brejão	150,91	185,64	175,34	253,78	1,51	3,18
São Francisco do Maranhão	49,97	100,67	76,38	182,63	4,33	6,14
São João Batista	117,77	151,12	75,73	171,53	-4,32	1,27
São João do Carú	81,86	101,30	101,97	165,38	2,22	5,02
São João do Paraíso	115,81	167,55	156,82	251,04	3,08	4,13
São João do Soter	65,22	99,24	81,94	165,10	2,31	5,22

São João dos Patos	136,35	198,85	231,80	362,47	5,45	6,19
São José de Ribamar	219,65	273,81	358,86	435,40	5,03	4,75
São José dos Basílios	96,99	121,25	92,36	180,77	-0,49	4,07
São Luís	387,65	502,14	624,56	805,36	4,88	4,84
São Luís Gonzaga do Maranhão	63,23	98,14	95,40	182,83	4,20	6,42
São Mateus do Maranhão	111,88	157,35	291,23	396,29	10,04	9,68
São Pedro da Água Branca	150,91	177,37	198,01	289,70	2,75	5,03
São Pedro dos Crentes	52,31	96,71	171,80	257,76	12,63	10,30
São Raimundo das Mangabeiras	156,50	211,40	199,64	301,25	2,46	3,61
São Raimundo do Doca Bezerra	72,99	100,10	80,62	156,40	1,00	4,56
São Roberto	42,16	70,70	86,14	153,65	7,41	8,07
São Vicente Ferrer	74,22	111,69	98,17	184,71	2,84	5,16
Satubinha	65,51	86,51	69,79	131,73	0,63	4,29
Senador Alexandre Costa	86,48	127,72	117,62	203,17	3,12	4,75
Senador La Rocque	97,26	130,99	182,20	277,19	6,48	7,78
Serrano do Maranhão	64,96	84,24	50,55	123,44	-2,48	3,89
Sítio Novo	92,94	148,87	103,49	190,06	1,08	2,47
Sucupira do Norte	63,85	109,45	109,05	210,88	5,50	6,78
Sucupira do Riachão	98,87	135,37	117,16	226,96	1,71	5,30
Tasso Fragoso	102,17	129,40	173,18	264,76	5,42	7,42
Timbiras	58,06	100,08	96,80	177,46	5,25	5,89
Timon	154,85	205,21	267,19	365,26	5,61	5,94
Trizidela do Vale	113,49	163,22	177,70	269,74	4,59	5,15
Tufilândia	85,90	129,96	103,78	181,75	1,91	3,41
Tuntum	92,16	128,73	132,96	221,27	3,73	5,57
Turiação	79,92	104,88	97,51	171,50	2,01	5,04
Turilândia	65,24	97,14	112,34	174,09	5,59	6,01
Tutóia	67,11	113,85	137,11	235,35	7,41	7,53
Urbano Santos	58,06	94,53	120,78	186,07	7,60	7,01
Vargem Grande	68,59	100,86	97,06	165,37	3,53	5,07
Viana	105,87	145,56	161,01	272,76	4,28	6,48
Vila Nova dos Martírios	120,88	145,96	187,54	252,89	4,49	5,65
Vitória do Mearim	132,95	168,02	141,32	230,76	0,61	3,22
Vitorino Freire	120,11	162,31	164,17	265,69	3,17	5,05
Zé Doca	123,05	153,70	172,84	259,21	3,46	5,37
<b>Maranhão</b>	<b>167,11</b>	<b>218,27</b>	<b>258,51</b>	<b>360,34</b>	<b>4,46</b>	<b>5,14</b>

Fonte: IBGE, dados brutos do Atlas 2013

## ANEXO D - Renda de Transferências para os Municípios Maranhenses em 2000 e 2010

MUNICÍPIO	Transferências médias		Δ%	Δ% a.a.
	2000	2010		
Açailândia	4.341	6.986	60,91	4,87
Afonso Cunha	4.074	6.670	63,71	5,05
Água Doce do Maranhão	0	7.204		
Alcântara	4.143	7.179	73,30	5,65
Aldeias Altas	4.166	6.870	64,89	5,13
Altamira do Maranhão	3.886	6.849	76,26	5,83
Alto Alegre do Maranhão	0	6.272		
Alto Alegre do Pindaré	0	6.442		
Alto Parnaíba	4.310	7.319	69,80	5,44
Amapá do Maranhão	0	7.164		
Amarante do Maranhão	4.129	7.062	71,05	5,51
Anajatuba	4.091	7.346	79,59	6,03
Anapurus	3.946	6.014	52,42	4,30
Apicum-Açu	0	6.192		
Araguanã	0	6.697		
Araioses	4.050	7.001	72,84	5,62
Arame	3.846	6.694	74,03	5,70
Arari	4.172	7.416	77,76	5,92
Axixá	4.170	7.170	71,95	5,57
Bacabal	4.472	7.338	64,08	5,08
Bacabeira	0	5.338		
Bacuri	3.981	6.898	73,26	5,65
Bacurituba	0	7.112		
Balsas	4.373	7.569	73,08	5,64
Barão de Grajaú	3.956	7.257	83,44	6,25
Barra do Corda	4.213	7.009	66,37	5,22
Barreirinhas	4.095	7.169	75,08	5,76
Bela Vista do Maranhão	0	6.623		
Belágua	0	8.102		
Benedito Leite	4.009	6.641	65,63	5,18
Bequimão	4.047	7.002	73,03	5,64
Bernardo do Mearim	0	1.217		
Boa Vista do Gurupi	3.769	6.615	75,53	5,79
Bom Jardim	4.196	6.852	63,32	5,03
Bom Jesus das Selvas	0	6.548		
Bom Lugar	0	6.738		
Brejo	4.071	7.149	75,62	5,79
Brejo de Areia	0	6.392		
Buriti	4.074	7.129	74,99	5,76
Buriti Bravo	4.082	6.995	71,36	5,53
Buriticupu	0	6.532		
Buritirana	0	6.607		

Cachoeira Grande	0	7.240		
Cajapió	3.896	6.962	78,72	5,98
Cajari	4.222	7.078	67,62	5,30
Campestre do Maranhão	0	6.744		
Cândido Mendes	4.118	6.715	63,08	5,01
Cantanhede	4.116	7.119	72,95	5,63
Capinzal do Norte	0	6.232		
Carolina	4.749	7.797	64,19	5,08
Carutapera	4.218	6.911	63,85	5,06
Caxias	4.545	7.265	59,83	4,80
Cedral	3.675	6.515	77,27	5,89
Central do Maranhão	0	6.681		
Centro do Guilherme	0	6.146		
Centro Novo do Maranhão	0	5.922		
Chapadinha	4.168	7.100	70,36	5,47
Cidelândia	0	6.720		
Codó	4.237	7.097	67,49	5,29
Coelho Neto	4.311	7.398	71,59	5,55
Colinas	4.108	7.167	74,43	5,72
Conceição do Lago-Açu	0	5.844		
Coroatá	4.270	7.121	66,77	5,25
Cururupu	4.023	7.017	74,43	5,72
Davinópolis	0	6.905		
Dom Pedro	4.270	7.185	68,25	5,34
Duque Bacelar	4.046	6.953	71,85	5,56
Esperantinópolis	4.196	6.868	63,68	5,05
Estreito	4.154	7.317	76,14	5,82
Feira Nova do Maranhão	0	7.034		
Fernando Falcão	0	7.422		
Formosa da Serra Negra	549	7.027	1180,87	29,05
Fortaleza dos Nogueiras	4.112	7.507	82,53	6,20
Fortuna	3.998	7.474	86,95	6,46
Godofredo Viana	4.325	7.048	62,94	5,00
Gonçalves Dias	4.190	6.812	62,59	4,98
Governador Archer	4.128	6.906	67,30	5,28
Governador Edison Lobão	0	6.136		
Governador Eugênio Barros	4.123	6.903	67,42	5,29
Governador Luiz Rocha	0	7.081		
Governador Newton Bello	0	6.804		
Governador Nunes Freire	0	6.653		
Graça Aranha	3.464	7.368	112,69	7,84
Grajaú	4.303	6.945	61,42	4,90
Guimarães	4.010	7.319	82,51	6,20
Humberto de Campos	4.145	7.140	72,25	5,59
Icatu	4.111	6.750	64,18	5,08
Igarapé do Meio	0	6.848		
Igarapé Grande	4.212	7.067	67,78	5,31

Imperatriz	4.699	7.562	60,92	4,87
Itaipava do Grajaú	0	6.212		
Itapecuru Mirim	4.269	7.107	66,48	5,23
Itinga do Maranhão	0	6.924		
Jatobá	0	7.518		
Jenipapo dos Vieiras	0	6.851		
João Lisboa	4.196	7.170	70,89	5,50
Joselândia	4.054	6.688	64,97	5,13
Junco do Maranhão	0	6.787		
Lago da Pedra	4.133	7.047	70,52	5,48
Lago do Junco	3.951	6.742	70,63	5,49
Lago dos Rodrigues	0	6.710		
Lago Verde	3.370	6.586	95,45	6,93
Lagoa do Mato	3.237	7.200	122,40	8,32
Lagoa Grande do Maranhão	3.548	5.570	56,97	4,61
Lajeado Novo	0	7.013		
Lima Campos	4.162	7.092	70,42	5,48
Loreto	4.076	7.149	75,41	5,78
Luís Domingues	4.484	6.850	52,78	4,33
Magalhães de Almeida	4.065	6.863	68,85	5,38
Maracaçumé	3.320	6.947	109,23	7,66
Marajá do Sena	0	5.831		
Maranhãozinho	0	5.687		
Mata Roma	3.719	7.152	92,32	6,76
Matinha	3.989	7.175	79,85	6,04
Matões	3.406	6.822	100,29	7,19
Matões do Norte	0	5.348		
Milagres do Maranhão	0	5.305		
Mirador	4.066	7.065	73,78	5,68
Miranda do Norte	4.094	7.079	72,92	5,63
Mirinzal	3.944	6.724	70,50	5,48
Monção	3.947	7.000	77,34	5,90
Montes Altos	4.231	7.270	71,84	5,56
Morros	4.187	6.790	62,18	4,95
Nina Rodrigues	3.813	7.074	85,49	6,37
Nova Colinas	0	7.360		
Nova Iorque	4.320	6.702	55,13	4,49
Nova Olinda do Maranhão	1.045	6.765	547,58	20,54
Olho d'Água das Cunhãs	4.092	7.057	72,47	5,60
Olinda Nova do Maranhão	0	6.457		
Paço do Lumiar	5.166	6.864	32,86	2,88
Palmeirândia	4.057	6.796	67,52	5,29
Paraibano	3.666	7.288	98,81	7,11
Parnarama	4.109	7.005	70,45	5,48
Passagem Franca	4.178	7.200	72,33	5,59
Pastos Bons	3.393	7.337	116,23	8,02
Paulino Neves	0	6.037		

Paulo Ramos	4.091	6.876	68,08	5,33
Pedreiras	4.593	7.178	56,26	4,56
Pedro do Rosário	0	6.521		
Penalva	3.895	7.150	83,58	6,26
Peri Mirim	3.970	7.042	77,40	5,90
Peritoró	1.135	6.667	487,58	19,37
Pindaré-Mirim	4.346	6.975	60,49	4,84
Pinheiro	4.429	7.257	63,83	5,06
Pio XII	4.070	7.013	72,33	5,59
Pirapemas	4.033	6.651	64,90	5,13
Poção de Pedras	4.201	7.019	67,07	5,27
Porto Franco	4.245	7.167	68,84	5,38
Porto Rico do Maranhão	0	6.825		
Presidente Dutra	4.295	7.031	63,67	5,05
Presidente Juscelino	4.265	6.235	46,17	3,87
Presidente Médici	0	6.717		
Presidente Sarney	0	6.619		
Presidente Vargas	3.870	6.208	60,42	4,84
Primeira Cruz	4.152	6.915	66,54	5,23
Raposa	4.582	6.587	43,76	3,70
Riachão	4.143	7.290	75,94	5,81
Ribamar Fiquene	0	6.036		
Rosário	4.601	7.193	56,33	4,57
Sambaíba	4.049	7.342	81,31	6,13
Santa Filomena do Maranhão	0	7.411		
Santa Helena	4.093	7.031	71,77	5,56
Santa Inês	4.336	7.115	64,07	5,08
Santa Luzia	4.082	6.686	63,78	5,06
Santa Luzia do Paruá	4.033	7.342	82,07	6,18
Santa Quitéria do Maranhão	3.849	6.648	72,71	5,62
Santa Rita	4.210	7.325	73,98	5,69
Santana do Maranhão	0	5.516		
Santo Amaro do Maranhão	3.404	7.057	107,28	7,56
Santo Antônio dos Lopes	4.184	7.039	68,22	5,34
São Benedito do Rio Preto	4.064	7.202	77,21	5,89
São Bento	4.055	7.134	75,94	5,81
São Bernardo	4.032	6.909	71,33	5,53
São Domingos do Azeitão	0	8.003		
São Domingos do Maranhão	4.156	6.992	68,25	5,34
São Félix de Balsas	4.075	6.655	63,32	5,03
São Francisco do Brejão	0	6.822		
São Francisco do Maranhão	4.104	7.176	74,88	5,75
São João Batista	3.944	6.978	76,92	5,87
São João do Carú	3.853	7.063	83,35	6,25
São João do Paraíso	620	7.083	1042,51	27,58
São João do Soter	3.439	6.620	92,50	6,77
São João dos Patos	4.284	7.606	77,54	5,91

São José de Ribamar	4.408	7.159	62,41	4,97
São José dos Basílios	0	7.189		
São Luís	7.426	9.231	24,31	2,20
São Luís Gonzaga do Maranhão	4.004	6.930	73,10	5,64
São Mateus do Maranhão	4.087	7.175	75,58	5,79
São Pedro da Água Branca	0	7.020		
São Pedro dos Crentes	0	7.626		
São Raimundo das Mangabeiras	4.177	7.153	71,26	5,53
São Raimundo do Doca Bezerra	0	1.347		
São Roberto	1.615	9.090	462,76	18,86
São Vicente Ferrer	3.628	6.847	88,74	6,56
Satubinha	0	6.525		
Senador Alexandre Costa	4.059	6.742	66,08	5,20
Senador La Rocque	4.167	7.248	73,95	5,69
Serrano do Maranhão	0	6.132		
Sítio Novo	4.172	7.183	72,20	5,59
Sucupira do Norte	4.097	7.034	71,70	5,55
Sucupira do Riachão	0	7.378		
Tasso Fragoso	4.024	7.381	83,42	6,25
Timbiras	4.168	7.067	69,55	5,42
Timon	4.376	7.414	69,41	5,41
Trizidela do Vale	0	6.765		
Tufilândia	0	7.225		
Tuntum	4.165	7.089	70,20	5,46
Turiação	4.005	6.974	74,14	5,70
Turilândia	0	6.495		
Tutóia	4.324	7.236	67,33	5,28
Urbano Santos	3.989	7.070	77,27	5,89
Vargem Grande	4.010	7.013	74,89	5,75
Viana	4.111	7.123	73,27	5,65
Vila Nova dos Martírios	2.581	6.937	168,75	10,39
Vitória do Mearim	3.709	6.877	85,40	6,37
Vitorino Freire	4.150	7.039	69,59	5,42
Zé Doca	4.041	7.124	76,30	5,83
<b>Maranhão</b>	<b>4.603</b>	<b>7.408</b>	<b>60,92</b>	<b>4,87</b>

Fonte: IBGE, dados brutos do Atlas 2013.

## ANEXO E - Índice de Gini dos municípios maranhenses em 2000 e 2010.

Município	Índice de Gini		Δ%
	2000	2010	
Açailândia	0,62	0,56	-9,68
Afonso Cunha	0,52	0,59	13,46
Água Doce do Maranhão	0,56	0,59	5,36
Alcântara	0,62	0,59	-4,84
Aldeias Altas	0,54	0,59	9,26
Altamira do Maranhão	0,50	0,52	4,00
Alto Alegre do Maranhão	0,58	0,51	-12,07
Alto Alegre do Pindaré	0,55	0,57	3,64
Alto Parnaíba	0,65	0,78	20,00
Amapá do Maranhão	0,53	0,57	7,55
Amarante do Maranhão	0,60	0,59	-1,67
Anajatuba	0,51	0,60	17,65
Anapurus	0,74	0,54	-27,03
Apicum-Açu	0,55	0,52	-5,45
Araguanã	0,67	0,52	-22,39
Araioses	0,61	0,59	-3,28
Arame	0,54	0,72	33,33
Arari	0,60	0,57	-5,00
Axixá	0,56	0,54	-3,57
Bacabal	0,58	0,55	-5,17
Bacabeira	0,51	0,54	5,88
Bacuri	0,70	0,58	-17,14
Bacurituba	0,57	0,55	-3,51
Balsas	0,71	0,58	-18,31
Barão de Grajaú	0,63	0,52	-17,46
Barra do Corda	0,64	0,62	-3,13
Barreirinhas	0,63	0,61	-3,17
Belágua	0,69	0,63	-8,70
Bela Vista do Maranhão	0,60	0,50	-16,67
Benedito Leite	0,54	0,58	7,41
Bequimão	0,62	0,55	-11,29
Bernardo do Mearim	0,46	0,47	2,17
Boa Vista do Gurupi	0,49	0,52	6,12
Bom Jardim	0,61	0,58	-4,92
Bom Jesus das Selvas	0,57	0,62	8,77
Bom Lugar	0,56	0,49	-12,50
Brejo	0,71	0,64	-9,86
Brejo de Areia	0,49	0,48	-2,04
Buriti	0,54	0,63	16,67
Buriti Bravo	0,56	0,55	-1,79
Buriticupu	0,62	0,60	-3,23
Buritirana	0,51	0,50	-1,96



Cachoeira Grande	0,48	0,57	18,75
Cajapió	0,49	0,57	16,33
Cajari	0,45	0,63	40,00
Campestre do Maranhão	0,60	0,48	-20,00
Cândido Mendes	0,44	0,58	31,82
Cantanhede	0,55	0,60	9,09
Capinzal do Norte	0,52	0,57	9,62
Carolina	0,64	0,55	-14,06
Carutapera	0,54	0,54	0,00
Caxias	0,61	0,55	-9,84
Cedral	0,47	0,56	19,15
Central do Maranhão	0,54	0,54	0,00
Centro do Guilherme	0,66	0,56	-15,15
Centro Novo do Maranhão	0,58	0,56	-3,45
Chapadinha	0,60	0,59	-1,67
Cidelândia	0,55	0,47	-14,55
Codó	0,61	0,57	-6,56
Coelho Neto	0,57	0,54	-5,26
Colinas	0,62	0,63	1,61
Conceição do Lago-Açu	0,46	0,51	10,87
Coroatá	0,62	0,58	-6,45
Cururupu	0,58	0,58	0,00
Davinópolis	0,46	0,45	-2,17
Dom Pedro	0,58	0,48	-17,24
Duque Bacelar	0,57	0,60	5,26
Esperantinópolis	0,59	0,59	0,00
Estreito	0,62	0,56	-9,68
Feira Nova do Maranhão	0,57	0,62	8,77
Fernando Falcão	0,56	0,55	-1,79
Formosa da Serra Negra	0,80	0,63	-21,25
Fortaleza dos Nogueiras	0,63	0,53	-15,87
Fortuna	0,63	0,56	-11,11
Godofredo Viana	0,58	0,50	-13,79
Gonçalves Dias	0,46	0,59	28,26
Governador Archer	0,50	0,55	10,00
Governador Edison Lobão	0,53	0,46	-13,21
Governador Eugênio Barros	0,53	0,58	9,43
Governador Luiz Rocha	0,48	0,55	14,58
Governador Newton Bello	0,54	0,52	-3,70
Governador Nunes Freire	0,63	0,56	-11,11
Graça Aranha	0,46	0,53	15,22
Grajaú	0,58	0,61	5,17
Guimarães	0,57	0,56	-1,75
Humberto de Campos	0,54	0,64	18,52
Icatu	0,60	0,59	-1,67
Igarapé do Meio	0,54	0,50	-7,41
Igarapé Grande	0,49	0,52	6,12

Imperatriz	0,60	0,56	-6,67
Itaipava do Grajaú	0,60	0,55	-8,33
Itapecuru Mirim	0,57	0,56	-1,75
Itinga do Maranhão	0,69	0,52	-24,64
Jatobá	0,51	0,57	11,76
Jenipapo dos Vieiras	0,60	0,67	11,67
João Lisboa	0,53	0,44	-16,98
Joselândia	0,58	0,57	-1,72
Junco do Maranhão	0,50	0,52	4,00
Lago da Pedra	0,61	0,55	-9,84
Lago do Junco	0,55	0,60	9,09
Lago Verde	0,56	0,51	-8,93
Lagoa do Mato	0,68	0,52	-23,53
Lago Dos Rodrigues	0,49	0,47	-4,08
Lagoa Grande do Maranhão	0,52	0,54	3,85
Lajeado Novo	0,52	0,60	15,38
Lima Campos	0,54	0,56	3,70
Loreto	0,65	0,54	-16,92
Luís Domingues	0,60	0,60	0,00
Magalhães de Almeida	0,64	0,59	-7,81
Maracaçumé	0,63	0,47	-25,40
Marajá do Sena	0,59	0,62	5,08
Maranhãozinho	0,63	0,51	-19,05
Mata Roma	0,64	0,57	-10,94
Matinha	0,53	0,64	20,75
Matões	0,50	0,56	12,00
Matões do Norte	0,54	0,57	5,56
Milagres do Maranhão	0,52	0,54	3,85
Mirador	0,58	0,64	10,34
Miranda do Norte	0,54	0,47	-12,96
Mirinzal	0,63	0,51	-19,05
Monção	0,61	0,52	-14,75
Montes Altos	0,64	0,56	-12,50
Morros	0,63	0,58	-7,94
Nina Rodrigues	0,56	0,62	10,71
Nova Colinas	0,73	0,54	-26,03
Nova Iorque	0,67	0,53	-20,90
Nova Olinda do Maranhão	0,68	0,47	-30,88
Olho D'água das Cunhãs	0,60	0,53	-11,67
Olinda Nova do Maranhão	0,56	0,60	7,14
Paço do Lumiar	0,53	0,49	-7,55
Palmeirândia	0,57	0,57	0,00
Paraibano	0,61	0,54	-11,48
Parnarama	0,57	0,55	-3,51
Passagem Franca	0,59	0,55	-6,78
Pastos Bons	0,67	0,55	-17,91
Paulino Neves	0,58	0,62	6,90

Paulo Ramos	0,55	0,58	5,45
Pedreiras	0,55	0,59	7,27
Pedro do Rosário	0,56	0,58	3,57
Penalva	0,52	0,51	-1,92
Peri Mirim	0,55	0,53	-3,64
Peritoró	0,63	0,60	-4,76
Pindaré-Mirim	0,60	0,51	-15,00
Pinheiro	0,57	0,51	-10,53
Pio XII	0,53	0,53	0,00
Pirapemas	0,53	0,60	13,21
Poção de Pedras	0,53	0,54	1,89
Porto Franco	0,59	0,57	-3,39
Porto Rico do Maranhão	0,48	0,52	8,33
Presidente Dutra	0,58	0,56	-3,45
Presidente Juscelino	0,60	0,61	1,67
Presidente Médici	0,43	0,52	20,93
Presidente Sarney	0,48	0,51	6,25
Presidente Vargas	0,57	0,61	7,02
Primeira Cruz	0,53	0,60	13,21
Raposa	0,48	0,48	0,00
Riachão	0,62	0,60	-3,23
Ribamar Fiquene	0,66	0,57	-13,64
Rosário	0,60	0,51	-15,00
Sambaíba	0,70	0,55	-21,43
Santa Filomena do Maranhão	0,53	0,58	9,43
Santa Helena	0,63	0,50	-20,63
Santa Inês	0,58	0,53	-8,62
Santa Luzia	0,56	0,58	3,57
Santa Luzia do Paruá	0,52	0,52	0,00
Santa Quitéria do Maranhão	0,59	0,51	-13,56
Santa Rita	0,64	0,53	-17,19
Santana do Maranhão	0,54	0,57	5,56
Santo Amaro do Maranhão	0,57	0,62	8,77
Santo Antônio dos Lopes	0,54	0,57	5,56
São Benedito do Rio Preto	0,66	0,62	-6,06
São Bento	0,54	0,55	1,85
São Bernardo	0,62	0,59	-4,84
São Domingos do Azeitão	0,50	0,69	38,00
São Domingos do Maranhão	0,55	0,60	9,09
São Félix de Balsas	0,52	0,57	9,62
São Francisco do Brejão	0,57	0,51	-10,53
São Francisco do Maranhão	0,59	0,57	-3,39
São João Batista	0,80	0,63	-21,25
São João do Carú	0,55	0,53	-3,64
São João do Paraíso	0,62	0,53	-14,52
São João do Soter	0,52	0,52	0,00
São João dos Patos	0,60	0,56	-6,67

São José de Ribamar	0,59	0,51	-13,56
São José dos Basílios	0,49	0,55	12,24
São Luís	0,65	0,61	-6,15
São Luís Gonzaga do Maranhão	0,55	0,55	0,00
São Mateus do Maranhão	0,59	0,68	15,25
São Pedro da Água Branca	0,54	0,53	-1,85
São Pedro dos Crentes	0,57	0,51	-10,53
São Raimundo das Mangabeiras	0,73	0,55	-24,66
São Raimundo do Doca Bezerra	0,52	0,54	3,85
São Roberto	0,55	0,54	-1,82
São Vicente Ferrer	0,58	0,62	6,90
Satubinha	0,58	0,58	0,00
Senador Alexandre Costa	0,52	0,51	-1,92
Senador La Rocque	0,51	0,53	3,92
Serrano do Maranhão	0,48	0,59	22,92
Sítio Novo	0,58	0,59	1,72
Sucupira do Norte	0,58	0,59	1,72
Sucupira do Riachão	0,54	0,51	-5,56
Tasso Fragoso	0,54	0,58	7,41
Timbiras	0,61	0,62	1,64
Timon	0,52	0,50	-3,85
Trizidela do Vale	0,44	0,46	4,55
Tufilândia	0,61	0,48	-21,31
Tuntum	0,57	0,57	0,00
Turiação	0,57	0,59	3,51
Turilândia	0,60	0,52	-13,33
Tutóia	0,60	0,56	-6,67
Urbano Santos	0,68	0,60	-11,76
Vargem Grande	0,51	0,59	15,69
Viana	0,58	0,57	-1,72
Vila Nova dos Martírios	0,53	0,45	-15,09
Vitória do Mearim	0,57	0,56	-1,75
Vitorino Freire	0,57	0,57	0,00
Zé Doca	0,55	0,52	-5,45
<b>Maranhão</b>	<b>0,65</b>	<b>0,62</b>	<b>-4,62</b>

Fonte: IBGE, dados brutos do Atlas 2013

ANEXO F - Índice de L de Theil e Índice Theil do trabalho dos municípios maranhenses em 2000 e 2010

Município	Índice de Theil - L		Δ%	THEILtrab		Δ%
	2000	2010		2000	2010	
Açailândia	0,68	0,58	-1,58	0,64	0,50	-2,44
Afonso Cunha	0,50	0,66	2,82	0,43	0,29	-3,86
Água Doce do Maranhão	0,43	0,60	3,39	0,51	0,42	-1,92
Alcântara	0,55	0,66	1,84	0,45	0,51	1,26
Aldeias Altas	0,49	0,65	2,87	0,52	0,45	-1,44
Altamira do Maranhão	0,33	0,51	4,45	0,33	0,23	-3,55
Alto Alegre do Maranhão	0,50	0,45	-1,05	0,85	0,39	-7,50
Alto Alegre do Pindaré	0,46	0,56	1,99	0,44	0,39	-1,20
Alto Parnaíba	0,65	1,30	7,18	0,65	1,25	6,76
Amapá do Maranhão	0,50	0,62	2,17	0,46	0,49	0,63
Amarante do Maranhão	0,49	0,64	2,71	0,46	0,57	2,17
Anajatuba	0,50	0,69	3,27	0,49	0,53	0,79
Anapurus	1,07	0,53	-6,78	1,05	0,46	-7,92
Apicum-Açu	0,43	0,48	1,11	0,33	0,56	5,43
Araguanã	0,56	0,47	-1,74	0,43	0,36	-1,76
Araioses	0,50	0,61	2,01	0,51	0,40	-2,40
Arame	0,45	0,94	7,64	0,40	0,94	8,92
Arari	0,65	0,64	-0,15	0,59	0,51	-1,45
Axixá	0,42	0,56	2,92	0,40	0,56	3,42
Bacabal	0,59	0,57	-0,34	0,63	0,55	-1,35
Bacabeira	0,41	0,55	2,98	0,29	0,39	3,01
Bacuri	0,91	0,61	-3,92	0,95	0,68	-3,29
Bacurituba	0,51	0,56	0,94	0,73	0,35	-7,09
Balsas	0,89	0,63	-3,40	0,83	0,51	-4,75
Barão de Grajaú	0,57	0,52	-0,91	0,36	0,38	0,54
Barra do Corda	0,71	0,69	-0,29	0,63	0,60	-0,49
Barreirinhas	0,67	0,67	0,00	0,55	0,56	0,18
Belágua	0,69	0,65	-0,60	0,44	0,68	4,45
Bela Vista do Maranhão	0,48	0,46	-0,42	0,44	0,42	-0,46
Benedito Leite	0,44	0,68	4,45	0,39	0,38	-0,26
Bequimão	0,61	0,56	-0,85	0,49	0,53	0,79
Bernardo do Mearim	0,36	0,42	1,55	0,46	0,44	-0,44
Boa Vista do Gurupi	0,43	0,50	1,52	0,39	0,38	-0,26
Bom Jardim	0,50	0,58	1,50	0,59	0,53	-1,07
Bom Jesus das Selvas	0,59	0,61	0,33	0,45	0,41	-0,93
Bom Lugar	0,50	0,43	-1,50	0,55	0,43	-2,43
Brejo	0,54	0,76	3,48	0,36	0,57	4,70
Brejo de Areia	0,41	0,40	-0,25	0,29	0,36	2,19
Buriti	0,48	0,76	4,70	0,42	0,59	3,46
Buriti Bravo	0,59	0,57	-0,34	0,63	0,52	-1,90
Buriticupu	0,60	0,60	0,00	0,54	0,48	-1,17

Buritirana	0,47	0,49	0,42	0,39	0,39	0,00
Cachoeira Grande	0,39	0,52	2,92	0,19	0,52	10,59
Cajapió	0,45	0,60	2,92	0,32	0,59	6,31
Cajari	0,37	0,64	5,63	0,45	0,51	1,26
Campestre do Maranhão	0,60	0,42	-3,50	0,63	0,31	-6,85
Cândido Mendes	0,30	0,64	7,87	0,20	0,60	11,61
Cantanhede	0,58	0,69	1,75	0,47	0,55	1,58
Capinzal do Norte	0,48	0,61	2,43	0,51	0,47	-0,81
Carolina	0,66	0,58	-1,28	0,43	0,34	-2,32
Carutapera	0,45	0,54	1,84	0,56	0,49	-1,33
Caxias	0,64	0,56	-1,33	0,62	0,46	-2,94
Cedral	0,37	0,59	4,78	0,33	0,68	7,50
Central do Maranhão	0,51	0,54	0,57	0,41	0,56	3,17
Centro do Guilherme	0,35	0,52	4,04	0,21	0,34	4,94
Centro Novo do Maranhão	0,55	0,56	0,18	0,46	0,33	-3,27
Chapadinha	0,65	0,64	-0,15	0,63	0,54	-1,53
Cidelândia	0,52	0,41	-2,35	0,49	0,34	-3,59
Codó	0,61	0,63	0,32	0,56	0,55	-0,18
Coelho Neto	0,56	0,54	-0,36	0,53	0,39	-3,02
Colinas	0,68	0,75	0,98	0,61	0,73	1,81
Conceição do Lago-Açu	0,40	0,46	1,41	0,30	0,57	6,63
Coroatá	0,63	0,64	0,16	0,62	0,48	-2,53
Cururupu	0,61	0,60	-0,17	0,65	0,62	-0,47
Davinópolis	0,37	0,36	-0,27	0,33	0,25	-2,74
Dom Pedro	0,60	0,43	-3,28	0,70	0,42	-4,98
Duque Bacelar	0,60	0,69	1,41	0,51	0,48	-0,60
Esperantinópolis	0,58	0,67	1,45	0,49	0,64	2,71
Estreito	0,62	0,60	-0,33	0,59	0,38	-4,30
Feira Nova do Maranhão	0,55	0,73	2,87	0,56	0,55	-0,18
Fernando Falcão	0,55	0,54	-0,18	0,63	0,38	-4,93
Formosa da Serra Negra	0,82	0,69	-1,71	0,75	0,50	-3,97
Fortaleza dos Nogueiras	0,61	0,53	-1,40	0,37	0,40	0,78
Fortuna	0,80	0,62	-2,52	0,62	0,53	-1,56
Godofredo Viana	0,44	0,45	0,22	0,41	0,53	2,60
Gonçalves Dias	0,38	0,69	6,15	0,49	0,79	4,89
Governador Archer	0,46	0,57	2,17	0,49	0,60	2,05
Governador Edison Lobão	0,42	0,38	-1,00	0,33	0,29	-1,28
Governador Eugênio Barros	0,53	0,66	2,22	0,50	0,70	3,42
Governador Luiz Rocha	0,43	0,59	3,21	0,45	0,66	3,90
Governador Newton Bello	0,37	0,50	3,06	0,32	0,35	0,90
Governador Nunes Freire	0,71	0,58	-2,00	0,65	0,51	-2,40
Graça Aranha	0,39	0,54	3,31	0,43	0,64	4,06
Grajaú	0,60	0,70	1,55	0,49	0,61	2,21
Guimarães	0,63	0,58	-0,82	0,61	0,61	0,00
Humberto de Campos	0,45	0,64	3,58	0,44	0,44	0,00
Icatu	0,52	0,62	1,77	0,55	0,55	0,00
Igarapé do Meio	0,42	0,46	0,91	0,38	0,49	2,57

Igarapé Grande	0,39	0,49	2,31	0,39	0,75	6,76
Imperatriz	0,64	0,55	-1,50	0,62	0,48	-2,53
Itaipava do Grajaú	0,66	0,53	-2,17	0,68	0,40	-5,17
Itapecuru Mirim	0,58	0,58	0,00	0,57	0,43	-2,78
Itinga do Maranhão	0,85	0,50	-5,17	0,87	0,38	-7,95
Jatobá	0,48	0,62	2,59	0,61	0,46	-2,78
Jenipapo dos Vieiras	0,58	0,64	0,99	0,49	0,35	-3,31
João Lisboa	0,51	0,35	-3,69	0,49	0,26	-6,14
Joselândia	0,52	0,62	1,77	0,41	0,54	2,79
Junco do Maranhão	0,41	0,49	1,80	0,43	0,46	0,68
Lago da Pedra	0,66	0,55	-1,81	0,67	0,49	-3,08
Lago do Junco	0,51	0,67	2,77	0,51	0,77	4,21
Lago Verde	0,46	0,48	0,43	0,60	0,59	-0,17
Lagoa do Mato	0,58	0,56	-0,35	0,58	0,49	-1,67
Lago Dos Rodrigues	0,41	0,41	0,00	0,44	0,49	1,08
Lagoa Grande do Maranhão	0,35	0,52	4,04	0,27	0,43	4,76
Lajeado Novo	0,43	0,68	4,69	0,34	0,56	5,12
Lima Campos	0,54	0,61	1,23	0,44	0,66	4,14
Loreto	0,51	0,56	0,94	0,35	0,33	-0,59
Luís Domingues	0,61	0,69	1,24	0,48	0,60	2,26
Magalhães de Almeida	0,53	0,68	2,52	0,51	0,46	-1,03
Maracaçumé	0,65	0,42	-4,27	0,67	0,37	-5,76
Marajá do Sena	0,58	0,59	0,17	0,49	0,45	-0,85
Maranhãozinho	0,37	0,45	1,98	0,20	0,30	4,14
Mata Roma	0,59	0,59	0,00	0,39	0,34	-1,36
Matinha	0,50	0,78	4,55	0,35	0,56	4,81
Matões	0,47	0,60	2,47	0,44	0,47	0,66
Matões do Norte	0,53	0,56	0,55	0,37	0,35	-0,55
Milagres do Maranhão	0,49	0,54	0,98	0,34	0,54	4,73
Mirador	0,61	0,74	1,95	0,66	0,61	-0,78
Miranda do Norte	0,53	0,44	-1,84	0,54	0,28	-6,36
Mirinzal	0,71	0,49	-3,64	0,65	0,45	-3,61
Monção	0,66	0,46	-3,55	0,70	0,48	-3,70
Montes Altos	0,71	0,61	-1,51	0,54	0,39	-3,20
Morros	0,66	0,62	-0,62	0,48	0,54	1,18
Nina Rodrigues	0,58	0,69	1,75	0,47	0,60	2,47
Nova Colinas	0,58	0,58	0,00	0,36	0,30	-1,81
Nova Iorque	0,83	0,53	-4,39	0,76	0,60	-2,34
Nova Olinda do Maranhão	0,67	0,41	-4,79	0,40	0,39	-0,25
Olho D'água das Cunhãs	0,58	0,53	-0,90	0,65	0,56	-1,48
Olinda Nova do Maranhão	0,59	0,66	1,13	0,42	0,61	3,80
Paço do Lumiar	0,48	0,43	-1,09	0,43	0,32	-2,91
Palmeirândia	0,63	0,59	-0,65	0,55	0,55	0,00
Paraibano	0,61	0,55	-1,03	0,63	0,54	-1,53
Parnarama	0,54	0,60	1,06	0,46	0,57	2,17
Passagem Franca	0,48	0,59	2,08	0,36	0,49	3,13
Pastos Bons	0,67	0,58	-1,43	0,63	0,57	-1,00

Paulino Neves	0,57	0,71	2,22	0,59	0,66	1,13
Paulo Ramos	0,46	0,60	2,69	0,42	0,62	3,97
Pedreiras	0,50	0,67	2,97	0,41	0,70	5,49
Pedro do Rosário	0,45	0,58	2,57	0,46	0,42	-0,91
Penalva	0,50	0,48	-0,41	0,55	0,47	-1,56
Peri Mirim	0,47	0,53	1,21	0,45	0,39	-1,42
Peritoró	0,60	0,66	0,96	0,71	0,48	-3,84
Pindaré-Mirim	0,57	0,47	-1,91	0,53	0,46	-1,41
Pinheiro	0,55	0,49	-1,15	0,43	0,41	-0,48
Pio XII	0,43	0,54	2,30	0,42	0,63	4,14
Pirapemas	0,50	0,64	2,50	0,49	0,53	0,79
Poção de Pedras	0,40	0,54	3,05	0,41	0,61	4,05
Porto Franco	0,61	0,59	-0,33	0,67	0,54	-2,13
Porto Rico do Maranhão	0,40	0,48	1,84	0,42	0,57	3,10
Presidente Dutra	0,61	0,57	-0,68	0,71	0,51	-3,25
Presidente Juscelino	0,54	0,68	2,33	0,40	0,40	0,00
Presidente Médici	0,27	0,51	6,57	0,29	0,27	-0,71
Presidente Sarney	0,42	0,47	1,13	0,37	0,35	-0,55
Presidente Vargas	0,59	0,68	1,43	0,59	0,72	2,01
Primeira Cruz	0,51	0,64	2,30	0,26	0,43	5,16
Raposa	0,37	0,42	1,28	0,28	0,29	0,35
Riachão	0,66	0,68	0,30	0,49	0,53	0,79
Ribamar Fiquene	0,74	0,62	-1,75	0,41	0,50	2,00
Rosário	0,51	0,48	-0,60	0,39	0,40	0,25
Sambaíba	0,75	0,56	-2,88	0,65	0,40	-4,74
Santa Filomena do Maranhão	0,53	0,55	0,37	0,54	0,49	-0,97
Santa Helena	0,67	0,44	-4,12	0,62	0,44	-3,37
Santa Inês	0,57	0,51	-1,11	0,59	0,45	-2,67
Santa Luzia	0,52	0,61	1,61	0,50	0,43	-1,50
Santa Luzia do Paruá	0,44	0,50	1,29	0,41	0,50	2,00
Santa Quitéria do Maranhão	0,60	0,46	-2,62	0,51	0,42	-1,92
Santa Rita	0,55	0,55	0,00	0,44	0,36	-1,99
Santana do Maranhão	0,53	0,60	1,25	0,44	0,32	-3,13
Santo Amaro do Maranhão	0,40	0,70	5,76	0,33	0,50	4,24
Santo Antônio dos Lopes	0,51	0,62	1,97	0,45	0,58	2,57
São Benedito do Rio Preto	0,50	0,69	3,27	0,41	0,56	3,17
São Bento	0,52	0,56	0,74	0,36	0,43	1,79
São Bernardo	0,56	0,64	1,34	0,47	0,46	-0,21
São Domingos do Azeitão	0,40	0,94	8,92	0,29	0,79	10,54
São Domingos do Maranhão	0,54	0,65	1,87	0,51	0,54	0,57
São Félix de Balsas	0,49	0,61	2,21	0,41	0,41	0,00
São Francisco do Brejão	0,54	0,47	-1,38	0,48	0,30	-4,59
São Francisco do Maranhão	0,57	0,64	1,17	0,33	0,35	0,59
São João Batista	1,34	0,71	-6,15	1,27	0,68	-6,06
São João do Carú	0,41	0,49	1,80	0,41	0,42	0,24
São João do Paraíso	0,61	0,50	-1,97	0,50	0,40	-2,21
São João do Soter	0,47	0,51	0,82	0,44	0,56	2,44



São João dos Patos	0,61	0,58	-0,50	0,62	0,64	0,32
São José de Ribamar	0,58	0,45	-2,51	0,49	0,35	-3,31
São José dos Basílios	0,42	0,56	2,92	0,50	0,53	0,58
São Luís	0,77	0,69	-1,09	0,67	0,54	-2,13
São Luís Gonzaga do Maranhão	0,37	0,51	3,26	0,31	0,52	5,31
São Mateus do Maranhão	0,60	0,91	4,25	0,64	0,96	4,14
São Pedro da Água Branca	0,50	0,52	0,39	0,45	0,39	-1,42
São Pedro dos Crentes	0,40	0,50	2,26	0,19	0,39	7,46
São Raimundo das Mangabeiras	0,88	0,56	-4,42	0,77	0,49	-4,42
São Raimundo do Doca Bezerra	0,45	0,51	1,26	0,38	0,36	-0,54
São Roberto	0,37	0,48	2,64	0,18	0,38	7,76
São Vicente Ferrer	0,55	0,67	1,99	0,37	0,51	3,26
Satubinha	0,38	0,52	3,19	0,43	0,56	2,68
Senador Alexandre Costa	0,49	0,51	0,40	0,55	0,53	-0,37
Senador La Rocque	0,42	0,53	2,35	0,36	0,51	3,54
Serrano do Maranhão	0,44	0,55	2,26	0,26	0,58	8,35
Sítio Novo	0,55	0,65	1,68	0,64	0,42	-4,12
Sucupira do Norte	0,52	0,69	2,87	0,82	0,43	-6,25
Sucupira do Riachão	0,49	0,46	-0,63	0,48	0,45	-0,64
Tasso Fragoso	0,54	0,66	2,03	0,40	0,35	-1,33
Timbiras	0,59	0,67	1,28	0,58	0,63	0,83
Timon	0,47	0,46	-0,21	0,39	0,34	-1,36
Trizidela do Vale	0,33	0,40	1,94	0,35	0,42	1,84
Tufilândia	0,54	0,45	-1,81	0,59	0,35	-5,09
Tuntum	0,59	0,61	0,33	0,51	0,49	-0,40
Turiação	0,57	0,61	0,68	0,39	0,44	1,21
Turilândia	0,40	0,48	1,84	0,30	0,37	2,12
Tutóia	0,55	0,59	0,70	0,55	0,50	-0,95
Urbano Santos	0,60	0,65	0,80	0,48	0,44	-0,87
Vargem Grande	0,45	0,60	2,92	0,41	0,44	0,71
Viana	0,58	0,60	0,34	0,49	0,55	1,16
Vila Nova dos Martírios	0,48	0,38	-2,31	0,43	0,27	-4,55
Vitória do Mearim	0,62	0,60	-0,33	0,62	0,46	-2,94
Vitorino Freire	0,54	0,62	1,39	0,53	0,65	2,06
Zé Doca	0,49	0,51	0,40	0,48	0,36	-2,84
<b>Maranhão</b>	<b>0,75</b>	<b>0,63</b>	<b>-1,73</b>	<b>0,74</b>	<b>0,58</b>	<b>-2,41</b>

Fonte: IBGE, dados brutos do Atlas 2013

ANEXO G - Razão entre a renda per capita dos 10% mais ricos e a renda per capita dos 40% mais pobres nos municípios maranhenses em 2000 e 2010

Município	2000			2010			Δ% PREN1 0 ricos	Δ% PRE N 40	Δ% R1040
	PREN1 0 ricos	PRE N 40	R104 0	PREN1 0 ricos	PREN4 0	R104 0			
Açailândia	53,72	8,90	24,14	46,52	10,33	18,01	-1,43	1,50	-2,89
Afonso Cunha	38,05	9,99	15,24	40,20	5,57	28,89	0,55	-5,67	6,60
Água Doce do Maranhão	40,13	8,18	19,63	40,72	5,18	31,42	0,15	-4,47	4,82
Alcântara	47,28	5,53	34,18	40,60	5,23	31,07	-1,51	-0,56	-0,95
Aldeias Altas	40,54	9,53	17,02	44,41	6,72	26,42	0,92	-3,43	4,50
Altamira do Maranhão	33,73	9,72	13,88	34,26	7,57	18,10	0,16	-2,47	2,69
Alto Alegre do Maranhão	46,47	9,21	20,18	36,39	10,03	14,51	-2,42	0,86	-3,24
Alto Alegre do Pindaré	42,53	9,59	17,74	39,71	6,24	25,46	-0,68	-4,21	3,68
Alto Parnaíba	53,51	5,96	35,89	70,09	3,77	74,46	2,74	-4,48	7,57
Amapá do Maranhão	42,82	10,57	16,20	41,68	7,07	23,57	-0,27	-3,94	3,82
Amarante do Maranhão	44,23	6,06	29,20	44,66	7,47	23,90	0,10	2,11	-1,98
Anajatuba	37,64	10,57	14,24	39,90	4,93	32,34	0,58	-7,34	8,55
Anapurus	65,82	4,96	53,08	37,18	7,84	18,96	-5,55	4,68	-9,78
Apicum-Açu	39,29	8,56	18,36	39,57	11,03	14,35	0,07	2,57	-2,43
Araguanã	52,18	3,75	55,62	37,49	9,88	15,17	-3,25	10,17	-12,18
Araioses	44,26	5,29	33,46	40,71	4,69	34,71	-0,83	-1,20	0,37
Arame	41,43	9,42	17,59	58,54	3,35	69,81	3,52	-9,82	14,78
Arari	46,29	7,28	25,42	44,00	8,13	21,64	-0,51	1,11	-1,60
Axixá	41,09	8,02	20,50	40,50	9,69	16,72	-0,14	1,91	-2,02
Bacabal	47,51	9,39	20,23	45,07	10,32	17,47	-0,53	0,95	-1,46
Bacabeira	39,31	11,12	14,14	41,00	9,51	17,25	0,42	-1,55	2,01
Bacuri	58,46	4,88	47,91	44,55	8,03	22,20	-2,68	5,11	-7,40
Bacurituba	41,57	7,72	21,53	37,93	6,80	22,32	-0,91	-1,26	0,36
Balsas	62,07	5,81	42,74	48,06	9,44	20,36	-2,53	4,97	-7,15
Barão de Grajaú	48,59	5,72	34,00	37,11	9,26	16,03	-2,66	4,94	-7,24
Barra do Corda	52,13	6,80	30,67	48,07	6,63	29,01	-0,81	-0,25	-0,55
Barreirinhas	51,84	7,01	29,60	45,07	5,58	32,33	-1,39	-2,26	0,89
Belágua	53,03	2,78	76,19	43,87	4,90	35,81	-1,88	5,83	-7,27
Bela Vista do Maranhão	44,34	6,17	28,73	36,26	10,87	13,34	-1,99	5,83	-7,38
Benedito Leite	40,66	9,50	17,12	41,64	5,84	28,54	0,24	-4,75	5,24
Bequimão	48,04	6,29	30,53	39,72	7,41	21,44	-1,88	1,65	-3,47
Bernardo do Mearim	36,77	14,63	10,05	31,33	11,69	10,72	-1,59	-2,22	0,65
Boa Vista do Gurupi	38,23	13,03	11,74	37,83	10,19	14,85	-0,11	-2,43	2,38
Bom Jardim	45,16	4,68	38,62	43,19	7,42	23,27	-0,45	4,72	-4,94
Bom Jesus das Selvas	47,69	10,03	19,02	46,60	5,45	34,20	-0,23	-5,92	6,04
Bom Lugar	42,58	8,67	19,66	33,71	10,58	12,74	-2,31	2,01	-4,25
Brejo	52,85	0,28	754,3 5	49,57	4,72	41,98	-0,64	32,64	-25,09
Brejo de Areia	35,64	11,59	12,30	33,26	10,83	12,28	-0,69	-0,68	-0,02
Buriti	41,28	10,18	16,22	45,68	4,69	38,97	1,02	-7,46	9,16

Buriti Bravo	44,83	9,63	18,63	38,50	7,84	19,66	-1,51	-2,04	0,54
Buriticupu	51,73	8,20	25,22	46,62	7,66	24,34	-1,03	-0,68	-0,35
Buritirana	37,61	10,42	14,44	34,34	10,11	13,59	-0,91	-0,30	-0,60
Cachoeira Grande	34,99	12,43	11,26	39,35	7,12	22,11	1,18	-5,42	6,98
Cajapió	34,86	10,89	12,81	40,67	6,31	25,78	1,55	-5,31	7,24
Cajari	32,36	12,87	10,06	44,60	4,22	42,25	3,26	10,55	15,43
Campestre do Maranhão	49,56	8,91	22,25	38,75	13,69	11,32	-2,43	4,39	-6,53
Cândido Mendes	32,52	14,56	8,93	43,43	7,41	23,44	2,94	-6,53	10,13
Cantanhede	41,42	8,76	18,92	45,60	6,59	27,69	0,97	-2,81	3,88
Capinzal do Norte	39,26	10,75	14,61	41,09	6,29	26,11	0,46	-5,22	5,98
Carolina	50,72	6,15	32,98	41,40	9,06	18,27	-2,01	3,95	-5,74
Carutapera	41,23	9,11	18,11	38,99	8,82	17,67	-0,56	-0,32	-0,25
Caxias	49,63	7,79	25,48	42,58	9,71	17,54	-1,52	2,23	-3,67
Cedral	35,39	13,26	10,68	43,36	8,94	19,40	2,05	-3,87	6,15
Central do Maranhão	43,05	11,02	15,63	38,90	8,48	18,35	-1,01	-2,59	1,62
Centro do Guilherme	44,51	0,34	526,4 2	39,81	6,68	23,82	-1,11	34,69	-26,62
Centro Novo do Maranhão	46,58	8,88	20,99	39,68	6,79	23,38	-1,59	-2,65	1,08
Chapadinha	47,01	7,79	24,13	42,56	7,07	24,09	-0,99	-0,97	-0,02
Cidelândia	43,93	10,09	17,42	34,63	12,14	11,41	-2,35	1,87	-4,14
Codó	48,11	7,02	27,42	43,79	7,98	21,95	-0,94	1,29	-2,20
Coelho Neto	46,88	10,16	18,46	38,95	9,58	16,26	-1,84	-0,59	-1,26
Colinas	48,04	7,04	27,30	49,46	6,28	31,49	0,29	-1,14	1,44
Conceição do Lago-Açu	32,87	13,31	9,88	36,11	10,15	14,23	0,94	-2,67	3,72
Coroatá	48,79	7,04	27,71	43,41	6,95	24,99	-1,16	-0,13	-1,03
Cururupu	46,60	9,04	20,62	46,58	8,98	20,76	0,00	-0,07	0,07
Davinópolis	33,15	13,13	10,10	33,05	13,84	9,55	-0,03	0,53	-0,56
Dom Pedro	48,35	10,08	19,19	35,15	11,90	11,82	-3,14	1,67	-4,73
Duque Bacelar	43,34	8,88	19,52	42,86	4,96	34,56	-0,11	-5,66	5,88
Esperantinópolis	45,58	8,14	22,38	46,58	7,75	24,05	0,22	-0,49	0,72
Estreito	51,19	7,65	26,77	44,30	9,56	18,54	-1,44	2,25	-3,61
Feira Nova do Maranhão	42,26	7,97	21,22	47,13	5,24	35,95	1,10	-4,11	5,41
Fernando Falcão	45,40	9,98	18,19	37,07	7,06	21,00	-2,01	-3,40	1,45
Formosa da Serra Negra	66,88	0,00	0,00	46,22	4,24	43,63	-3,63	#####	#DIV/0 !
Fortaleza dos Nogueiras	48,15	5,16	37,33	39,06	9,25	16,89	-2,07	6,01	-7,62
Fortuna	48,95	6,49	30,17	39,63	7,31	21,67	-2,09	1,20	-3,26
Godofredo Viana	40,25	5,56	28,98	35,64	10,80	13,20	-1,21	6,86	-7,56
Gonçalves Dias	32,37	12,54	10,32	41,82	6,63	25,24	2,59	-6,17	9,36
Governador Archer	37,78	11,38	13,28	40,29	8,88	18,16	0,65	-2,45	3,18
Governador Edison Lobão	40,69	10,03	16,23	35,78	14,12	10,13	-1,28	3,48	-4,60
Governador Eugênio Barros	40,62	10,06	16,15	45,53	7,72	23,59	1,15	-2,61	3,86
Governador Luiz Rocha	32,24	11,27	11,44	36,91	6,13	24,10	1,36	-5,91	7,74
Governador Newton Bello	35,43	7,29	19,44	38,35	10,04	15,28	0,80	3,25	-2,38
Governador Nunes Freire	55,06	9,15	24,07	42,71	9,16	18,66	-2,51	0,01	-2,51
Graça Aranha	34,30	12,86	10,67	36,06	8,63	16,71	0,50	-3,91	4,59
Grajaú	46,49	8,62	21,58	50,33	8,12	24,81	0,80	-0,60	1,40

Guimarães	43,44	8,51	20,41	38,93	8,15	19,10	-1,09	-0,43	-0,66
Humberto de Campos	38,92	8,33	18,69	46,69	4,44	42,05	1,84	-6,10	8,45
Icatu	44,85	6,03	29,74	40,82	6,14	26,59	-0,94	0,18	-1,11
Igarapé do Meio	36,53	8,05	18,15	35,67	10,63	13,42	-0,24	2,82	-2,97
Igarapé Grande	37,09	12,68	11,70	41,41	11,52	14,38	1,11	-0,95	2,08
Imperatriz	50,23	9,30	21,61	46,03	10,95	16,81	-0,87	1,65	-2,48
Itaipava do Grajaú	48,20	8,24	23,40	37,11	6,66	22,29	-2,58	-2,11	-0,48
Itapecuru Mirim	43,52	8,79	19,80	41,47	7,93	20,92	-0,48	-1,02	0,55
Itinga do Maranhão	61,53	6,91	35,60	40,62	10,91	14,90	-4,07	4,67	-8,34
Jatobá	39,41	10,93	14,43	41,33	6,47	25,54	0,48	-5,11	5,88
Jenipapo dos Vieiras	46,65	7,87	23,72	45,33	2,91	62,40	-0,29	-9,47	10,16
João Lisboa	41,46	11,11	14,93	32,94	14,20	9,28	-2,27	2,48	-4,64
Joselândia	42,59	7,43	22,91	39,59	7,04	22,48	-0,73	-0,54	-0,19
Junco do Maranhão	38,57	11,67	13,22	37,43	10,69	14,00	-0,30	-0,87	0,57
Lago da Pedra	52,02	9,47	21,97	40,19	9,53	16,88	-2,55	0,06	-2,60
Lago do Junco	43,25	9,29	18,63	47,31	7,48	25,29	0,90	-2,14	3,10
Lago Verde	40,88	7,57	21,59	37,36	10,16	14,71	-0,90	2,99	-3,76
Lagoa do Mato	48,99	1,34	146,2	35,24	8,21	17,16	-3,24	19,87	-19,29
Lago Dos Rodrigues	37,02	11,85	12,49	34,11	12,54	10,88	-0,82	0,57	-1,37
Lagoa Grande do Maranhão	37,18	9,62	15,47	37,90	8,05	18,82	0,19	-1,77	1,98
Lajeado Novo	39,46	10,44	15,12	44,74	7,58	23,60	1,26	-3,15	4,55
Lima Campos	42,77	10,19	16,79	41,44	8,41	19,71	-0,32	-1,90	1,62
Loreto	47,14	3,04	62,05	36,71	7,07	20,76	-2,47	8,81	-10,37
Luís Domingues	45,13	7,49	24,11	45,90	6,44	28,50	0,17	-1,50	1,69
Magalhães de Almeida	45,62	3,63	50,25	41,86	5,91	28,34	-0,86	4,99	-5,57
Maracaçumé	51,98	7,04	29,52	34,74	12,38	11,22	-3,95	5,81	-9,22
Marajá do Sena	45,92	7,74	23,72	43,75	5,21	33,59	-0,48	-3,88	3,54
Maranhãozinho	44,61	3,25	54,87	34,69	9,25	15,01	-2,48	11,03	-12,16
Mata Roma	48,50	4,74	40,93	39,16	5,03	31,12	-2,12	0,60	-2,70
Matinha	36,94	8,47	17,45	50,61	6,88	29,43	3,20	-2,06	5,37
Matões	36,65	11,23	13,05	39,21	7,12	22,04	0,68	-4,45	5,38
Matões do Norte	41,23	10,08	16,36	40,79	5,81	28,08	-0,11	-5,36	5,55
Milagres do Maranhão	39,85	11,15	14,30	37,41	8,41	17,79	-0,63	-2,78	2,21
Mirador	45,71	8,61	21,22	47,31	4,49	42,19	0,34	-6,30	7,11
Miranda do Norte	43,15	10,39	16,61	33,37	12,33	10,82	-2,54	1,73	-4,20
Mirinzal	51,47	7,00	29,41	37,88	9,86	15,37	-3,02	3,49	-6,28
Monção	49,23	7,94	24,80	37,31	9,30	16,05	-2,73	1,59	-4,26
Montes Altos	52,69	7,43	28,37	40,54	7,39	21,93	-2,59	-0,05	-2,54
Morros	46,02	5,28	34,88	40,92	6,11	26,79	-1,17	1,47	-2,60
Nina Rodrigues	43,83	9,13	19,20	45,36	4,61	39,35	0,34	-6,61	7,44
Nova Colinas	56,02	0,69	325,3	36,35	7,14	20,36	-4,23	26,32	-24,20
Nova Iorque	52,37	4,31	48,58	37,17	9,23	16,11	-3,37	7,91	-10,45
Nova Olinda do Maranhão	52,58	3,54	59,34	34,72	12,42	11,18	-4,07	13,37	-15,37
Olho D'água das Cunhãs	46,92	7,33	25,60	39,36	9,86	15,97	-1,74	3,01	-4,61
Olinda Nova do Maranhão	42,23	8,82	19,15	42,70	5,64	30,27	0,11	-4,37	4,68
Paço do Lumiar	40,01	10,05	15,92	37,39	12,26	12,20	-0,67	2,01	-2,63

Palmeirândia	43,80	7,92	22,13	41,23	6,34	26,03	-0,60	-2,20	1,64
Paraibano	48,88	7,44	26,27	39,73	8,43	18,85	-2,05	1,26	-3,26
Parnarama	41,69	7,36	22,67	38,65	6,76	22,85	-0,75	-0,85	0,08
Passagem Franca	41,13	5,46	30,14	38,80	8,00	19,40	-0,58	3,89	-4,31
Pastos Bons	49,35	3,19	61,83	38,36	7,98	19,23	-2,49	9,60	-11,02
Paulino Neves	40,54	5,92	27,37	45,35	5,11	35,48	1,13	-1,46	2,63
Paulo Ramos	41,29	9,18	17,99	44,93	8,29	21,68	0,85	-1,01	1,88
Pedreiras	43,87	9,93	17,67	49,78	9,26	21,50	1,27	-0,70	1,98
Pedro do Rosário	40,37	7,18	22,48	40,52	6,23	26,00	0,04	-1,41	1,47
Penalva	40,87	11,01	14,85	35,81	9,23	15,52	-1,31	-1,75	0,44
Peri Mirim	41,27	8,88	18,60	37,64	7,72	19,51	-0,92	-1,39	0,48
Peritoró	49,24	5,80	33,94	44,27	5,64	31,39	-1,06	-0,28	-0,78
Pindaré-Mirim	48,19	8,53	22,61	37,72	10,84	13,92	-2,42	2,43	-4,73
Pinheiro	44,19	9,04	19,55	37,19	9,98	14,91	-1,71	0,99	-2,67
Pio XII	39,76	9,97	15,95	38,77	9,18	16,90	-0,25	-0,82	0,58
Pirapemas	40,31	10,58	15,25	42,81	5,83	29,39	0,60	-5,79	6,78
Poção de Pedras	37,75	8,63	17,49	39,41	8,91	17,68	0,43	0,32	0,11
Porto Franco	49,87	9,02	22,11	45,86	9,53	19,24	-0,83	0,55	-1,38
Porto Rico do Maranhão	35,02	12,40	11,29	38,19	10,28	14,85	0,87	-1,86	2,78
Presidente Dutra	47,38	9,25	20,48	45,63	10,02	18,22	-0,38	0,80	-1,16
Presidente Juscelino	44,18	6,88	25,69	42,12	5,12	32,93	-0,48	-2,91	2,51
Presidente Médici	29,95	14,07	8,52	37,91	9,89	15,33	2,38	-3,46	6,05
Presidente Sarney	33,56	11,60	11,57	32,95	7,72	17,08	-0,18	-3,99	3,97
Presidente Vargas	45,95	9,37	19,62	42,39	5,19	32,67	-0,80	-5,74	5,23
Primeira Cruz	41,93	10,80	15,53	44,38	6,10	29,11	0,57	-5,55	6,48
Raposa	36,53	12,77	11,44	36,19	12,74	11,36	-0,09	-0,02	-0,07
Riachão	49,51	7,24	27,37	48,08	6,34	30,33	-0,29	-1,32	1,03
Ribamar Fiquene	51,52	5,39	38,22	45,82	9,38	19,54	-1,17	5,70	-6,49
Rosário	44,17	6,59	26,81	37,07	10,55	14,06	-1,74	4,82	-6,25
Sambaíba	57,13	3,58	63,89	38,89	8,80	17,68	-3,77	9,41	-12,06
Santa Filomena do Maranhão	37,78	9,42	16,05	41,17	6,33	26,01	0,86	-3,90	4,95
Santa Helena	51,36	7,67	26,79	35,71	10,47	13,64	-3,57	3,16	-6,53
Santa Inês	47,70	9,79	19,49	42,25	11,23	15,04	-1,21	1,38	-2,56
Santa Luzia	44,67	9,56	18,70	43,21	6,65	25,99	-0,33	-3,56	3,35
Santa Luzia do Paruá	38,52	9,87	15,61	41,90	10,85	15,45	0,84	0,95	-0,10
Santa Quitéria do Maranhão	47,29	8,54	22,14	35,18	9,40	14,96	-2,91	0,96	-3,84
Santa Rita	48,49	4,82	40,22	38,46	8,41	18,29	-2,29	5,72	-7,58
Santana do Maranhão	37,13	7,88	18,85	39,65	6,13	25,88	0,66	-2,48	3,22
Santo Amaro do Maranhão	40,42	6,74	23,98	45,70	5,21	35,09	1,24	-2,54	3,88
Santo Antônio dos Lopes	43,44	11,19	15,53	41,64	7,61	21,87	-0,42	-3,78	3,48
São Benedito do Rio Preto	47,19	1,92	98,32	45,25	4,91	36,86	-0,42	9,84	-9,35
São Bento	39,52	9,57	16,51	38,48	7,67	20,06	-0,27	-2,19	1,97
São Bernardo	45,29	4,42	40,97	41,97	5,91	28,40	-0,76	2,95	-3,60
São Domingos do Azeitão	34,86	10,34	13,49	58,03	5,11	45,40	5,23	-6,81	12,90
São Domingos do Maranhão	44,57	10,16	17,55	44,42	7,18	24,76	-0,03	-3,41	3,50
São Félix de Balsas	36,99	9,34	15,85	40,09	6,84	23,44	0,81	-3,07	3,99
São Francisco do Brejão	46,22	9,37	19,74	38,82	10,21	15,22	-1,73	0,86	-2,57

São Francisco do Maranhão	41,04	6,12	26,81	37,96	5,20	29,18	-0,78	-1,62	0,85
São João Batista	71,44	2,90	98,65	48,65	5,03	38,72	-3,77	5,66	-8,93
São João do Carú	38,57	7,06	21,85	35,96	8,13	17,70	-0,70	1,42	-2,08
São João do Paraíso	48,29	6,35	30,43	42,64	9,79	17,41	-1,24	4,42	-5,43
São João do Soter	39,75	11,07	14,37	34,69	8,39	16,55	-1,35	-2,73	1,42
São João dos Patos	45,69	6,95	26,31	43,14	9,55	18,06	-0,57	3,23	-3,69
São José de Ribamar	48,01	8,90	21,57	39,53	11,89	13,30	-1,92	2,94	-4,72
São José dos Basílios	40,07	13,15	12,19	37,78	6,90	21,91	-0,59	-6,25	6,04
São Luís	54,12	7,06	30,65	50,83	8,45	24,07	-0,63	1,81	-2,39
São Luís Gonzaga do Maranhão	37,48	6,77	22,14	38,47	7,00	21,98	0,26	0,33	-0,07
São Mateus do Maranhão	45,93	7,95	23,11	58,40	6,14	38,07	2,43	-2,55	5,12
São Pedro da Água Branca	45,84	11,86	15,46	41,05	11,26	14,59	-1,10	-0,52	-0,58
São Pedro dos Crentes	38,99	6,42	24,27	34,81	10,04	13,87	-1,13	4,57	-5,44
São Raimundo das Mangabeiras	61,50	3,53	69,65	42,43	9,37	18,10	-3,64	10,25	-12,61
São Raimundo do Doca Bezerra	39,07	10,42	15,00	36,08	6,90	20,92	-0,79	-4,04	3,38
São Roberto	36,88	7,62	19,37	37,58	7,83	19,20	0,19	0,27	-0,09
São Vicente Ferrer	44,39	7,70	23,05	46,95	5,09	36,89	0,56	-4,05	4,82
Satubinha	40,65	5,67	28,68	41,85	6,42	26,09	0,29	1,25	-0,94
Senador Alexandre Costa	39,02	10,73	14,54	35,32	8,42	16,78	-0,99	-2,40	1,44
Senador La Rocque	37,28	10,12	14,74	42,89	10,20	16,81	1,41	0,08	1,32
Serrano do Maranhão	33,33	11,29	11,81	41,25	5,77	28,60	2,15	-6,49	9,25
Sítio Novo	42,84	7,52	22,78	43,10	5,86	29,43	0,06	-2,46	2,59
Sucupira do Norte	40,45	5,89	27,46	40,76	6,16	26,47	0,08	0,45	-0,37
Sucupira do Riachão	40,88	9,54	17,15	36,72	10,12	14,52	-1,07	0,59	-1,65
Tasso Fragoso	38,85	9,30	16,72	43,39	7,21	24,07	1,11	-2,51	3,71
Timbiras	46,81	6,06	30,89	46,00	5,55	33,15	-0,17	-0,88	0,71
Timon	41,42	11,14	14,88	39,09	12,39	12,62	-0,58	1,07	-1,63
Trizidela do Vale	32,84	14,61	8,99	31,82	13,17	9,67	-0,32	-1,03	0,73
Tufilândia	41,85	3,23	51,80	33,90	10,74	12,62	-2,08	12,77	-13,17
Tuntum	42,33	8,40	20,14	42,31	7,44	22,76	0,00	-1,21	1,23
Turiaçu	43,76	8,97	19,53	40,78	5,16	31,63	-0,70	-5,38	4,94
Turilândia	41,70	4,72	35,37	37,12	9,44	15,73	-1,16	7,18	-7,78
Tutóia	45,12	6,72	26,84	43,57	8,48	20,55	-0,35	2,35	-2,63
Urbano Santos	52,29	2,65	78,80	43,36	5,79	29,93	-1,86	8,13	-9,23
Vargem Grande	40,56	12,18	13,32	42,45	5,51	30,80	0,46	-7,63	8,74
Viana	46,13	8,88	20,77	42,97	8,68	19,81	-0,71	-0,23	-0,47
Vila Nova dos Martírios	41,77	11,16	14,97	33,27	13,90	9,57	-2,25	2,22	-4,38
Vitória do Mearim	44,20	8,81	20,06	38,33	7,77	19,73	-1,41	-1,25	-0,17
Vitorino Freire	44,61	9,52	18,75	46,40	8,43	22,01	0,39	-1,21	1,62
Zé Doca	45,11	10,73	16,82	38,05	10,01	15,21	-1,69	-0,69	-1,00
<b>Maranhão</b>	<b>54,45</b>	<b>6,52</b>	<b>33,43</b>	<b>50,06</b>	<b>7,00</b>	<b>28,61</b>	<b>-0,84</b>	<b>0,71</b>	<b>-1,54</b>

Fonte: IBGE, dados brutos do Atlas 2013

ANEXO H - Renda Média, Renda Mediana e índices de Desigualdade de Renda nos Municípios Maranhenses em 2000 e 2010.

Município	2000					2010				
	Renda domiciliar <i>per capita</i> total	Renda do emprego	Renda Própria	Empregadores	Transferências	Renda domiciliar <i>per capita</i> total	Renda do emprego	Renda Própria	Empregadores	Transferências
Açailândia	100%	89%	6%	3%	3%	100%	83%	7%	4%	5%
Afonso Cunha	100%	67%	9%	0%	24%	100%	59%	11%	0%	30%
Água Doce do Maranhão	100%	46%	49%	5%	0%	100%	47%	18%	4%	31%
Alcântara	100%	73%	11%	0%	15%	100%	61%	10%	0%	30%
Aldeias Altas	100%	67%	11%	0%	21%	100%	58%	8%	4%	30%
Altamira do Maranhão	100%	68%	8%	0%	24%	100%	52%	11%	1%	36%
Alto Alegre do Maranhão	100%	56%	44%	0%	0%	100%	59%	22%	0%	19%
Alto Alegre do Pindaré	100%	80%	19%	1%	0%	100%	50%	18%	0%	32%
Alto Parnaíba	100%	74%	9%	2%	15%	100%	85%	7%	6%	3%
Amapá do Maranhão	100%	91%	7%	3%	0%	100%	68%	17%	2%	14%
Amarante do Maranhão	100%	75%	9%	3%	14%	100%	66%	17%	1%	16%
Anajatuba	100%	62%	14%	0%	24%	100%	47%	15%	0%	38%
Anapurus	100%	86%	4%	5%	5%	100%	61%	19%	2%	18%
Apicum-Açu	100%	74%	26%	0%	0%	100%	71%	17%	3%	9%
Araguanã	100%	61%	39%	0%	0%	100%	54%	27%	0%	19%
Araioses	100%	59%	11%	0%	29%	100%	49%	14%	0%	36%
Arame	100%	85%	9%	0%	5%	100%	72%	17%	0%	11%
Arari	100%	77%	5%	1%	16%	100%	65%	8%	1%	26%
Axixá	100%	72%	7%	2%	19%	100%	60%	15%	0%	24%
Bacabal	100%	75%	9%	1%	15%	100%	74%	11%	1%	14%
Bacabeira	100%	68%	31%	0%	0%	100%	69%	21%	0%	10%
Bacuri	100%	82%	6%	1%	11%	100%	60%	11%	3%	26%
Bacurituba	100%	67%	33%	0%	0%	100%	34%	8%	0%	57%
Balsas	100%	88%	5%	3%	3%	100%	85%	6%	3%	5%
Barão de Grajaú	100%	64%	11%	6%	20%	100%	62%	12%	1%	25%
Barra do Corda	100%	69%	11%	3%	17%	100%	67%	11%	4%	19%
Barreirinhas	100%	77%	10%	1%	12%	100%	67%	13%	1%	20%
Belágua	100%	48%	52%	0%	0%	100%	55%	17%	2%	26%
Bela Vista do Maranhão	100%	74%	23%	3%	0%	100%	57%	19%	0%	24%
Benedito Leite	100%	37%	11%	0%	53%	100%	48%	10%	8%	34%
Bequimão	100%	60%	8%	0%	32%	100%	48%	9%	0%	43%

Bernardo do Mearim	100%	62%	30%	8%	0%	100%	57%	31%	1%	11%
Boa Vista do Gurupi	100%	69%	20%	5%	6%	100%	62%	22%	1%	16%
Bom Jardim	100%	71%	11%	1%	18%	100%	59%	15%	0%	26%
Bom Jesus das Selvas	100%	85%	14%	1%	0%	100%	73%	19%	0%	8%
Bom Lugar	100%	56%	34%	10%	0%	100%	43%	22%	0%	35%
Brejo	100%	62%	7%	2%	30%	100%	55%	9%	3%	33%
Brejo de Areia	100%	74%	25%	1%	0%	100%	63%	14%	0%	23%
Buriti	100%	64%	13%	0%	23%	100%	51%	9%	2%	39%
Buriti Bravo	100%	69%	7%	4%	20%	100%	61%	12%	1%	26%
Buriticupu	100%	90%	7%	2%	0%	100%	73%	13%	1%	13%
Buritirana	100%	68%	31%	1%	0%	100%	55%	18%	4%	22%
Cachoeira Grande	100%	77%	23%	0%	0%	100%	48%	24%	1%	27%
Cajapió	100%	62%	14%	0%	25%	100%	42%	10%	2%	46%
Cajari	100%	74%	13%	0%	13%	100%	45%	21%	1%	33%
Campestre do Maranhão	100%	81%	17%	1%	0%	100%	74%	13%	3%	10%
Cândido Mendes	100%	71%	16%	1%	12%	100%	63%	20%	1%	16%
Cantanhede	100%	61%	6%	0%	33%	100%	59%	9%	0%	32%
Capinzal do Norte	100%	69%	29%	2%	0%	100%	55%	20%	0%	25%
Carolina	100%	67%	8%	4%	21%	100%	72%	10%	1%	18%
Carutapera	100%	78%	8%	1%	12%	100%	69%	12%	1%	19%
Caxias	100%	72%	9%	3%	17%	100%	68%	11%	2%	19%
Cedral	100%	63%	17%	1%	20%	100%	58%	21%	3%	18%
Central do Maranhão	100%	69%	31%	0%	0%	100%	54%	14%	1%	31%
Centro do Guilherme	100%	80%	20%	0%	0%	100%	70%	23%	1%	6%
Centro Novo do Maranhão	100%	89%	9%	2%	0%	100%	77%	13%	0%	10%
Chapadinha	100%	72%	10%	1%	17%	100%	67%	7%	2%	24%
Cidelândia	100%	80%	17%	3%	0%	100%	71%	16%	2%	10%
Codó	100%	71%	8%	2%	19%	100%	67%	10%	2%	21%
Coelho Neto	100%	81%	5%	1%	13%	100%	65%	8%	1%	26%
Colinas	100%	74%	8%	2%	17%	100%	70%	7%	3%	20%
Conceição do Lago-Açu	100%	82%	18%	0%	0%	100%	63%	23%	1%	13%
Coroatá	100%	72%	6%	1%	21%	100%	59%	9%	0%	32%
Cururupu	100%	79%	8%	2%	11%	100%	63%	11%	3%	24%
Davinópolis	100%	72%	26%	2%	0%	100%	68%	13%	2%	17%
Dom Pedro	100%	83%	7%	3%	8%	100%	72%	11%	1%	15%
Duque Bacelar	100%	69%	16%	0%	15%	100%	55%	10%	1%	34%
Esperantinópolis	100%	75%	9%	0%	16%	100%	56%	13%	0%	30%
Estreito	100%	81%	9%	4%	7%	100%	82%	8%	3%	7%
Feira Nova do Maranhão	100%	79%	21%	0%	0%	100%	58%	19%	4%	20%
Fernando Falcão	100%	66%	24%	10%	0%	100%	36%	19%	0%	45%
Formosa da Serra Negra	100%	52%	48%	0%	0%	100%	60%	12%	0%	28%



Fortaleza dos Nogueiras	100%	72%	6%	2%	20%	100%	75%	10%	0%	15%
Fortuna	100%	72%	5%	4%	19%	100%	62%	14%	0%	24%
Godofredo Viana	100%	79%	13%	0%	8%	100%	67%	20%	2%	10%
Gonçalves Dias	100%	71%	13%	1%	15%	100%	57%	14%	0%	29%
Governador Archer	100%	70%	10%	1%	20%	100%	61%	12%	0%	27%
Governador Edison Lobão	100%	76%	18%	6%	0%	100%	73%	18%	3%	6%
Governador Eugênio Barros	100%	67%	10%	0%	23%	100%	61%	11%	3%	24%
Governador Luiz Rocha	100%	73%	26%	0%	0%	100%	56%	17%	0%	27%
Governador Newton Bello	100%	67%	33%	0%	0%	100%	55%	17%	0%	29%
Governador Nunes Freire	100%	88%	12%	1%	0%	100%	70%	18%	1%	11%
Graça Aranha	100%	73%	20%	2%	5%	100%	50%	23%	4%	23%
Grajaú	100%	80%	8%	2%	10%	100%	76%	10%	4%	10%
Guimarães	100%	70%	6%	0%	23%	100%	46%	13%	0%	41%
Humberto de Campos	100%	70%	13%	0%	17%	100%	48%	12%	1%	39%
Icatu	100%	71%	11%	0%	19%	100%	47%	19%	4%	30%
Igarapé do Meio	100%	72%	28%	0%	0%	100%	64%	12%	0%	23%
Igarapé Grande	100%	67%	6%	0%	26%	100%	64%	8%	3%	25%
Imperatriz	100%	84%	6%	4%	5%	100%	81%	9%	3%	6%
Itaipava do Grajaú	100%	87%	12%	1%	0%	100%	51%	16%	3%	30%
Itapecuru Mirim	100%	71%	8%	1%	20%	100%	66%	10%	0%	24%
Itinga do Maranhão	100%	90%	3%	7%	0%	100%	73%	14%	2%	11%
Jatobá	100%	83%	16%	0%	0%	100%	57%	29%	1%	12%
Jenipapo dos Vieiras	100%	70%	30%	0%	0%	100%	51%	20%	2%	27%
João Lisboa	100%	76%	7%	1%	16%	100%	70%	9%	0%	21%
Joselândia	100%	64%	14%	2%	21%	100%	58%	19%	2%	21%
Junco do Maranhão	100%	78%	21%	1%	0%	100%	69%	15%	1%	14%
Lago da Pedra	100%	72%	10%	4%	14%	100%	59%	10%	2%	29%
Lago do Junco	100%	69%	12%	0%	18%	100%	62%	24%	0%	14%
Lago Verde	100%	72%	15%	1%	12%	100%	55%	14%	0%	30%
Lagoa do Mato	100%	67%	7%	8%	17%	100%	60%	15%	4%	21%
Lago Dos Rodrigues	100%	71%	27%	2%	0%	100%	59%	22%	0%	19%
Lagoa Grande do Maranhão	100%	65%	24%	0%	11%	100%	54%	22%	0%	24%
Lajeado Novo	100%	67%	31%	2%	0%	100%	65%	12%	8%	14%
Lima Campos	100%	63%	7%	1%	29%	100%	59%	10%	3%	27%
Loreto	100%	63%	11%	0%	25%	100%	53%	9%	0%	39%
Luís Domingues	100%	80%	8%	1%	10%	100%	67%	18%	0%	15%
Magalhães de Almeida	100%	60%	11%	1%	28%	100%	57%	15%	3%	25%
Maracaçumé	100%	81%	14%	1%	4%	100%	67%	9%	1%	24%

Marajá do Sena	100%	82%	18%	0%	0%	100%	52%	21%	0%	27%
Maranhãozinho	100%	68%	31%	1%	0%	100%	63%	26%	0%	11%
Mata Roma	100%	68%	10%	3%	19%	100%	56%	12%	0%	31%
Matinha	100%	68%	11%	0%	21%	100%	52%	19%	0%	29%
Matões	100%	68%	22%	0%	9%	100%	53%	16%	0%	31%
Matões do Norte	100%	80%	18%	2%	0%	100%	62%	24%	1%	13%
Milagres do Maranhão	100%	72%	28%	0%	0%	100%	49%	29%	0%	23%
Mirador	100%	71%	13%	2%	15%	100%	51%	8%	1%	41%
Miranda do Norte	100%	83%	9%	1%	6%	100%	73%	14%	1%	12%
Mirinzal	100%	76%	12%	6%	6%	100%	63%	16%	0%	21%
Monção	100%	79%	12%	1%	9%	100%	57%	19%	1%	22%
Montes Altos	100%	65%	6%	3%	26%	100%	49%	8%	1%	41%
Morros	100%	72%	9%	0%	19%	100%	58%	20%	0%	21%
Nina Rodrigues	100%	70%	12%	0%	17%	100%	56%	15%	1%	28%
Nova Colinas	100%	56%	42%	2%	0%	100%	55%	10%	5%	31%
Nova Iorque	100%	52%	27%	1%	21%	100%	61%	14%	8%	17%
Nova Olinda do Maranhão	100%	61%	37%	0%	1%	100%	63%	15%	1%	20%
Olho D'água das Cunhãs	100%	72%	7%	4%	18%	100%	63%	10%	1%	26%
Olinda Nova do Maranhão	100%	74%	26%	0%	0%	100%	53%	18%	0%	29%
Paço do Lumiar	100%	82%	14%	2%	2%	100%	82%	11%	2%	6%
Palmeirândia	100%	68%	14%	0%	19%	100%	49%	13%	1%	36%
Paraibano	100%	80%	8%	6%	7%	100%	63%	12%	1%	23%
Parnarama	100%	65%	10%	0%	25%	100%	56%	9%	1%	35%
Passagem Franca	100%	68%	6%	0%	26%	100%	53%	9%	0%	38%
Pastos Bons	100%	66%	15%	1%	17%	100%	57%	14%	3%	26%
Paulino Neves	100%	60%	38%	3%	0%	100%	55%	27%	1%	17%
Paulo Ramos	100%	78%	7%	1%	14%	100%	63%	11%	3%	23%
Pedreiras	100%	72%	7%	1%	20%	100%	77%	5%	5%	14%
Pedro do Rosário	100%	75%	24%	1%	0%	100%	56%	20%	1%	23%
Penalva	100%	73%	13%	1%	13%	100%	59%	14%	1%	25%
Peri Mirim	100%	61%	15%	0%	24%	100%	49%	16%	0%	35%
Peritoró	100%	63%	30%	6%	0%	100%	50%	21%	0%	29%
Pindaré-Mirim	100%	75%	7%	3%	15%	100%	65%	11%	2%	21%
Pinheiro	100%	75%	8%	1%	17%	100%	68%	9%	1%	22%
Pio XII	100%	72%	9%	0%	19%	100%	59%	13%	0%	28%
Pirapemas	100%	73%	10%	0%	16%	100%	56%	14%	4%	27%
Poção de Pedras	100%	71%	6%	1%	22%	100%	54%	12%	0%	33%
Porto Franco	100%	84%	6%	1%	8%	100%	81%	8%	2%	8%
Porto Rico do Maranhão	100%	78%	21%	0%	0%	100%	57%	21%	1%	21%
Presidente Dutra	100%	84%	6%	2%	8%	100%	76%	9%	1%	14%
Presidente	100%	80%	10%	0%	10%	100%	51%	10%	0%	39%

Juscelino										
Presidente										
Médici	100%	59%	40%	1%	0%	100%	55%	19%	1%	25%
Presidente										
Sarney	100%	75%	24%	0%	0%	100%	56%	19%	0%	25%
Presidente										
Vargas	100%	76%	13%	0%	11%	100%	56%	19%	0%	25%
Primeira Cruz	100%	71%	11%	2%	16%	100%	42%	20%	1%	37%
Raposa	100%	82%	13%	0%	5%	100%	76%	18%	1%	5%
Riachão	100%	67%	9%	2%	22%	100%	58%	13%	1%	28%
Ribamar										
Fiquene	100%	68%	26%	6%	0%	100%	71%	9%	16%	4%
Rosário	100%	72%	8%	1%	20%	100%	69%	7%	1%	23%
Sambaíba	100%	70%	5%	0%	25%	100%	55%	14%	0%	31%
Santa										
Filomena do										
Maranhão	100%	71%	27%	2%	0%	100%	45%	18%	0%	37%
Santa Helena	100%	82%	8%	0%	10%	100%	63%	15%	1%	22%
Santa Inês	100%	82%	6%	3%	8%	100%	77%	10%	1%	12%
Santa Luzia	100%	79%	8%	2%	11%	100%	63%	13%	1%	23%
Santa Luzia										
do Paruá	100%	73%	7%	1%	19%	100%	72%	9%	2%	17%
Santa Quitéria										
do Maranhão	100%	74%	14%	1%	11%	100%	55%	12%	1%	33%
Santa Rita	100%	70%	12%	2%	17%	100%	66%	12%	1%	21%
Santana do										
Maranhão	100%	56%	41%	3%	0%	100%	34%	7%	0%	58%
Santo Amaro										
do Maranhão	100%	63%	24%	0%	14%	100%	54%	19%	0%	27%
Santo Antônio										
dos Lopes	100%	74%	10%	1%	15%	100%	66%	9%	1%	24%
São Benedito										
do Rio Preto	100%	59%	12%	0%	29%	100%	47%	11%	4%	38%
São Bento	100%	63%	8%	1%	28%	100%	55%	10%	1%	34%
São Bernardo	100%	58%	6%	2%	34%	100%	60%	8%	1%	30%
São										
Domingos do										
Azeitão	100%	66%	31%	3%	0%	100%	70%	10%	13%	7%
São										
Domingos do										
Maranhão	100%	78%	11%	1%	10%	100%	62%	13%	1%	25%
São Félix de										
Balsas	100%	75%	13%	0%	13%	100%	47%	13%	0%	40%
São Francisco										
do Brejão	100%	81%	10%	9%	0%	100%	69%	18%	3%	10%
São Francisco										
do Maranhão	100%	50%	9%	0%	41%	100%	42%	9%	0%	49%
São João										
Batista	100%	78%	11%	0%	11%	100%	44%	8%	1%	47%
São João do										
Carú	100%	81%	15%	1%	4%	100%	62%	15%	0%	23%
São João do										
Paraíso	100%	69%	29%	2%	0%	100%	62%	14%	1%	23%
São João do										
Soter	100%	66%	25%	2%	8%	100%	50%	26%	1%	24%
São João dos										
Patos	100%	69%	9%	1%	21%	100%	64%	11%	3%	22%
São José de										
Ribamar	100%	80%	11%	3%	6%	100%	82%	11%	1%	6%
São José dos										
Basílios	100%	80%	20%	0%	0%	100%	51%	23%	1%	25%
São Luís	100%	77%	8%	6%	9%	100%	78%	11%	3%	8%

São Luís										
Gonzaga do Maranhão	100%	64%	11%	0%	25%	100%	52%	10%	0%	37%
São Mateus do Maranhão	100%	71%	9%	2%	18%	100%	73%	9%	7%	11%
São Pedro da Água Branca	100%	85%	10%	5%	0%	100%	68%	16%	3%	12%
São Pedro dos Crentes	100%	54%	46%	0%	0%	100%	67%	16%	4%	13%
São Raimundo das Mangabeiras	100%	74%	4%	8%	14%	100%	66%	11%	2%	21%
São Raimundo do Doca Bezerra	100%	73%	27%	0%	0%	100%	52%	26%	0%	22%
São Roberto	100%	60%	33%	0%	7%	100%	56%	15%	0%	28%
São Vicente Ferrer	100%	66%	21%	1%	12%	100%	53%	10%	1%	36%
Satubinha	100%	76%	24%	0%	0%	100%	53%	20%	0%	27%
Senador Alexandre Costa	100%	68%	20%	0%	12%	100%	58%	9%	2%	32%
Senador La Rocque	100%	74%	5%	0%	20%	100%	66%	11%	1%	22%
Serrano do Maranhão	100%	77%	23%	0%	0%	100%	41%	20%	0%	39%
Sítio Novo	100%	62%	15%	2%	20%	100%	54%	15%	1%	29%
Sucupira do Norte	100%	58%	14%	0%	28%	100%	52%	17%	0%	32%
Sucupira do Riachão	100%	73%	13%	14%	0%	100%	52%	20%	4%	24%
Tasso Fragoso	100%	79%	9%	1%	12%	100%	65%	7%	0%	27%
Timbiras	100%	58%	9%	0%	33%	100%	55%	11%	0%	34%
Timon	100%	75%	11%	1%	12%	100%	73%	14%	1%	12%
Trizidela do Vale	100%	70%	27%	3%	0%	100%	66%	26%	1%	8%
Tufilândia	100%	66%	34%	0%	0%	100%	57%	21%	0%	22%
Tuntum	100%	72%	10%	2%	17%	100%	60%	11%	0%	28%
Turiação	100%	76%	12%	0%	12%	100%	57%	13%	1%	29%
Turilândia	100%	67%	33%	0%	0%	100%	65%	22%	0%	13%
Tutóia	100%	59%	7%	2%	32%	100%	58%	10%	0%	31%
Urbano Santos	100%	61%	8%	0%	31%	100%	65%	7%	1%	26%
Vargem Grande	100%	68%	12%	1%	19%	100%	59%	13%	0%	28%
Viana	100%	73%	10%	0%	17%	100%	59%	13%	1%	27%
Vila Nova dos Martírios	100%	83%	15%	2%	0%	100%	74%	12%	3%	10%
Vitória do Mearim	100%	79%	14%	2%	5%	100%	61%	19%	1%	19%
Vitorino Freire	100%	74%	11%	0%	15%	100%	62%	12%	1%	25%
Zé Doca	100%	80%	7%	2%	11%	100%	67%	12%	1%	21%
<b>Maranhão</b>	<b>100%</b>	<b>77%</b>	<b>9%</b>	<b>3%</b>	<b>11%</b>	<b>100%</b>	<b>72%</b>	<b>11%</b>	<b>2%</b>	<b>14%</b>

Fonte: IBGE